Órgão Central do Partido Comunista Português

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Semanário

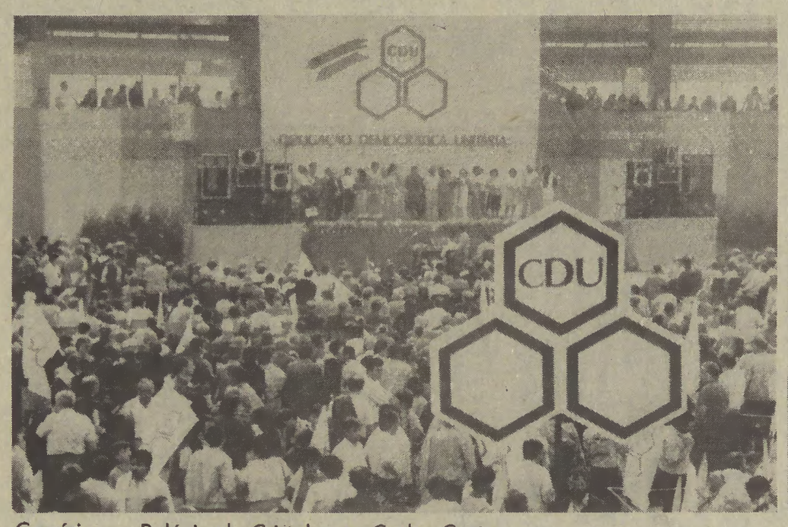
Director: António Dias Lourenço

Ano 57 – Série VII – N.º 701
4 de Junho de 1987
Preço: 50$00

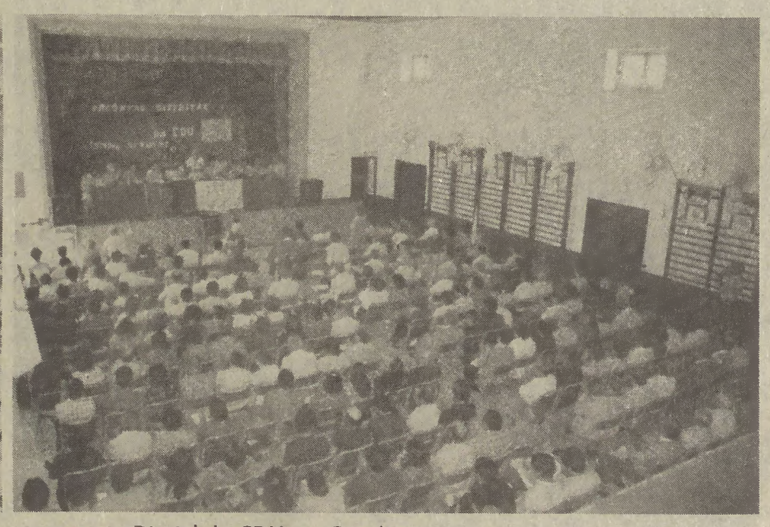
Propriedade do Partido Comunista Português **Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa**

CDU é assim:

Semana Em foco Agenda



Comício, no Palácio de Cristal, com Carlos Costa...



... encontro Distrial da CDU em Coimbra...

... Álvaro Cunhal na Faculdade de Letras...

... com a juventude no Encontro Nacional da JCP...

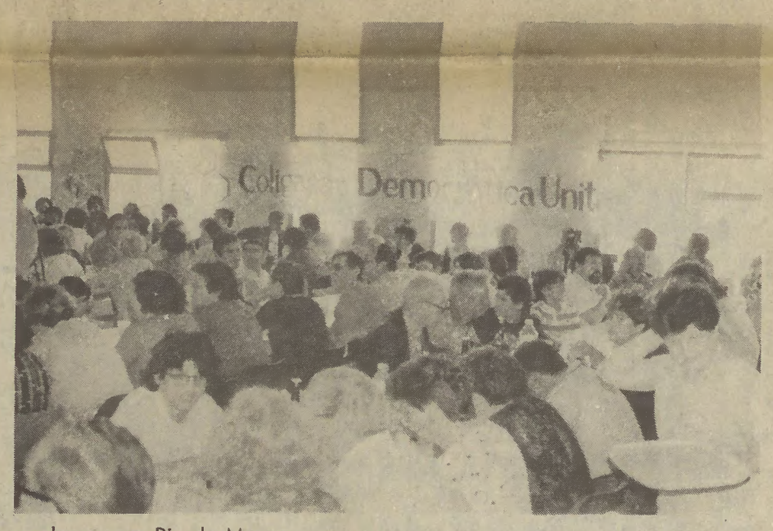
... à saída da Faculdade de Letras...

... no Porto...

PARLAMENTO EUROPEU

Candidatos CDU apresentam o seu programa

Págs. 1, 2, 3, 4 e 5/**Em foco**



... almoço em Rio de Mouro...

... diálogo em Talaíde...

... conversando na Idanha...

... encontro no Bairro da Mina...

... comício no Cacém...

Avante!

Em virtude de na próxima quarta-feira ser feriado (10 de Junho), a edição do «Avante!» da semana que vem será distribuída **na terça-feira, dia 9 de Junho**

Também na semana seguinte, pór ser feriado o dia 18, a edição do «Avante!» sairá **na quarta-feira, dia 17 de Junho**

Todas as comunicações para a **Agenda** devem ter em conta essas datas. As que se destinarem à próxima edição devem chegar à Redacção o mais tardar até domingo. Na semana seguinte, a data limite é segunda-feira, dia 15.

... comício em Manique

Editorial /

Avante!
Ano 57 – Série VII
N.º 701
4 de Junho de 1987
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

A CDU avança

A CDU avança.

Avança com audácia no tempo ainda curto da sua criação. Avança também, como legítima herdeira da APU, na reafirmação política de um projecto unitário inovador que já deu as suas provas e se destina a dar-lhes continuidade nas novas condições políticas do País.

A criação e o arranque da Coligação Democrática Unitária obtiveram a confirmação do seu impacto no seio do povo com o conhecimento e a apresentação pública dos seus candidatos, a definição mais desenvolvida das suas propostas e objectivos, o seu entusiástico acolhimento de massas.

É um projecto apto a dar resposta a anseios populares dos mais sentidos e a questões nacionais das mais palpitantes do momento actual sobre cujas formas de solução o povo português é chamado a pronunciar-se em 19 de Julho nas eleições antecipadas para a Assembleia da República e nas eleições simultâneas para o Parlamento Europeu.

As eleições de 19 de Julho podem ser decisivas para a criação de uma alternativa de governo e de política se a vontade esclarecida do nosso povo assim o quiser. Ganhar, portanto, o povo para uma votação massiva na CDU é indubitavelmente a tarefa fundamental imediata dos trabalhadores e dos democratas mais consequentes dentro do País ou na emigração.

A luta por uma votação massiva na CDU não é linear nem fácil. O conjunto de forças e de cidadãos que se integram na Coligação Democrática Unitária têm diante de si obstáculos de monta que é imperioso vencer.

Um áspero caminho tem de ser percorrido, um rude combate político tem de ser travado num terreno infestado de armadilhas, de confusões e de calúnias lançadas por inimigos e adversários sem escrúpulos, movidos por interesses que não são os do País nem do reforço do regime democrático saído do 25 de Abril.

O mesmo Governo de direita do PSD e de Cavaco Silva derrotado pela convergência dos partidos democráticos em 4 de Abril continua em funções como se nenhuma alteração de fundo lhe tivesse sido imposta no seu estatuto. Exorbita nos seus poderes. Continua a reger sem peias sob o ângulo dos interesses de classe do capital financeiro sem pátria os negócios e a política social do Estado.

Usa em apoio dos seus objectivos eleitoralistas os recursos financeiros e técnicos do Estado. Manipula a seu favor a comunicação social estatizada. Aliena em benefício dos novos imperialistas da CEE e do imperialismo dos Estados Unidos a independência, a soberania, a paz e a segurança de Portugal.

No projecto antipopular e antidemocrático de Cavaco Silva e do PSD jogam em força todos os cavernícolas da extrema-direita, militam os famigerados «parceiros sociais» desde a CIP, a CAP e CCP até aos divisionistas da UGT que se pautam nas suas acções pelos interesses de classe do grande capital e apostam na restauração acelerada do poder político e económico dos monopólios e do latifúndio.

Também na área dos partidos democráticos, cuja convergência determinou a derrota do Governo de Cavaco na moção de censura, e designadamente da parte do PS e do PRD, proliferam atitudes, concepções e tácticas eleitoralistas surpreendentes, profundamente nefastas e comprometedoras para o regime democrático, susceptíveis de influir negativamente nas eleições de 19 de Julho.

Escondem-se evidentes fraquezas em irrealistas ambições de hegemonia.

As ideias da «bipolarização» — as que mais convém à direita — tornaram-se concepção prática da campanha eleitoral do PS e do seu líder Vítor Constâncio.

«Nós ou eles». «Confronto fundamentalmente entre o PS e o PSD». «Só dois partidos — o PS e o PSD — podem aspirar a constituir governo depois das eleições» e outros dislates, são *slogans* centrais da campanha eleitoral dos socialistas que se preparam assim para reeditar a falida experiência de há dois anos que os fez cair dos 36,7 por cento em 1983 para os 20,8 por cento em Outubro de 1985 numa campanha para que haviam avançado de maneira irrealista a obtenção de 43% do eleitorado!

O ridículo é atingido quando Vítor Constâncio atacando o PCP e a sua Direcção diz ao mesmo tempo «aceitar o voto dos comunistas»! Vítor Constâncio mostra nada conhecer da consciência política dos comunistas e do eleitorado que vota com o PCP...

O secretário-geral do PS diz que não se aliará com o PSD e Guterres afirma por sua vez que «nós não fazemos esta campanha para depois nos irmos aliar com o PSD».

São naturalmente afirmações públicas que o povo português deve reter, principalmente quando Vítor Constâncio, não se coibindo de afirmar a necessidade de «um pacto de regime» com o PSD para uma revisão de cariz antidemocrático da Constituição, alude de novo a um «acordo de cavalheiros» que aponta à reconstituição do chamado «bloco central» que deu em droga com a ascensão de Cavaco à direcção do PSD.

Também da parte do PRD — que o PS pretende esvaziar e ao qual pretende negar o legítimo direito de existir — se verificam incongruências e ambiguidades que não o favorecem na batalha eleitoral em curso. Certas irrealistas reclamações e propósitos de «liderança da área do centro-esquerda» e a afirmação de que «a hipótese de uma coligação com o PSD não está fechada à chave» não são susceptíveis de garantir ao PRD uma imagem política que lhe grangeou um notável apoio nas eleições de Outubro de 85.

O objectivo central de derrotar a direita nas eleições de 19 de Julho — que norteia firmemente a campanha do PCP e dos seus aliados na CDU — corre o risco de ser subordinado e abafado numa concepção eleitoralista e oportunista de «caça ao voto» sem fronteiras, que só à direita pode aproveitar.

A derrota da direita não pode, aliás, esperar-se de uma automática deslocação de votos a favor dos partidos da área democrática. Implica um combate permanente e inflexível contra a política de direita e nesta fase da campanha eleitoral a luta intransigente contra os actos e as exorbitâncias do Poder da parte do Governo derrotado de gestão do PSD e de Cavaco.

Cada dia a mais do Governo Cavaco/PSD significa novos agravamentos das condições de vida do povo português, novos atentados e violações à legalidade democrática, novas mercandagens dos interesses nacionais ao imperialismo.

O ministro Álvaro Barreto ao mesmo tempo que sob a falsa capa do defensor dos interesses portugueses na CEE vai penhorando a agricultura portuguesa aos monopólios eurocidentais, intensifica em Portugal a ofensiva de destruição da Reforma Agrária, incentiva a corrupção, reconstitui aceleradamente os latifúndios, abre as portas do País à importação ruinosa do tomate, das frutas, da cebola, favorece a descida dos preços ao produtor, o não escoamento dos produtos agrícolas nacionais.

No Lavre, já no estatuto de ministro em gestão, Barreto com a comparência de 100 soldados da GNR acrescenta mais uma reserva ao latifundiário Veiga Teixeira, já com mais de 3000 ha abichados em vários concelhos.

Em Alvalade Sado passa de mão beijada para os cofres da grande agrária Sousa Rego um cheque dé 31 000 contos por conta de uma conta calada de 43 000 de «compensação» de uma racionalização de terras.

Em Alter do Chão, de novo numa operação coberta pela GNR, rouba à UCP/Cooperativa Alterense uma reserva que entrega a um casal de latifundiários que se divorciam e recasam para aumentar as suas herdades e bens à custa do roubo de terras, de animais e máquinas das UCP's.

Seria curial que Constâncio tão diligente a afirmar a protecção de telenovelas portuguesas se mostrasse mais sensível aos dramas dos trabalhadores agrícolas do seu país.

Derrotar a direita como objectivo central implica a denúncia inequívoca e continuada dos actos e da política social e económica do Governo demitido de gestão Cavaco Silva/PSD, a desmontagem dos seus mitos, o desnudamento da sua submissão aos monopólios e ao imperialismo.

No primeiro trimestre deste ano o desemprego sofreu novos agravamentos, mais jovens à procura de emprego viram fechados os acessos aos postos de trabalho, mais de 200 000 crianças mi-

seravelmente pagas por salários mensais de 5 a 7,5 contos trabalhando de 8 a 12 horas por dia foram detectadas no País.

O drama dos salários em atraso é uma chaga incurável sob o Governo Cavaco/PSD. Somente em Lisboa havia no mês de Janeiro em 25 empresas cerca de 22 000 trabalhadores a quem eram já devidos mais de 3,2 milhões de contos.

No Nordeste de Portugal a abertura da lixeira nuclear de Aldeavilla nas margens do Douro e em território espanhol na zona fronteiriça de Salamanca activam-se os preparativos de um crime que põe em risco a vida dos habitantes dos dois lados da fronteira e para o qual se tenta canalizar a ajuda financeira da CEE.

Setenta e cinco municípios reunidos na Figueira da Foz tomam posição contra este potencial atentado à vida dos portugueses depois de uma acção conjunta de 12 municípios da fronteira nordestina e de outros da zona espanhola de Salamanca de vigorosa denúncia de massas de um projecto que um membro do Governo Cavaco/PSD entende não se dever dramatizar!...

Trabalhar para a derrota da direita, manter e acentuar a direita em minoria na futura AR, implica tomar uma posição inequívoca sobre os factos de uma política de confrontação dos interesses populares e do País que é a do Governo Cavaco/PSD.

Torna-se cada vez mais evidente que a derrota da direita nas eleições só se tornará possível se o espírito da convergência democrática continuar a ter um lugar dominante na campanha eleitoral.

Nenhum partido da área democrática pode aspirar à maioria absoluta nas eleições de 19 de Julho, nenhuma pode encarar um governo estável capaz de abrir solução à crise sem uma base eleitoral maioritária e democrática constituída pelo conjunto de forças que convergiu na aprovação da moção de censura.

O PCP, principal força integrante na CDU, continua firmemente disposto a dialogar, a entender-se e a convergir com os restantes partidos democráticos para a criação de uma alternativa de governo e de política a Cavaco e ao PSD.

A CDU dinamizará certamente, com todas as suas energias e possibilidades, a massa dos cidadãos para uma batalha eleitoral que pode ser decisiva.

A CDU acendeu novas esperanças no futuro da democracia em Portugal. É um projecto ao serviço do povo e do País.

Concitar para a CDU o voto de todos os que se situam na área da democracia e do 25 de Abril, cuja dispersão seria nefasta para a necessária mudança que a situação nacional impõe, é um dever indeclinável dos democratas portugueses mais consequentes.

A CDU avança. Pode e deve continuar a avançar na concretização dos seus objectivos em estreita ligação com as massas populares.

Resumo

27
Quarta-feira

Autarcas de Nelas e trabalhadores dos Fornos Eléctricos reclamam em Lisboa a recuperação desta companhia, paralisada há sete meses por corte no fornecimento de energia ■ O Tribunal Constitucional sorteia a ordem por que vão surgir nos boletins de voto as forças concorrentes às eleições para o Parlamento Europeu: PDC, PSD, CDS, MRPP, PSR, PRD, MDP/CDE, PCR, PS, PPM, CDU, UDP ■ Os ministros da Defesa da Nato chegam a uma plataforma de acordo sobre a eliminação dos mísseis de médio e curto alcance na Europa proposta pela URSS ■ Rebenta na Suécia um escândalo de contrabando de armamento que envolve as empresas Nobel Kemi e Bofors ■ O MNE da Índia condena a ofensiva militar em curso no Sri Lanka contra os separatistas tamiles na península de Jaffna ■ É criado o Movimento Nacional por uma Constituição Democrática na Coreia do Sul que pretende intensificar a luta contra a ditadura de Chun Doo Hwan ■ A URSS confirma a suspensão, pelo menos até 1900, da pesca comercial da baleia ■ A Organização Mundial de Saúde inicia uma campanha de informação sobre a SIDA ■ O FC Porto vence o Bayern de Munique por 2-1, conquistando a Taça dos Clubes Campeões Europeus de futebol.

28
Quinta-feira

Os trabalhadores da Sorefame rejeitam em plenário a proposta da administração sobre a revisão salarial, polivalência e despedimentos e manifestam-se frente à Metalgest ■ Professores realizam em Lisboa uma manifestação «Por uma escola e um futuro melhores» ■ A CDU apresenta publicamente os seus candidatos ao Parlamento Europeu ■ A CNE chama a atenção para o facto de órgãos autárquicos, «e as câmaras municipais em particular, carecerem de competência para regulamentar o exercício da liberdade de propaganda ou para retirar cartazes, faixas, ou apagar inscrições murais» ■ A AE da Faculdade de Letras do Porto promove uma homenagem a Óscar Lopes ■ Num almoço no American Club de Lisboa Cavaco Silva queixa-se de algum «recuo» no investimento dos EUA em Portugal e apela à inversão desta tendência ■ O PSD aprova na generalidade, contra toda a oposição, o novo Regime da Assembleia Regional da Madeira ■ Pela primeira vez efectua-se em Portugal (IPO) um transplante de medula ■ Um estudo de técnicos italianos mostra o aumento do trabalho precário na CEE: metade dos postos de trabalho criados entre 1973 e 1981 têm regime de *parte-time* ■ A administração dos estaleiros de Puerto Real (Cádis) cede às exigências dos trabalhadores e põe fim ao *lock-out* iniciado terça-feira; ontem a repressão policial provocou 35 feridos entre manifestantes ■ A FMLN e a FDR propõem ao governo salvadorenho o reinício do diálogo de paz interrompido a 30 de Novembro de 1984.

29
Sexta-feira

Um milhão de trabalhadores portugueses não têm direito a quaisquer benefícios da segurança social — denuncia a CGTP-IN comentando declarações de Cavaco Silva no Congresso Ibero-Americano sobre segurança social ■ Três mil trabalhadores da Setenave manifestam-se em Setúbal contra as tentativas de despedimentos em massa na empresa ■ O pessoal da ponte 25 de Abril faz greve pela actualização do abono de falhas ■ Um candidato do PRD afirma que brigadas dos partidos de direita correm Paris oferecendo 100-150 francos aos porteiros que lhes entreguem cartas com boletins de voto de emigrantes portugueses ■ Comandos sul-africanos matam três pessoas num ataque à capital da RP de Moçambique ■ Duas centenas de negros presos sem culpa formada em Modderbee entram no nono dia de greve de fome contra a transferência de adolescentes detidos para «campos de reeducação» ■ Inicia-se em Moscovo o 7.º Congresso da Associação «Médicos pela prevenção da guerra nuclear», com a participação de 3 mil delegados de 55 países ■ A cimeira do Tratado de Varsóvia, reunida em Berlim, propõe à NATO o início imediato de consultas bilaterais sobre «doutrina militar»; apoia ainda o desarmamento nuclear na Europa, manifestando-se pela proibição total das armas químicas e contra a instalação de armas no espaço cósmico.

30
Sábado

A CDU realiza uma festa no Palácio de Cristal para apresentação dos candidatos pelo distrito do Porto ■ A Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal promove um debate nacional sobre a situação económica e social na indústria naval e as propostas dos trabalhadores ■ Por iniciativa da Federação da Função Pública, realiza-se o segundo debate público sobre o Ministério da Agricultura e Pescas ■ O Presidente da República comunica a Pinto Machado que aceita a sua demissão de governador de Macau ■ O Politburo do CC do PCUS substitui por «negligência» o ministro e um vice-ministro da Defesa, após um jovem da RFA ter aterrado anteontem no centro de Moscovo com um avião particular vindo da Finlândia ■ Chega ao fim o 7.º Festival Bienal Internacional de Marionetas de Évora.

31
Domingo

A JCP realiza o seu Encontro Nacional ■ É inaugurada a sede distrital da CDU em Setúbal, após a coligação ter realizado ontem o seu Encontro no distrito ■ A União dos Sindicatos de Lisboa afirma que em 1986 um terço da população activa do distrito estava em situação de desemprego, subemprego ou emprego precário ■ A CDU manifesta-se contrária à ida de Cavaco Silva aos Açores ■ Termina em Lisboa o congresso constituinte da Confederação Portuguesa das Pequenas e Médias Empresas ■ Uma campanha da Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional paralisa os transportes terrestres em El Salvador ■ Milhares de gregos manifestam-se em Atenas e mais dez localidades pela retirada das bases norte-americanas do país.

1
Segunda-feira

No Dia Mundial da Criança a CGTP-IN lança um apelo para que seja posto termo ao trabalho infantil em Portugal ■ Realiza-se na Figueira da Foz o Encontro Nacional de municípios declarados zonas livres de armas nucleares ■ A Assembleia Distrital de Castelo Branco decide a dissolução da CM do Fundão ■ É entregue no Tribunal Constitucional a documentação para o registo da CDU como coligação permanente, assumindo-se assim como «projecto estável de intervenção na vida política do País» ■ Morre o primeiro-ministro libanês Rachid Karame, vítima de um atentado bombista ■ Os dirigentes da coligação que governa a RFA decidem apoiar as propostas soviéticas de retirada da Europa dos mísseis nucleares de curto e médio alcance.

2
Terça-feira

Portugal tem uma legislação «das mais progressistas do mundo» no plano da igualdade entre os homens e mulheres, mas não é aplicada — afirma a presidente da Comissão da Condição Feminina ■ A CDU apresenta publicamente os artistas que apoiam a sua campanha eleitoral ■ As delegações da URSS e dos EUA completam em Genebra a primeira minuta conjunta do tratado sobre a eliminação dos mísseis de médio alcance na Europa ■ Chirac convida publicamente o seu ministro da Cultura e líder do Partido Republicano a escolher entre as funções no governo e o empenhamento partidário ■ Realiza-se no Líbano uma greve geral de luto e de protesto contra o assassinato de Rachid Karame ■ Todor Jivkov inicia uma visita oficial à RFA.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*, Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º – 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL.* **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57 - 2.º – 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto – Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Maio: 30 338

Semana

Avante!

Ano 57 – Série VII
N.º 701
4 de Junho de 1987
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

«Juventude com a CDU»

Encontro Nacional da JCP

Podia ter sido num qualquer outro lugar. No Minho, onde cada vez mais crianças são forçadas ao trabalho em condições degradantes e intoleráveis. Na Madeira, onde João Jardim julgando a bela ilha do Atlântico o território dos seus «imperiais» desígnios, quer proibir os estudantes de constituírem Associações de Estudantes. No Alentejo onde de novo o desemprego grassa, e as camionetas da apanha do morango e do tomate no Algarve ou na Suíça voltam, como em tempos idos, a encher-se. Podia ter sido num qualquer outro sítio onde os jovens se revoltam contra o quotidiano da incerteza e da frustração, das palavras ocas, das promessas adiadas.

Foi na Faculdade de Letras de Lisboa, no passado domingo. Ali estiveram jovens vindos de todo o País, na mesma sala onde durante todo este ano lectivo outros jovens discutiram, lutaram, afirmaram o seu direito ao trabalho e à realização profissional.

Como então, também houve discussão, luta, festa.

Tratou-se do Encontro Nacional da JCP, «Juventude com a CDU!» Porque «a campanha jovem da CDU é a manifestação da unidade de toa a juventude». O compromisso eleitoral com os jovens aprovado no final do Encontro é a expressão concreta dessa unidade. Ali estão as reivindicações que levaram milhares de jovens à luta e à contestação no último ano.

Na intervenção inicial, a Amélia Pardal do secretariado da Direcção Nacional da JCP afirmava e sintetizava assim os objectivos deste Encontro Nacional: **«discutir, confraternizar, conviver»**. E cumpriram-se por inteiro.

Sendo um Encontro de uma organização de juventude determinada, a Juventude Comunista Portuguesa, pela sua composição, funcionamento e desenroiar ele ultrapassou essa definição. Foi um Encontro de jovens onde todos, independentemente da sua filiação partidária, podiam intervir e votar. Estudantes do ensino secundário, do ensino superior, trabalhadores, desempregados. Independentes, ex-militantes (e dirigentes) da Juventude Socialista, representantes do Partido Ecologista «Os Verdes», jovens comunistas (muitos).

Discutir

O Manifesto à Juventude e o Compromisso Eleitoral com a Juventude são os resultados práticos dessa discussão. No primeiro documento diz-se que **«ninguém pode estar contente»** com a situação social da juventude e que **«a solução é transformar, mudar a face da vida». «Queremos uma política de juventude, já, em 19 de Julho, com a CDU»**. E porquê com a CDU? Porque, disse-o Rogério Moreira, do secretariado da Direcção Nacional da JCP, e deputado na Assembleia agora dissolvida, **«por força da luta da juventude e do empenhamento dos comunistas e em particular dos deputados jovens na AR, a juventude tem hoje novos direitos garantidos.** A iniciativa, a ligação e conhecimento da realidade do movimento juvenil, a firmeza na defesa dos direitos dos jovens, demonstrados nesta legislatura são o melhor argumento para apoiar a CDU».

Nesta perspectiva, o compromisso eleitoral agora aprovado continua e desenvolve o trabalho realizado até aqui, e consubstancia na prática as reivindicações há longo tempo formuladas pelo movimento juvenil. Emprego, ensino, habitação, realização humana dos jovens e paz são consideradas prioridades máximas, tratadas ao longo de trinta e duas alíneas.

E para além dos documentos aprovados? Para além disso, muita coisa de importante se disse. Um estudante, ex-militante da Juventude Socialista e ex-membro da Comissão Nacional daquela organização que se afirmou desiludido com o PS porque este partido **«prosseguiu uma política de alianças com a direita frustrando as esperanças do povo português»** e que considerou a CDU **«um espaço aberto de todos os democratas; porque não quero o socialismo na gaveta, porque sou jovem, apoio a CDU»**.

Um jovem trabalhador-estudante da Escola Secundária António Arroio, militante da JCP há quinze dias, que começou a trabalhar aos treze anos «para equilibrar o orçamento lá de casa», que iniciou a sua actividade de intervenção na Associação de trabalhadores-estudantes daquela escola e que considera que a CDU **«é a que melhor defende os direitos dos que como eu são obrigados a trabalhar aos 13 anos»**.

Aristides Teixeira é professor e colaborador da RTP. Tem 27 anos e apoia a CDU, participando nas listas como candidato independente pelo círculo de Lisboa. No Encontro explicou que a sua opção **«nada tem a ver com os partidos existentes e com as suas propostas de organização»**, mas antes porque **«acredito nas pessoas pelo que elas fazem e não pelo que elas dizem e eu acredito nos homens e nas mulheres que estão nas listas da CDU»**. A CDU **«assume todos os descontentamentos legítimos, todas as esperanças possíveis»**, afirmou. Contra os que acusam os apoiantes da CDU de serem todos «comunistas», aquele candidato jovem independente disse que **«estou na CDU também para lutar contra os que perseguem as pessoas pelas suas convicções ideológicas»**.

Aos milhares de jovens que em todo o País lutaram firmemente contra a política do Governo de Cavaco Silva, disse Rui Sá, da Direcção Nacional da JCP, **«sejam coerentes convosco próprios e votem contra a política de direita»**.

Confraternizar, conviver

E foi então que se desfizeram as barreiras formais que ainda subsistiam. Nesse momento, a mesa do Encontro desfez-se as mãos juntaram-se mais, os braços subiram e as vozes ouviram-se. Entre duas intervenções, dois jovens cantavam. Mais adiante, outra jovem pegou na guitarra e explicou da forma que sabe (cantando e tocando) porque está com a CDU.

E todo o Encontro decorreu neste tom. Estendeu-se ao piquenique nos jardins da Faculdade. Nas rodas de amigos, nos jogos de futebol nos intervalos.

Ambiente que inundou depois a cidade de Lisboa. Terminado o Encontro, um rio de alegria e juventude percorreu Lisboa até ao Terreiro do Paço e daí se ramificou em muitos afluentes. Uns de regresso às suas regiões para aí darem força à festa que é a campanha da CDU. Cartazes para colar, folhetos para distribuir, murais para pintar, palavras para dizer.

«Confiança, alegria e irreverência são os nossos instrumentos para a campanha», afirmou Rui Sá. Ao trabalho. ■

À VENDA

Curso Básico do Comunismo Científico

em 4 volumes – 200$00 cada Colecção Elementos Fundamentais do Comunismo Científico

edições Avante!

a Talhe de FOICE

Paula

A Paula tem 21 anos e é estudante de História de Arte em Coimbra. Uma jovem como tantas outras, preocupada em concluir a sua licenciatura para, depois, trabalhar na área que escolheu. Um emprego, realização profissional, independência, uma casa, vida própria, liberdade. Palavras simples que exprimem os horizontes sonhados por milhares de jovens por esse país fora. Escassos elementos, por isso, para compor um retrato.

A rapariga de quem falamos nunca desenvolveu qualquer actividade especial de intervenção social. Lê jornais, está minimamente informada do que se passa no mundo, conversa com os amigos sobre os assuntos do momento.

A Paula sabe que, terminado o curso, o mais que lhe pode acontecer é ir dar aulas. Conservadora de museu, investigação, trabalhos arqueológicos... projectos... com um pouco de sorte... talvez que nas horas vagas, entre a preparação das aulas. Não importa, enquanto se estuda faz-se por pensar o menos possível nisso. Importa aproveitar bem aquilo que os quatro anos na Faculdade nos podem dar, depois logo se vê, alguma coisa sempre se arranja. E depois, os irracionais ritmos de estudo que são impostos, deixam pouco tempo para pensar nessas coisas, requerem toda a nossa atenção, todas as nossas energias.

A Paula começou a achar que algo terá de mudar. A Paula e os amigos dela, porque, que raio, nós os portugueses também não estamos assim tão bem como isso, também nós não temos trabalho, também nós não estamos satisfeitos com este ensino. As lutas que já se desenvolviam nas escolas começaram a chegar aos jornais, a assumir dimensão nacional. Foi primeiro a luta contra as prescrições e precedências e o governo recuou.

E foi depois a luta dos estudantes de Letras. Aí a Paula que nunca tinha, por assim dizer, dado nas vistas, começou a trabalhar mais nestas coisas. A Paula e os colegas dela. Porque o que se tratava aqui não era de coisas longínquas, de lutar por ideias e causas de que se conhecem mal os contornos. Tratava-se aqui da vida de cada um, do que cada um quer para si. E assim, a Paula começou a participar na comissão de curso do seu ano. A Paula, como outros seus colegas, começou a **participar**, a **intervir**. No calor da luta, das reuniões, das assembleias gerais, das greves, a Paula e os seus colegas deram-se conta de que aquilo que reivindicavam tinha a ver, é verdade com a sua própria vida, com os seus intereses, mas não só. Porque o país em que todos vivemos precisa de profissionais capazes na área das chamadas Letras. Precisa de historiadores, de homens e mulheres habilitados para estudar e recuperar o património histórico e cultural nacional, precisa de professores capazes e não de professores à força, de conservadores de museus, de pessoas conhecedoras de línguas estrangeiras, de profissionais da língua portuguesa, para que melhor a saibam defender... enfim, o país precisa dos jovens para o seu desenvolvimento. Da comissão de curso na sua escola à comissão coordenadora nacional dos estudantes de Letras foi um pulo, mediado por muitas horas roubadas ao estudo, para ler papelada, propostas de reestruturação dos cursos, para discutir com os colegas a melhor forma de levar a luta por diante, combatendo o desânimo, pugnando pela unidade de todos que essa, todos o sabiam, era a sua melhor arma.

Enquanto os estudantes de Letras lutavam o ministro da Educação falava para a Televisão, que «não senhor, não recebe os estudantes porque não são representativos» e que isto tudo são «movimentações políticas», porque o «ministério está a trabalhar para resolver os problemas», etc., etc. Ao lado, o ministro Cavaco Silva diz que sim com a cabeça e ajuda o seu "subordinado". A Paula de que vimos falando tem apelido. Chama-se Paula Cardoso e é candidata independente nas listas CDU pelo círculo eleitoral de Coimbra. Mas não é, por certo, a única jovem nestas circunstâncias. Ainda agora, na nossa frente diz-nos que **«a minha participação na luta dos estudantes de Letras foi a razão mais forte que me levou a tomar esta decisão de ser candidata nas listas da CDU. Sou independente e continuo a sê-lo. Mas não posso ser neutra. Aprendi pela minha própria experiência que o governo Cavaco não serve, que na CDU estão homens e mulheres que sempre lutaram na defesa dos interesses da juventude».**

Alguns jovens continuarão, por certo a ser, usados por Cavaco Silva como marionetas, para agitar bandeiras e colar cartazes. Outros que já fizeram esse papel, por certo não o podem, nem o farão desta vez. Tanta coisa que se passou neste último ano.

■ **C.A.**

PCP

Álvaro Cunhal em Letras

Queremos a juventude ao nosso lado com o seu pensar e a sua vontade

(...)

A grande mentira

Cavaco Silva e o seu Governo não se limitam a falar insistentemente da juventude.

Mais do que isso avançaram um plano elaborado de captação da juventude, referiram com insistência problemas das jovens gerações e apresentaram numerosas medidas, planeadas e sistematizadas, anunciando ir com elas solucionar os mais graves problemas existentes.

Isto são factos.

Mas, por detrás destes factos, há uma grande mentira. E a **grande mentira consiste em que Cavaco e o seu Governo ao afirmarem querer resolver e estar a resolver os problemas da juventude, nem os estavam a resolver nem era esse o seu real objectivo.**

As medidas do Governo — pelo âmbito restrito da sua aplicação, pelo número ínfimo de jovens que atingiram, pela ineficiência da sua aplicação prática, pelo contraste entre a pompa do anúncio e o efeito real — **inscrevem-se numa grande operação demagógica visando enganar, atrair, controlar e comandar a juventude e impedir que a juventude, tomando consciência real das causas dos seus problemas e das soluções necessárias, se rebele contra a direita, combata a direita, se identifique com os ideais de liberdade e progresso social e lute por uma política democrática.**

Como justamente foi sublinhado neste Encontro Nacional, a situação real da juventude e a gravidade dos problemas existentes e que o vosso Manifesto rigorosamente caracteriza é o mais poderoso desmentido às afirmações e propaganda demagógica de Cavaco e do seu Governo.

(...)

A juventude na defesa do meio ambiente

Creio ser adequado, camaradas, fazer ainda referência especial a alguns aspectos de dois problemas que têm adquirido crescente importância nas preocupações, na vida e na acção da juventude: os problemas ecológicos e a luta pela paz.

A juventude tem particular e justo interesse pelos problemas ecológicos e intervém activamente na defesa do equilíbrio ecológico e do ambiente contra os verdadeiros crimes que a política de direita tem praticado e se propõe praticar.

O PCP e a JCP inscrevem de há muito na sua orientação e na sua prática os problemas ecológicos e a sua solução.

Além dos comunistas e dos democratas independentes que compartilham connosco destes objectivos a CDU conta com a activa e destacada participação do único partido ecologista português — o Partido Ecologista «Os Verdes».

Quase não seria necessário aqui o anotar que é geralmente reconhecido a par da actividade dos deputados do PCP e da JCP o valor da actividade parlamentar da deputada deste partido, eleita pela lista da APU nas eleições legislativas de 6 de Outubro de 1985.

O PSD, partido do Governo demitido, é responsável por alguns dos maiores crimes que no nosso país se têm praticado contra o meio ambiente. E não polui apenas o País com a sua actuação no domínio económico e social. Polui também a atmosfera política e moral do País, com o veneno da comunicação social, com a sua demagogia, com a sua propaganda, com as suas constantes mentiras e campanhas altamente poluentes.

É principalmente a partir do Governo que o PSD desenvolve a sua demagogia sobre os problemas ecológicos.

A generalidade dos partidos nunca se preocupam com estes problemas. Nunca fizeram nada de concreto para os resolver. Mas, confrontados com a destacada acção dos comunistas e do Partido «Os Verdes» e espicaçados pelos êxitos eleitorais de «Os Verdes» em países estrangeiros descobriram de repente que ser Verde pode dar votos.

E então é a corrida. Todos os partidos querem ter os seus ecologistas. E uma vez que aumenta a procura, aumenta a oferta.

Cheirando o negócio político um movimento ecologista escreveu a todos os partidos (desde a extrema direita ao PCP) a pedir participação nas listas, solicitando lugares que lhe permitissem deputados nas bancadas de todos os partidos. Nós não demos, naturalmente. Mas não é certo que outros não tenham dado.

Um partido em dificuldades resultantes da orientação divisionista que empreendeu e da sua desagregação interna, chamou em seu auxílio um verde da RFA. O senhor chegou e logo atacou o Partido Ecologista «Os Verdes», atacou o PCP, atacou a CDU. Que dizer? Missão cumprida.

Não sabemos se se pretende alargar a partidos políticos portugueses a supranacionalidade da CEE ou, no caso concreto, da RFA. Não sabemos se se pretende que os movimentos ecologistas portugueses se submetam à ordem política de ecologistas estrangeiros.

De qualquer forma, as declarações desse senhor constituem uma ingerência grosseira e intolerável na política interna portuguesa, uma ingerência que não dignifica quem se presta a ela nem dignifica quem a promove.

O Encontro Nacional da JCP sublinhou justamente que urge «preservar o equilíbrio ecológico da nossa terra» como «um valor essencial da nossa existência». Propôs justamente a adopção de medidas de emergência para solucionar o problema da poluição das nossas praias e dos nossos rios. Expressou a firme recusa à tentativa de imposição de resíduos nucleares junto das fronteiras portuguesas.

Quero aqui certificar o inteiro apoio do PCP a estas posições e propostas.

E sublinhar que a defesa do equilíbiro ecológico, a defesa do meio ambiente constitui não só uma orientação inteiramente justa, como uma direcção da actividade em que a juventude está interessada em empenhar-se com vistas às eleições de 19 de Julho.

A juventude na luta pela paz

A juventude ama a vida. A sua própria vida, a vida do seu povo, a vida do ser humano.

E amando a vida, inspiram-na sentimentos de amizade e solidariedade entre os povos, de amizade e solidariedade internacionalistas dos jovens de todos os países.

Como foi justamente sublinhado no Encontro Nacional, a juventude toma consciência dos perigos de uma nova guerra mundial, de uma guerra nuclear que representaria o holocausto da humanidade.

A juventude não pode deixar de condenar veementemente, de contraditar e de combater a política de corrida aos armamentos e de preparação da guerra das estrelas do imperialismo norte-americano e dos círculos mais agressivos da NATO. Não pode deixar de ter em alto apreço e valorizar as propostas e iniciativas de paz da União Soviética e de outros países socialistas.

O problema da paz ou da guerra não é apenas um problema dos Estados. É também problema dos povos. É um problema vital da juventude porque a juventude é a primeira a ser atirada para as guerras e a primeira a ser sacrificada e vitimada.

O problema da paz ou da guerra não é tão pouco um problema apenas das grandes potências. É também um problema de Portugal e dos portugueses, um problema com expressões concretas na política do governo português, um problema que tem traduções práticas na política interna e externa de Portugal.

E por isso a juventude não pode deixar de opor-se a uma política que signifique crescentes concessões diplomáticas, políticas e militares aos Estados Unidos e à NATO, a utilização do território português, do nosso espaço aéreo e das nossas águas para acções agressivas do imperialismo, o alargamento das bases estrangeiras, a instalação, depósito ou trânsito de armas nucleares, a utilização do porto de Lisboa pelos submarinos atómicos equipados com armas nucleares, os acordos para novas instalações militares no nosso país como é o caso da estação de rastreio de mísseis de Almodôvar inscrito na preparação da guerra das estrelas.

A juventude não pode deixar de opor-se a uma política externa de integração na estratégia agressiva do imperialismo norte-americano.

A juventude quer a paz e lutará pela paz e esta é também uma importante direcção de actividade na campanha para as eleições de 19 de Julho.

PCP

Ideais de Abril ideais da juventude

As exigências concretas e prioritárias da juventude inscrevem-se no quadro da luta do nosso povo para defender, continuar e assegurar o desenvolvimento futuro do regime democrático instaurado com a revolução de Abril e consagrado na Constituição da República, — que a reacção e alguns partidos democráticos querem revogar e destruir, mas que nós continuamos a defender como lei fundamental da República Portuguesa cujos princípios fundamentais são indispensáveis para garantir o futuro democrático e independente de Portugal.

A reacção é o passado tenebroso do fascismo. Alguns partidos democráticos propõem para Portugal uma modernização que nos faria regressar ao domínio económico e político dos monopólios, dos latifundiários, do imperialismo estrangeiro.

Os ideais e as realizações de Abril não pertencem ao passado. Continuam sim a ser parte integrante e inalienável do regime democrático português, que a direita procura destruir e que nós lutamos para defender e assegurar.

As forças reaccionárias procuram envenenar a juventude com as ideologias do passado. Procuram envenenar a juventude com ideias mistificadoras acerca do que foram, do que representam no presente e do que representam para o futuro as transformações democráticas alcançadas pela luta heróica do povo português com a revolução de Abril.

Os ideais e as realizações de Abril não pertencem ao passado antes constituem apesar de atingidos e feridos pela política de direita dos últimos 11 anos, **o alicerce mais sólido do futuro democrático, progressista e independente de Portugal.**

Pelo que são, pelo que representam, pelo que significam na perspectiva do nosso povo e da nossa pátria, pode afirmar-se que **os ideais de Abril são os ideais da juventude.**

É o **ideal de liberdade**, alcançada depois de 48 anos de opressão fascista. O direito a ter uma opinião, de expressá-la, de defendê-la, de lutar por ela. O direito a pensar e a expressar o próprio pensamento. E esse valor insubstituível de poder decidir das próprias opções, dos próprios gostos, da própria maneira de viver. **A liberdade é tão importante para a juventude, como o ar que respira.**

É o **ideal de democracia**, compreendida no seu sentido e significado mais amplos e profundos, nos planos político, social e cultural. O poder do povo segundo a vontade do povo. A intervenção e participação popular nas decisões. A eliminação de desigualdades sociais. A eliminação dos abusos do poder, dos privilégios, das mistificações, das falsidades e da mentira. **A democracia é a vida social e política necessária ao povo, a democracia é um ideal inalienável da juventude.**

É o **ideal de progresso social**, para o qual a revolução de Abril deu poderoso impulso, com a eliminação dos monopólios, do poder político e económico do grande capital, com as nacionalizações, com a reforma agrária, com a conquista de importantes direitos políticos e sociais dos trabalhadores, das mulheres, da juventude. Recursos portugueses para os portugueses. Aproveitamento e mobilização dos recursos e potencialidades nacionais. Desenvolvimento industrial e agrícola para o aumento da produção e da riqueza nacional, para o melhoramento radical das condições de vida material e cultural do povo português, da juventude portuguesa. **O progresso social é um ideal da juventude.**

É também o **ideal de independência** da pátria portuguesa. A juventude portuguesa tem orgulho da nossa história, dos nossos valores nacionais, da nossa cultura, da nossa identidade, e luta e lutará em defesa da independência e da soberania nacionais.

Cabe à juventude um destacado papel no revigorar dos sentimentos nacionais contra a colonização económica, social e cultural de que Portugal está a ser vítima em consequência da política de restauração capitalista e imperialista que a reacção impulsiona e com a qual partidos democráticos têm colaborado.

E por isso mesmo a juventude não pode seguir aqueles que sacrificam os interesses de Portugal e do povo português a interesses estrangeiros, não pode seguir aqueles que defendem abertamente que Portugal deve subordinar as suas decisões próprias às decisões da CEE e da NATO, deve aceitar a supranacionalidade da CEE e que quando gritam «para a frente Portugal» é para que Portugal, que foi conduzido à beira do abismo pela política de capitulação nacional dos governos de direita, dê o salto final que o faça cair na abdicação da sua soberania e na total dependência económica e política do imperialismo estrangeiro. **A independência nacional é um ideal da juventude e a juventude luta e lutará em defesa de Portugal livre, independente e soberano.**

É também o **ideal de paz**, já atrás referido em termos universais e em termos portugueses, mas que é também necessário referir em relação com a revolução de Abril. Porque a revolução de Abril pôs fim às criminosas guerras coloniais em que foram sacrificados milhares e milhares de jovens portugueses, muitos e muitos dos quais mortos, outros tornados deficientes. Porque a revolução de Abril foi expressão da amizade e fraternidade entre o povo português e os povos até então sujeitos à exploração e opressão colonialistas. Porque **a revolução de Abril foi a paz, ideal da juventude.**

(...)

É uma experiência histórica que o fascismo e a reacção teve sempre como linha de actuação grandes investimentos materiais, propagandísticos e psicológicos para enganar, captar, fanatizar e instrumentalizar a juventude. Assim foi com Hitler e com Mussolini. Com menos sucesso, assim tentou também fazer Salazar.

Na actualidade do nosso país, parece que as forças reaccionárias procuram (embora em circunstâncias inteiramente diferentes) obter o mesmo resultado.

Para os reaccionários, nomeadamente para Freitas antes, para Cavaco hoje, os jovens devem ser *robots* sem capacidade nem autorização para o discernimento.

Os jovens podem ser enganados. Mas se alguém quer fazer deles *robots* acaba por receber a resposta adequada.

Se os chefes reaccionários querem restaurar na juventude o seguidismo cego e mecânico, a justa resposta da juventude é afirmar que não vivemos no pesadelo do Portugal fascista, mas no Portugal de liberdade conquistado pela gesta heróica dos militares e do povo que fizeram a revolução de Abril.

Se Cavaco Silva trata a juventude como se os jovens fossem frangos a correr atrás dele por alguns bagos de milho que lhes atira, a justa resposta da juventude é levantar com coragem a sua voz própria, produto da sua própria reflexão e da sua própria vontade.

É uma constante lição da vida dos países capitalistas que a reacção não poupa elogios à juventude quando ela obedece docilmente e atira contra ela a brutalidade dos corpos policiais de intervenção quando a juventude ousa afirmar a sua independência e vontade.

A posição do PCP face à juventude é diametralmente oposta à da reacção.

Ao contrário dos pretendentes a chefes e comandantes da juventude que atacam na juventude as manifestações de discordância, de protesto, de contestação e de rebeldia, nós dizemos que **a discordância, o protesto, a contestação e a rebeldia são formas naturais e dinâmicas de intervenção construtiva da juventude.**

Porque levantam novos problemas. Porque chamam a atenção para aspectos ignorados, mal compreendidos ou esquecidos. Porque, de forma explícita ou implícita, sugerem ou propõem caminhos e soluções.

Ao contrário dos pretendentes a chefes da juventude, nós **apelamos à juventude para que intervenha na vida social, na vida política, na vida cultural, com as suas ideias, os seus gostos, o seu estilo próprio, a sua criatividade.**

A JCP proclama com orgulho ser a juventude do PC. Mas o PC não diz aos jovens comunistas que copiem as palavras, os gestos e o estilo do Partido.

A juventude tem uma linguagem própria, tem os seus próprios ouvidos para ouvir, os seus próprios olhos para ver, o seu próprio paladar para saborear a vida, a sua própria cabeça para pensar, a sua própria vontade para resolver.

Quando dizemos aos jovens: o vosso lugar é connosco, é com o PCP, é nestas eleições com a CDU, **não dizemos o vosso lugar é atrás de nós. Dizemos sim, o vosso lugar é ao nosso lado.**

O Encontro Nacional que acaba de ser realizado dá-nos inteira certeza de que a JCP com os Verdes, com os jovens independentes participantes na CDU, dará um elevado contributo para dinamizar a campanha com energia, confiança, alegria e imaginação para que a juventude portuguesa represente o papel que lhe compete para afastar definitivamente do poder Cavaco e o seu governo e para que seja formado um governo democrático que resolva os problemas da juventude, assim como todos os gravíssimos problemas criados por 11 anos de política de direita.

B.º da Mina

Rio de Mouro

Álvaro Cunhal participou em várias iniciativas no último sábado, nos arredores de Lisboa. De manhã esteve em **Idanha** (Belas), **Agualva-Cacem** e **Algueirão**/Mem Martins. Após um almoço-convívio e dum comício em **Rio de Mouro**, deslocou-se a **Talaide** (S. Domingos de Rana), ao **Bairro da Mina** e ao **Penedo**. Depois dum jantar-convívio na Parede, participou num comício em **Manique** (Alcabideche).

Manique (Alcabideche)

Idanha (Belas)

Com Lopes-Graça, na Parede

Talaide (S. Domingos de Rana)

Cacém

PCP

Álvaro Cunhal em Setúbal:

Cavaco é como o incendiário que aparece mascarado de bombeiro

Um comício entusiástico na capital do Sado

O Largo da Misericórdia, em Setúbal, foi o local escolhido pela CDU para o comício que, domingo à noite, encerrou o programa da inauguração da Sede Distrital da Coligação Democrática Unitária, que contou com a participação do camarada Álvaro Cunhal. O acolhedor largo da cidade, calcetado a hexágonos, foi invadido por muitas centenas de pessoas que assistiram primeiro ao espectáculo — com as canções de Jorge Lomba e de Luísa Basto —, agitando bandeiras da CDU e fazendo silêncio para os acordes da Carvalhesa, antes que os candidatos tomassem lugar no palco enfeitado a azul.

Foi a deputada do PCP e novamente candidata Odete Santos quem apresentou os participantes no comício concelhio. Em ambiente de entusiasmo e já de festa. Com a mensagem ainda quente do Encontro, nessa mesma altura, da JCP, as primeiras palavras de ordem pertenceram à juventude. E a primeira intervenção da noite também. Foi Paula Coelho, do Secretariado Nacional da JCP, a abrir o comício. Criticando a política de direita e denunciando os seus malefícios em relação aos jovens, a candidata alertou para os «rebuçados que não matam a fome» que certamente serão distribuídos durante a campanha pelos governantes. Paula Coelho garantiu que a CDU pode contar com os jovens e que estes contam com a CDU, e anunciou diversas iniciativas juvenis integradas na campanha em vários concelhos do distrito.

Seguiu-se, no uso da palavra, o candidato Hélio Bexiga, trabalhador do Entreposto, destacado ex-membro do MDP, hoje fazendo parte da Associação Intervenção Democrática, candidato da CDU, que explicou os objectivos da nova organização política que integra muitos dos mais conhecidos antigos dirigentes do MDP que abandonaram este partido mas não o projecto, conforme sublinhou, aplaudido por centenas de pessoas.

Maria Santos, da Comissão Executiva Nacional do Partido «Os Verdes», fez uma vibrante intervenção, explicando por que os «Verdes» estão na CDU — partilhar a experiência, partilhar a tarefa com os comunistas e com os outros democratas da Coligação. Falando dos problemas que interessam aos ecologistas e vincando a ligação dos problemas àqueles, mais gerais, da sociedade portuguesa que a CDU quer ajudar a resolver, Maria Santos exprimiu o sentimento dos seus companheiros de partido: «Sentimo-nos bem aqui», disse.

Por fim interveio o camarada Álvaro Cunhal. Que saudou a população de Setúbal e lembrou a todos a necessidade de aprofundar o esclarecimento político de todos os que não têm votado nos comunistas e nos seus aliados e traçou o quadro geral da batalha política no distrito, num discurso de que publicamos alguns excertos:

Que fez Cavaco pelo distrito?

No seguimento da acção do Governo PSD/PS e de outros governos anteriores de partidos da direita com ou sem o PS, que fez a política de direita, que fizeram Cavaco Silva e o seu governo PSD pelo distrito de Setúbal?

Quais os resultados e as consequências no distrito de Setúbal das ofensivas contra as conquistas de Abril, designadamente contra as nacionalizações, a reforma agrária, os direitos dos trabalhadores, de uma política inteiramente ao serviço da restauração dos monopólios associados ao imperialismo estrangeiro e dos latifundiários, de uma política de agravamento da exploração dos trabalhadores para benefício do capital, de uma política de capitulação nacional, sacrificando a interesses estrangeiros, designadamente dos Estados Unidos e da CEE, os interesses nacionais — de que é exemplo gritante a recente redução forçada para dois terços das exportações da Siderurgia?

Os resultados foram a destruição do aparelho produtivo, a tentativa de desmantelamento e estrangulamento financeiro das grandes unidades industriais nacionalizadas (Quimigal, Siderurgia, Setenave), o encerramento de pequenas e médias empresas, a liquidação de numerosas cooperativas da reforma agrária, a liquidação de postos de trabalho, os despedimentos colectivos já realizados e os anunciados, o desemprego com particular relevo para as mulheres e para os jovens à procura do primeiro emprego, os salários em atraso e a recusa a aplicar a lei que minora a situação, o trabalho precário, o regime de aluguer de mão-de-obra, a liquidação de benefícios sociais, a degradação dos serviços de saúde e do ensino, a crise da habitação cada vez mais grave, situações de miséria e de fome (como o próprio Governo reconhece) atingindo particularmente os reformados, pessoas idosas, deficientes, aquelas camadas mais desfavorecidas de que o Primeiro-Ministro demitido tanto fala mas cujos gravíssimos problemas não resolve.

Os resultados da política de direita, nomeadamente do Governo demitido do PSD de Cavaco Silva, não se limitam pois a estar à vista de todos. Estão gravados com profundos estragos na indústria e na agricultura do distrito. Estão gravados na vida de centenas de milhar de homens, mulheres, jovens, crianças, pessoas idosas, com novas privações, novas injustiças, novas discriminações.

Estes são os resultados directos da política de direita e designadamente do governo demitido do PSD de Cavaco Silva.

A realidade e a falsificação

Isto são factos. Não são falsas acusações. **A realidade nua e crua do distrito de Setúbal é que a grave situação económica e social do distrito é a consequência directa da política de direita e designadamente dos últimos anos do Governo demitido PSD de Cavaco Silva.**

Com o cúmulo da falsidade e do cinismo, o Primeiro-Ministro, o seu Governo e o seu partido fogem às responsabilidades e atiram as responsabilidades para os ombros da revolução democrática e para os ombros das suas próprias vítimas.

A propaganda do Governo demitido e do PSD procura criar a ideia de que os gravíssimos problemas económicos e sociais existentes no distrito e que são consequência directa da política de direita, são culpa dos comunistas e outros democratas, que o povo do distrito apoia. A culpa seria do próprio povo do distrito e particularmente da classe operária, porque ousa pensar com a sua cabeça, ousa combater a política contra-revolucionária da direita, ousa defender com coragem os seus interesses fundamentais, ousa defender o regime de liberdade conquistado com a revolução de Abril.

A operação de propaganda e de perversão da opinião pública do distrito de Setúbal por parte de Cavaco Silva, do seu Governo e do PSD não se limita porém a negar as próprias responsabilidades e a lançá-las para cima das vítimas da sua política.

Cavaco Silva, o seu Governo, o PSD, as forças reaccionárias, vão ainda mais longe.

Depois de terem provocado a destruição, o desemprego, a fome e a miséria, Cavaco Silva, o seu Governo, o PSD pretendem aparecer como salvadores.

É o caso do chamado Plano de Emergência. É o caso do chamado Plano de Desenvolvimento. É o caso da chamada ideia da Operação Integrada de Desenvolvimento. É o caso das verbas atribuídas e verbas prometidas.

Não será verdade que o reforço de verbas do Plano de Emergência serve apenas para municiar os «sacos azuis» das Câmaras próximas do Governo (Setúbal e Montijo) e do senhor governador civil, verbas portanto não para resolver os grandes problemas do distrito, mas para servir clientelas e fins eleitoralistas?

Não será verdade que por um lado Cavaco anuncia a criação do Sistema de Estímulos de Base Regional e por outro lado coloca Setúbal em último lugar?

Não será verdade que as recentes promessas de novas construções de casas e de navios para a Soponata e a Portline fazem lembrar que, quando nas últimas eleições, foram feitas promessas semelhantes que nunca foram cumpridas?

Não será verdade que prometeram 45 000 novos postos de trabalho mas o que se vê é a liquidação de postos de trabalho em numerosas empresas?

Não será verdade que prometeram e que só muito parcialmente foram satisfeitos os pedidos das Câmaras para os OTJs?

Com a sua política e com a sua demagogia Cavaco prossegue o objectivo supremo da sua política no distrito de Setúbal, como em todo o país. Não resolver os problemas da indústria e da agricultura, e muito menos os problemas sociais, mas entregar de novo as fábricas, as empresas, a economia, a agricultura, aos grandes capitalistas e agrários que exploraram e aterrorizaram Portugal em 48 anos de ditadura fascista.

Na continuação da política de governos anteriores, o Primeiro-Ministro e o seu Governo depois de terem conduzido o distrito de Setúbal à grave situação que presentemente atravessa, pretendem aparecer como os salvadores do povo vítima de erros alheios.

Como classificar tal atitude?

Em termos institucionais, políticos e éticos poderá dizer-se muita coisa. Mas tudo se pode resumir numa imagem: **Cavaco é como o incendiário que depois aparece mascarado de bombeiro.**

E porque assim é, há que tirar-lhe a máscara, impedir que continue a enganar o povo, esclarecer o povo para que não vote uma vez mais enganado. Há que esclarecer o povo de forma a que o eleitorado do distrito de Setúbal, nas eleições de dia 19 de Julho, **dê uma contribuição decisiva para que o PSD (assim como o CDS) sejam derrotados e o Governo demitido de Cavaco Silva vá definitivamente para a rua. (...)**

Encontro distrital em Coimbra...

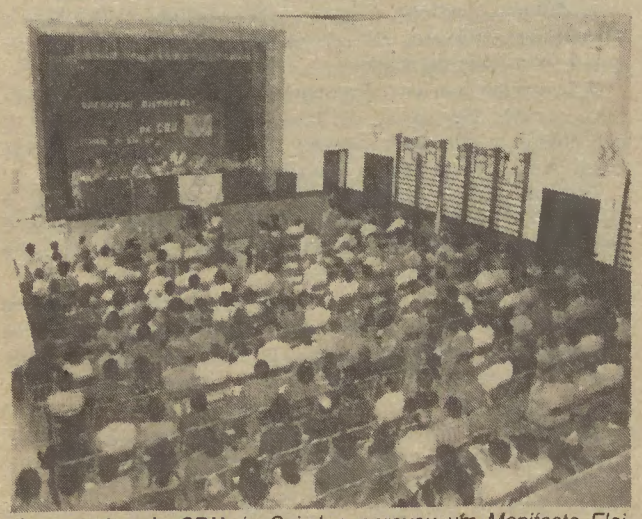
Com a participação de mais de duas centenas de pessoas, realizou-se no último fim-de-semana um encontro distrital da Coligação Democrática Unitária (CDU) de Coimbra. Na nota divulgada pelo respectivo gabinete de imprensa salienta-se a dado passo:

O grande número de independentes presentes, de entre os quais destacamos o professor Orlando de Carvalho, comprovam que a CDU é uma realidade aberta à participação de todos os que aspiram à efectiva solução dos problemas nacionais.

Das inúmeras intervenções realizadas transparece o profundo conhecimento do distrito e a política construtiva que os candidatos da CDU defendem para a solução dos problemas.

O encontro aprovou um **Manifesto Eleitoral** dirigido a toda a população do distrito, onde são salientados os três grandes objectivos para as eleições de 19 de Julho: derrotar a direita; contribuir para aproximar os democratas; alcançar uma grande votação na CDU no distrito de Coimbra.

Ao concluir que os eleitores do distrito têm vindo a demonstrar que estão atentos à forma como as diversas forças políticas cumprem as suas promessas, o Encontro Distrital da CDU sublinnou igualmente que é preciso não desperdiçar votos e alcançar uma grande votação distrital na CDU, contribuindo deste modo para a eleição de uma forte representação parlamentar das forças políticas e democráticas que integram as listas da CDU, e que o voto na CDU é a decisão acertada e coerente de todos os que querem contribuir para que o distrito saia da crise em que o lançou a política de direita.



O encontro da CDU de Coimbra aprovou um Manifesto Eleitoral

... e em Viseu

No anfiteatro da Escola de Enfermagem de **Viseu** teve lugar no último domingo um encontro distrital da Coligação Democrática Unitária (CDU). O camarada **Jaime Serra**, membro da Comissão Política do PCP, participou nos trabalhos desta iniciativa, que registou um bom nível de participação.

Foi aprovada a constituição do executivo da CDU no distrito de Viseu e também do secretariado técnico eleitoral.

Nacional

Sobral e Caixaria

Uma intensa campanha de esclarecimento

Casa cheia no Sobral de Monte Agraço e também muito entusiasmo para o trabalho de esclarecimento que já começou

Na Associação Recreativa e Desportiva da Caixaria, durante o encontro do secretário-geral do PCP com a população

«Nesta casa não se fia/em nenhuma ocasião./A caixa não é minha/o bar é da associação.» Mais exactamente, da Associação Recreativa e Desportiva da Caixaria, uma colectividade jovem, nascida com o 25 de Abril — como fizeram questão de sublinhar à nossa reportagem — e com o trabalho voluntário da população desta aldeia da freguesia de Dois Portos (concelho de Torres Vedras).

Aqui esteve na passada sexta-feira, iniciando mais um intenso fim-de-semana de esclarecimento político, Álvaro Cunhal — recebido com foguetes e flores. Também lá estavam camaradas da DORL e da concelhia do PCP e da Junta de Freguesia de Dois Portos.

No salão da colectividade o secretário-geral do PCP e cabeça de lista da CDU no distrito de Lisboa falou da situação política. Numa localidade onde a principal ocupação é a agricultura, esta foi também o objecto principal da intervenção de Álvaro Cunhal.

CEE ameaça a agricultura

Após referir as razões do aparecimento da CDU e aspectos gerais da situação política nacional, Álvaro Cunhal deteve-se na «grande ameaça» que representa para os agricultores portugueses a adesão do País à CEE — adesão que «já está a causar grandes prejuízos e vai causar ainda mais» — e denunciou as concessões que o Governo PS/PSD e o Governo PSD/Cavaco Silva fizeram aos países do Mercado Comum «em vez de defenderem os interesses nacionais, a nossa agricultura, a nossa indústria, os nossos trabalhadores».

Foi muito bem recebida a referência ao comportamento dos eleitos comunistas que nas autarquias, na Assembleia da República ou no Parlamento Europeu recebem tanto quanto ganhavam antes da eleição, entregando a diferença ao Partido.

Foi assim que veio à memória a contribuição dada pela Associação de Eleitos Comunistas e Outros Democratas (AECOD) aos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras por altura das cheias e o próprio parque infantil da Caixaria, oferecido por aquela associação.

O Sobral vai votar CDU

À noite o secretário-geral do PCP participou num comício da CDU em Sobral de Monte Agraço. O cinema estava cheio, havia muitas mulheres entre os presentes. Na mesa sentaram-se camaradas de organismos de direcção do partido e prestigiados autarcas do concelho e suas freguesias.

No Sobral desde 1979 que a população dá a maioria dos votos aos comunistas e seus aliados. António Bogalho, presidente da câmara, recordou o trabalho feito no concelho durante estes anos e sublinhou que «a CDU é a continuadora do trabalho, honestidade e competência da APU».

Problemas como a rede de água, o pavilhão gimno-desportivo, o matadouro, passagens de nível sem segurança continuam por resolver devido à incúria dos organismos governamentais. Quanto aos apregoados milhões da CEE, António Bogalho afirmou que «o Sobral e os concelhos vizinhos não viram um tostão».

A abrir o comício, falou a camarada Raquel, da JCP. «Não é por dizer muitas vezes açúcar que ficamos com a boca doce» — sublinhou, denunciando a campanha demagógica do PSD/Cavaco Silva que tem por alvo a juventude. É que os problemas, apesar da propaganda, continuam por resolver.

«Um pouco antes de entrar nesta sala perguntei como é que iam as coisas aqui no Sobral — disse Álvaro Cunhal no início da sua intervenção. — A resposta foi que aqui as pessoas já estão esclarecidas.»

Mas — sublinhou — isso não significa que não haja no concelho muitas pessoas que votam contra os seus interesses. «Serão tudo reaccionários as 900 pessoas que aqui votaram no PSD e no CDS» nas últimas eleições — interrogou o secretário-geral do PCP. Ficou o apelo ao esclarecimento.

E ficou a determinação dos comunistas e outros democratas que apoiam a CDU de tudo fazerem para que seja conseguido um dos objectivos principais com que o partido concorre às eleições de 19 de Julho: manter a direita em minoria.

O Sobral dará também o seu contributo. Por isso, no final do comício se disse: «Agora, ao trabalho!»

Distrito de Évora
Marcadas 500 iniciativas

Toda a organização do Partido deve estar ganha e mobilizada para a batalha eleitoral — sublinhou o plenário de militantes comunistas do distrito de Évora, realizado no último domingo no Palácio D. Manuel, naquela cidade alentejana. Tarefas e linhas de actuação com vista às eleições de 19 de Julho para a Assembleia da República e o Parlamento Europeu estiveram no centro dos debates.

Na nota de conclusões da reunião salienta-se que «estão já marcadas cerca de 500 iniciativas da CDU em todo o distrito». Noutra passagem pode ler-se:

«Todos os votos são necessários e úteis para eleger deputados para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu.»

Considerando de extrema importância a divulgação da CDU junto das populações, o plenário sublinhou a importância das comissões de apoio na região e chamou a atenção para a necessidade de realizar iniciativas que possibilitem um contacto directo com o eleitorado.

«Todos os votos dos democratas são precisos para derrotar a direita. É necessário que os trabalhadores e outros democratas que, porventura, estejam de férias ou andem a trabalhar afastados de casa, estudem as formas úteis de ir à terra votar», lembram os comunistas de Évora.

Plenário da DORA

Entretanto, também recentemente esteve reunido em Évora o plenário da Direcção Regional do Alentejo do PCP (DORA). No comunicado divulgado após a reunião refere-se a **particular importância** dada à **mobilização activa da juventude para a batalha eleitoral, participando com as suas iniciativas, com a sua alegria e dinâmica.**

Apresentação de candidatos na Região Autónoma dos Açores

• São possíveis alterações democráticas na situação regional

Com a presença dos órgãos de comunicação social da Região Autónoma, realizou-se na tarde do passado sábado em Angra do Heroísmo a apresentação pública dos candidatos CDU nos Açores. Na ocasião, foi apresentada pela candidata Branca Correia a primeira Declaração da lista da CDU à Assembleia da República.

Nesse documento os candidatos apresentam como direcções essenciais específicas a desenvolver na presenta batalha eleitoral o reforço da luta pela democracia nos Açores, o reforço da autonomia como projecto nacional vivo e próprio do Portugal de Abril, o aprofundamento na defesa dos interesses da Região no quadro do Estado democrático e a necessidade de demonstrar a possibilidade de serem introduzidas alterações democráticas na situação regional.

O primeiro candidato à Assembleia da República, José Decq Mota, salientou os objectivos a alcançar com a eleição de um deputado açoriano da CDU à AR, tendo sublinhado ser de grande importância para a Região conseguir-se que o PSD/Açores deixe de ter mais de 50 por cento dos deputados açorianos naquele órgão de soberania e que entre as forças democráticas representadas passe a haver um deputado eleito pela CDU.

Visita de Cavaco – um escândalo

José Decq Mota classificou, em nome da lista, de incrível e inaceitável a anunciada visita oficial do Primeiro-Ministro demitido à Região de 12 a 15 de Junho, sublinhando que Cavaco enquanto deteve a plenitude das suas funções não só nunca foi aos Açores, como concebeu e apadrinhou muitas medidas exacerbadamente centralistas. «Esta visita oficial do Primeiro-Ministro demitido é escandalosamente eleitoralista», acrescentou Decq Mota.

Usou também da palavra, nesta apresentação dos candidatos, o engenheiro Mário Abrantes da Silva, candidato ao Parlamento Europeu, que frisou a grande importância e urgência que há em debaterem-se profundamente inúmeros problemas que a integração na CEE traz à economia regional.

O escultor Álvaro França, candidato independente à Assembleia da República, apresentou as razões da sua candidatura tendo sublinhado que «se procurasse benesses estaria no campo oposto». Acentuou que a CDU é uma força necessária para o progresso democrático dos Açores, pelo que se torna indispensável o seu alargamento eleitoral na região.

Após a apresentação da lista realizou-se um convívio no qual participaram muitos convidados e activistas.

Setúbal

Apresentação da lista CDU e inauguração da sede distrital

Que nem de propósito, as árvores que bordejam a Avenida 5 de Outubro, em Setúbal, onde, no velho edifício que foi o Centro de Trabalho do PCP, se inaugurou a sede distrital da CDU, tinham-se vestido de flores azuis. Domingo. A pacatez habitual da cidade animava-se com a música de conjuntos e de ranchos que actuavam no jardim da sede, depois de um almoço-convívio que reuniu centena e meia de pessoas. Longas faixas azuis decoravam a fachada da sede que, completamente transformada e redecorada, servirá até 19 de Julho para o trabalho eleitoral da Coligação Democrática Unitária. A festa da inauguração sucedeu à apresentação à comunicação social regional das listas CDU pelo distrito, que teve lugar em Tróia e a jornada terminaria com um comício na cidade, com a participação do secretário-geral do PCP, de cujo discurso publicamos noutra página significativos excertos.

Domingo era, pois, o arranque. Em festa. E na festa participaram muitas centenas de pessoas que invadiram o jardim e alastravam para a avenida. O Rancho de Praias do Sado, o Grupo de cantares alentejanos também daquela localidade do concelho, o grupo «Música e Saudade» e o Chico da Cana animaram a tarde. À sombra das árvores, sentados em bancos hexagonais, e mesas em forma de favo, azuis e brancas, entre o fumo dos couratos e a música que vibrava no ar, o convívio mostrava que em Setúbal a confiança e a alegria reinavam e marcavam de festa o grande trabalho que há a fazer.

Abrem-se perspectivas

Na véspera, em Tróia, sob a presidência do camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política do CC do PCP, vice-presidente da Assembleia da República e novamente candidato a deputado, realizou-se a sessão de apresentação pública da lista CDU pelo distrito, tendo o camarada Manuel Sobral, do CC e da DORS, apresentado os candidatos.

Vários dos candidatos intervieram na sessão, expondo os pontos de vista e os objectivos da CDU sobre questões de política nacional e regional, tendo sido apresentado um programa CDU para o desenvolvimento do distrito de Setúbal.

O camarada Carlos Ramildes, da Comissão Política do CC do PCP, salientou na sua intervenção que se trata de **um programa em estreita ligação com a conjugação futura de várias componentes: a acção parlamentar dos deputados CDU a eleger no distrito, a acção do governo democrático que defendemos, o poder regional, o poder local, o movimento operário e popular de massas, os trabalhadores e as populações directamente interessadas.**

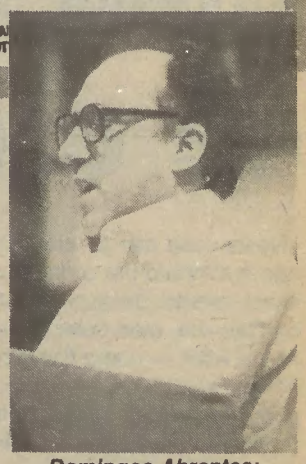
Encerrando a sessão, falou o camarada Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, que começou por sublinhar a extraordinária importância que as eleições de 19 de Julho revestem **para a defesa do regime democrático, para abrir caminho a uma alternativa democrática aos governos de direita e à sua política.**

Com a derrota do Governo Cavaco Silva/PSD, disse Domingos Abrantes, **abrem-se perspectivas reais para resolver o problema central da vida política portuguesa: interromper a ofensiva contra-revolucionária contra o 25 de Abril e as suas conquistas, afastar definitivamente a direita do poder e formar um governo capaz de realizar uma política democrática.**

Por política democrática entendemos que satisfaça as necessidades do nosso povo, assegure o desenvolvimento económico do País assente na mobilização dos recursos nacionais e na participação criadora dos trabalhadores, garanta aos jovens o acesso ao ensino e aos postos de trabalho, ponha fim à prática de subserviência e capitulação face ao imperialismo.

Uma tal política, pelo seu conteúdo e pelas camadas sociais que serve, é contrária aos interesses do grande capital, pelo que não poderá ser realizada com forças de direita no Governo, sozinhas ou em aliança com partidos do campo democrático. Trata-se de uma conclusão amplamente confirmada por treze anos de regime democrático.

Falando mais adiante dos três objectivos fundamentais que o PCP fixou para a batalha eleitoral, Domingos Abrantes referiu-se à necessidade imperiosa de esclarecer algumas mistificações políticas — a que pretende convencer as pessoas de que é legítimo que um partido mais votado, embora minoritário, deve formar governo; a que consiste em fazer crer ao eleitorado que as próximas eleições se destinam a eleger não a AR mas um primeiro-ministro (com apenas dois candidatos — Cavaco e Constâncio); a que se refere ao voto «útil» no



Domingos Abrantes:

PS como único garante de uma alternativa democrática.

O filme dos acontecimentos, afirmou o dirigente comunista, **está ainda bastante vivo na nossa memória. Qualquer eleitor que, com conhecimento de causa, queira votar na coerência, na fidelidade aos ideais democráticos, aos compromissos eleitorais, por uma alternativa à direita, só tem uma escolha, o voto na CDU. A CDU, constituindo uma nova realidade na vida política nacional, sendo a única força que vai disputar as batalhas eleitorais a pensar na unidade dos democratas e na resolução dos problemas do País, aparece como uma grande esperança no campo democrático.**

Octávio Pato na Damaia

Um «pormenor» do pensamento cavaquista...

A par da incapacidade e incompetência, patentes em todas as áreas da vida nacional, o Governo Cavaco Silva teve a sua prática governativa marcada pela arrogância e pelo autoritarismo. Aliás, nem outro comportamnento seria de esperar de um Executivo que tinha a chefiá-lo um homem que, referindo-se a Salazar, disse que «teria ficado na memória dos portugueses como um grande homem» **se tivesse tido a sabedoria de se retirar a tempo!!** (entrevista à revista «Politique Internationale», número do Outono de 1986).

Foi **Octávio Pato** quem lembrou este «pormenor» do pensamento cavaquista durante o comício realizado no último domingo na **Damaia**, nos arredores de Lisboa. Aquele membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, candidato pelo círculo da capital, salientaria de seguida:

«Aliás, Cavaco Silva não esconde a sua vocação autoritária e ditatorial.

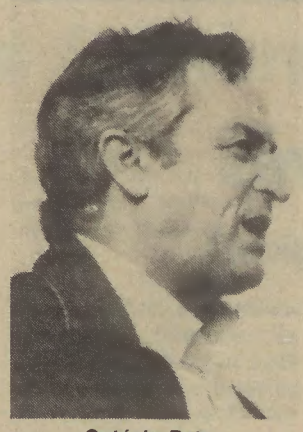
«Senão, vejamos: quando as lutas crescem e se agudizAm em todos os sectores laborais, quando a oposição intensifica as suas críticas na Assembleia da República à prática governativa, arrogantemente Cavaco Silva afirma: "(...) Não penso alterar uma vírgula da minha estratégia, proceder a qualquer remodelação do meu gabinete, nem colocar no Parlamento qualquer moção de confiança".

«Claro que passados 4 meses, o Governo Cavaco Silva era demitido, por força da luta popular e da acção conjugada dos partidos democráticos na Assembleia da República.

«Porque uma coisa são os sonhos saudosistas dos que querem fazer voltar a História atrás, outra é a realidade viva do 25 de Abril e das suas conquistas.»

E mais adiante:

«O Governo Cavaco Silva perdeu uma batalha mas a verdade é que não perdeu a guerra. A verdade é que o Governo Cavaco Silva detém nas suas mãos os órgãos de comunicação social mais importantes, que manipula e utiliza a seu belo prazer, como diariamente podemos verificar.



Octávio Pato:

«E até às eleições iremos diariamente ver e ouvir o elogio permanente da acção governativa; o anúncio das medidas que tomou, das que não tomou e das que pensa tomar; a promessa de resolver finalmente os grandes problemas que afligem o povo português, e irá ter mesmo o descaramento de propalar que só já não os resolveu porque a oposição o não deixou!...»

Carlos Brito no Algarve

O interesse governamental na «guerra de gerações»...

«O principal cavalo de batalha do Governo no plano legislativo foram as tentativas para alterar a lei dos despedimentos, acabar com a garantia da justa causa e com outros direitos dos trabalhadores e entregando todo o poder ao patronato para despedir como e quando entender. Apesar das manobras e pressões do Governo, o seu objectivo não foi atingido neste campo. Também aqui o Governo Cavaco Silva foi derrotado».

As palavras são de **Carlos Brito**, membro da Comissão Política do PCP, e foram proferidas no último fim-de-semana em Vila Real de Santo António durante um comício de apresentação dos candidatos da CDU pelo Algarve.

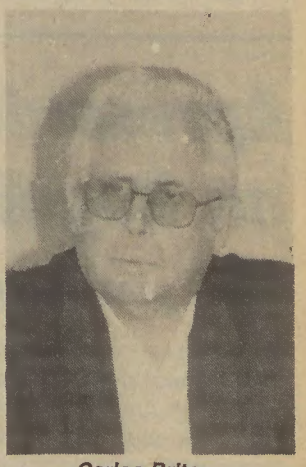
O cabeça de lista da Coligação Democrática Unitária recordaria noutra passagem da sua intervenção que «o ministro do Trabalho cavaquista chegou a sugerir que uma causa do desemprego dos jovens residiria no facto de os seus pais terem demasiadas garantias contra o desemprego. Isto é, o Governo não desiste de tentar provocar uma guerra de gerações», afirmou Carlos Brito para expressar a seguir:

«A verdade é que o desemprego, as tentativas para liberalizar os despedimentos e a falta de emprego para os jovens não são contraditórias, são os diferentes frutos de uma mesma política de agravamento da exploração capitalista, da política do PSD/Cavaco Silva ao serviço exclusivo dos interesses egoístas do grande capital».

Sobre a temática da **regionalização**, Carlos Brito afirmaria a dado passo:

«Só não estão dados passos decisivos no sentido da criação da Região Administrativa do Algarve porque o PSD se opõe obstinadamente ao avanço do processo da regionalização, contando com a conivência do PS.»

Noutro momento da sua intervenção, o dirigente comunista recordou que «não basta que os partidos democráticos obtenham a maioria em conjunto, é necessário que tenham a consciência de que é indispensável que se verifique uma convergência, um entendimento entre os partidos democráticos, que



Carlos Brito:

dê base segura ao futuro governo».

Carlos Brito comentou a seguir: «É evidente que a direcção do PS e em especial Vítor Constâncio não tem essa consciência. Ao dirigir o seu principal ataque eleitoral contra o PCP e o PRD, Constâncio confirma todas as suspeitas que se podem ter sobre a sua real vontade de derrotar a direita.»

«Neste caso, então, para quê uma grande votação no PS?», perguntou Carlos Brito. E respondeu: «Para logo a seguir o PS se aliar ao PSD como em 1983?...»

Nacional

Jornada festiva no Porto

«Estamos em festa e travaremos esta campanha eleitoral com tanta mais alegria e confiança quanto é certo que nunca, como agora, foi tão clara a perspectiva de que uma vitória das forças democráticas se transforme na convergência dos partidos democráticos que dê, finalmente, lugar a um governo democrático» – afirmou Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP e cabeça de lista da CDU pelo círculo do Porto, durante a festa de apresentação dos candidatos da Coligação Democrática Unitária por este distrito, no sábado à tarde, no Palácio de Cristal.

Festa, alegria e confiança foram as tónicas presentes nesta grande iniciativa da CDU. **Festa** que começou nas ruas com caravanas, bombos e fanfarra e continuou já dentro da nave, onde se concentraram milhares de pessoas, com as canções de Samuel e Fernando Tordo. **Alegria** que permaneceu nas palavras de ordem, nos panos de presença, desde a «claque da Sé» até ao «para que não te falte nada» da CDU/Jovem, na surpresa da simpática (e enorme!) abelha que desceu da cúpula do pavilhão e, no fim da sessão, deixou cair milhares de *confetis* coloridos. **Confiança** sempre presente nas palavras dos candidatos que intervieram: Armando Castro (candidato ao Parlamento Europeu), Rui Sá (dirigente da JCP), Manuel Freitas (membro da Comissão Executiva da CGTP-IN), Alberto Andrade (independente), Catarina Cabral Araújo (dos «Verdes», a mais jovem candidata da CDU pelo Porto), Raul de Castro (da Associação Intervenção Democrática).

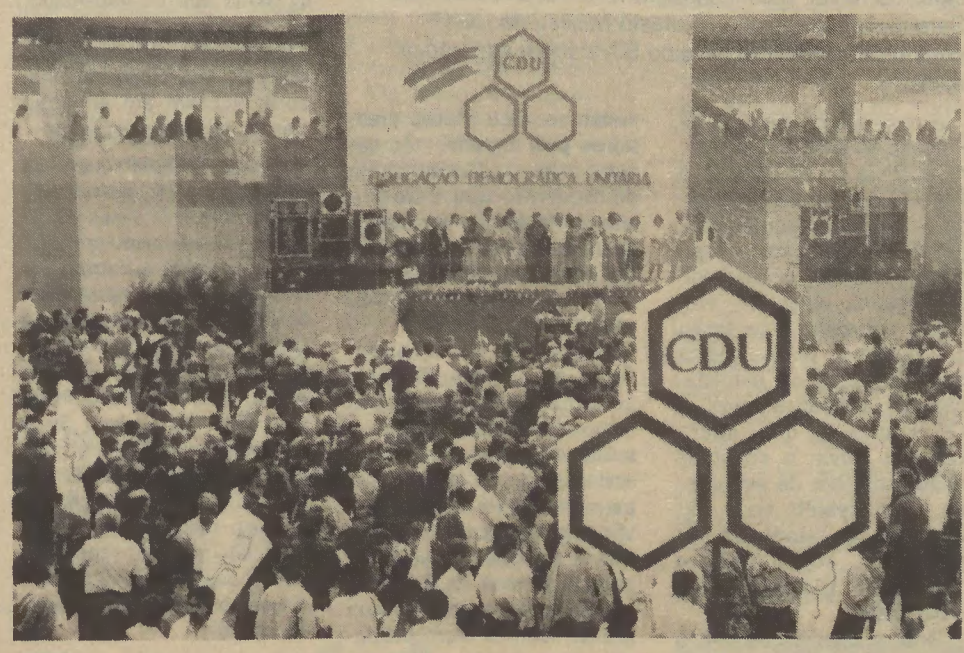
Manter a direita em minoria

Carlos Costa encerrou a série de curtas intervenções políticas. Referiu as razões da existência da CDU, «directa continuadora da Aliança Povo Unido e a portadora dos valores de trabalho, honestidade e competência que a caracterizaram, a força política mais jovem, mais aberta, unitária e plural».

«Derrotar a direita em 19 de Julho, confirmando nas urnas a demissão do Governo minoritário PSD/Cavaco Silva, é manter o PSD e o CDS em minoria na AR e impedi-los, assim, de constituir governo» – este foi um dos objectivos eleitorais apresentados por Carlos Costa.

O dirigente do PCP e cabeça de lista da CDU no distrito referiria ainda que uma grande votação na CDU «apresenta-se não apenas como um importante contributo para a derrota da direita, mas também como um meio indispensável e determinante para impedir que os partidos democráticos venham novamente a aliar-se à direita e para que se concretize a convergência democrática e a formação de um governo democrático após as eleições».

Por fim, dando a conhecer o compromisso dos candidatos da CDU pelo círculo do Porto, Carlos Costa garantiu que os votos na CDU «serão usados ao serviço da resolução dos mais graves problemas sociais que afectam a população e o distrito do Porto», serão usados para a «viabilização de uma política e de um governo que estimulem realmente o desenvolvimento das actividades económicas nacionais, em benefício das condições de vida do povo e do desenvolvimento do País».



Coligação permanente

— projecto estável de intervenção

O gabinete de imprensa da CDU divulgou na passada segunda-feira a seguinte nota:

Foi hoje entregue no Tribunal Constitucional a documentação necessária para o registo de uma **coligação permanente de partidos**, com a denominação Coligação Democrática Unitária, a sigla CDU e o símbolo que tem vindo a ser divulgado nas últimas semanas.

Recorde-se que as coligações eleitorais como é o caso das coligações CDU registadas para a Assembleia da República e o Parlamento Europeu, extinguem-se com a mera publicação dos resultados eleitorais das eleições para as quais foram constituídas.

Ao requerer a anotação de uma **coligação permanente**, a CDU assume-se como um projecto estável de intervenção na vida política do País. Este facto permitirá, designadamente, desde já, concorrer às próximas eleições suplementares para os órgãos autárquicos que se venham a realizar e intervir como tal nos órgãos autárquicos e noutros planos da vida do País. Os objectivos, âmbito e finalidades da coligação permanente CDU são os seguintes:

- Intervir em todos os domínios da vida pública do País (designadamente a nível nacional, regional e local), por forma a suscitar e possibilitar a actuação convergente de forças e personalidades democráticas (incluindo independentes), empenhados numa acção unitária com vista à realização e concretização dos ideais de Abril e da Constituição da República;
- Apresentar candidaturas a todas as eleições que se realizem em todo o País para os órgãos do Poder Local (designadamente dos municípios e freguesias), quer gerais, quer intercalares ou antecipadas, se os órgãos competentes dos partidos assim o deliberarem;
- Intervir nos órgãos do Poder Local com carácter de permanência e designadamente através dos candidatos a eleger, por forma a garantir uma actuação democrática e unitária (abrangendo independependes) que contribua para garantir o empenhamento na resolução dos problemas das populações e para assegurar as características do Poder Local democrático, tal como se encontra consagrado na Constituição da República;
- Concorrer às eleições nacionais (Assembleia da República e Parlamento Europeu) e às eleições das Regiões Autónomas, nos termos que forem decididos pelos órgãos competentes dos dois partidos e no quadro dos objectivos gerais definidos.

A CDU, constituída juridicamente pelo Partido Comunista Português e pelo partido ecologista «Os Verdes» e em que participam a Associação «Intervenção Democrática», outros agrupamentos e numerosos independentes tinha já na sua «Primeira Declaração» previsto o alargamento da sua participação às eleições para os Órgãos das Regiões Autónomas e do Poder Local e a sua intervenção em todos os domínios da vida política do País.

É essa a intenção política que o registo da CDU como Coligação permanente veio agora dar essa expressão jurídica.

Lisboa, 1 de Junho de 1987.

Distrito de Portalegre

150 000 hectares de latifúndio 7 mil postos de trabalho destruídos

Aumenta o número de desempregados e o trabalho precário. O desemprego no distrito atinge hoje cerca de 10 mil pessoas, na esmagadora maioria dos casos sem acesso aos subsídios de desemprego, sem formação profissional e sem esperança de emprego na região — o problema é assim colocado no **Manifesto Eleitoral** da CDU de **Portalegre**, divulgado há dias.

A situação de desemprego que ali se vive «é em larga medida resultado da política dos sucessivos governos de direita que têm apostado na reconstituição do latifúndio, destruindo cerca de dois terços das UCP's/Cooperativas existentes em 1986». E acrescenta a Coligação Democrática Unitária: «Mais de 150 mil hectares passaram das mãos dos trabalhadores para os latifundiários, que mantêm a terra numa situação de abandono e determinam a destruição de 7 mil postos de trabalho».

O Manifesto chama também a atenção para as consequências do encerramento das empresas **Hortil, Progal**, e **Cala, Tecnofabril** e **Celtex**, referindo-se mais adiante a outros problemas graves do distrito, nomeadamente nas áreas da **saúde** e do **ensino.**

«Os candidatos da CDU que vierem a ser eleitos pelo distrito comprometem-se», garante o Manifesto, «a lutar na Assembleia da República e fora dela pelos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores, pela reposição da legalidade na Reforma Agrária e pelos interesses dos pequenos e médios agricultores; pelo aproveitamento dos jazigos de urânio; pelo apoio efectivo à instalação, no distrito, de novas indústrias, com prioridade para as agro-alimentares; pelo apoio às unidades fabris já instaladas; pela efectiva implantação do Centro de Formação Profissional; pela definição de um plano de desenvolvimento turístico que tenha em conta as potencialidades existentes e seja capaz de fixar os importantes contingentes de estrangeiros que passam pelo distrito; pela protecção e preservação da fauna e flora; pela protecção e divulgação do património histórico-cultural; pelo apoio às estruturas culturais, artísticas e desportivas.»

Privilegiando o contacto de rua e a criação de espaços vivos, nomeadamente com a juventude do distrito, a CDU de Portalegre tem já várias comissões de apoio constituídas, o que garante «a vivacidade da campanha eleitoral».

Camaradas Falecidos

Manuel Patrício

Vítima de doença incurável, faleceu no último sábado no Hospital de Aljustrel o velho militante comunista **Manuel Patrício**, natural da Mina de São Domingos, concelho de Mértola. Tinha 92 anos **apenas** na idade, mantendo grande lucidez até aos últimos momentos da sua vida. Uma vida de combate bem conhecida em Aljustrel, onde foi fundador do Sindicato dos Mineiros, mantendo-se um lutador incansável durante anos a fio, pelos direitos dos trabalhadores e pela liberdade. Respeitado como o mais velho antifascista da terra, o ti Patrício foi também poeta no quotidiano e em quase todas as situações. Mesmo pouco antes da sua morte, depois de saído de uma operação de emergência, quando alguém lhe chamou **guerreiro**, ele respondeu: **Ai se eu fosse guerreiro/ saía já por aí fora/ a cantar Abril/ ao Mundo inteiro.**

No último 25 de Abril, o ti Patrício (ao centro) festejando a liberdade, em Aljustrel

Jorge da Fonseca Mateus

Membro do Partido desde 1977, faleceu o nosso camarada **Jorge da Fonseca Pereira Mateus**, professor de 62 anos. Era membro da organização dos docentes comunistas da Concelhia de Faro.

★ ★ ★

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta o seu profundo pesar.

Trabalhadores

Infracções nos supermercados — O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa (CESL) apresentou queixa na Inspecção do Trabalho contra infracções cometidas nos supermercados **Ino, Modelo, Pingo Doce, Expresso** e **Europa**. Segundo o CESL, as gerências daqueles estabelecimentos comerciais infringiram as disposições do contrato colectivo em vigor para o comércio retalhista, designadamente no que respeita à laboração nos domingos e feriados. Mas a Inspecção do Trabalho, serviço público, como se sabe, dependente do Ministério cavaquista, respondeu que **«por indisponibilidade não foi possível dar satisfação aos pedidos referidos os quais... irão ser arquivados»**. A direcção do CESL, que protesta com razão contra esta atitude da Inspecção do Trabalho, ao referir-se ao ofício que recebeu sobre o assunto, assinado pelo inspector-delegado, J. D. Mendes Martins, acrescenta que se trata de «uma comunicação que ultrapassa as raias do imaginável». Salientando que o CESL tomará as medidas que se impõe, contra esta **«cobertura escandalosa da ilegalidade»**, a direcção sindical lembra que a Inspecção do Trabalho é um **serviço público** que, neste caso, se permite «atirar para o fundo dos arquivos com as culpas dos transgressores que devia controlar e punir».

18 por cento reivindicados nos Correios — As associações sindicais representativas dos trabalhadores dos CTT, designadamente a FCT, SNTCT e SINTEL, reclamam 18 por cento de aumento geral global na revisão do acordo de empresa para este ano. A percentagem reivindicada consta da proposta de tabela salarial apresentada pelos sindicatos, que contém outras matérias de revisão, designadamente vários subsídios, «cujos valores serão objecto de discussão durante as negociações». Recorde-se que várias categorias profissionais dos CTT têm recorrido à luta pela satisfação de reivindicações laborais.

Argilex: «monumento à incompetência» — Sob o título «O escândalo continua», a União dos Sindicatos de Leiria fez saber que «os responsáveis deste País continuam, com a sua criminosa negligência, a permitir o afundamento duma das mais importantes fábricas do nosso parque industrial: a Argilex». Depois de recordar que a fábrica se encontra paralisada desde Setembro de 1984, facto que considera «um verdadeiro monumento à incompetência, ao desleixo e ao crime antieconómico que os sucessivos governos têm prosseguido», a União dos Sindicatos de Leiria, através da sua comissão executiva, acrescenta que «ao actual Governo cabem responsabilidades acrescidas. De facto, acrescenta a USLEI, o Governo Cavaco Silva, além de não ter dado saída ao problema Argilex, chega ao cúmulo de se recusar a receber os legítimos representantes dos trabalhadores — os seus sindicatos; e da população — o presidente da comarca, a vereação e os membros das assembleias municipais e das freguesias do concelho de Ansião — quando estes pretendiam exclusivamente proceder à entrega de um abaixo-assinado exigindo a reabertura da fábrica». A USLEI refere que a Argilex é **«uma das grandes unidades europeias do seu ramo e a única em Portugal capaz de produzir leca»**. Além do Governo, a USLEI culpa pelo caso Argilex o IPE (Instituto de Participações do Estado), o BFN (Banco de Fomento Nacional) e a RTP, esta última por ainda «não ter dado o devido relevo à situação» daquela fábrica do concelho de Ansião.

Empenho na campanha eleitoral — À semelhança do que sucede com todo o movimento sindical unitário, a União dos Sindicatos de Setúbal reuniu no passado dia 27 um plenário de activistas sindicais, segundo o qual a campanha para as próximas eleições para a Assembleia da República serão «a tarefa central de todas as estruturas sindicais do distrito, tarefa de amplo esclarecimento dos trabalhadores, no sentido de serem atingidos os objectivos políticos do movimento sindical unitário, aprovados no plenário de sindicatos da CGTP em 19 de Maio». Em síntese, esses objectivos são: «derrotar as forças de direita, mantendo-as em minoria; impedir a constituição de um governo minoritário; criar as condições para a formação de um governo de convergência democrática», refere um comunicado da USS da passada quinta-feira.

Segurança social

Movimento sindical contesta propaganda Cavaco/PSD

O movimento sindical unitário continua a intervir em empresas e sectores na defesa de reivindicações específicas que, neste período de pré-campanha eleitoral, se identificam naturalmente com muitos dos objectivos das forças políticas democráticas contra a política de direita e o Governo Cavaco/PSD. Notórias foram, na semana passada, algumas tomadas de posição da CGTP, a concentração dos professores seguida de desfile em Lisboa, o debate sobre a indústria naval, a concentração dos trabalhadores da Setenave, bem como o protesto público da CGTP contra afirmações de Cavaco Silva sobre segurança social.

A propósito do discurso do Primeiro-Ministro em gestão, na abertura do IX Congresso Ibero-Americano da Segurança Social, que aquele dirigente do PSD aproveitou para «fazer um discurso de propaganda eleitoral», atacando nomeadamente aquilo que designou por «a lógica desumanizante da estatização» da segurança social, a CGTP destaca que, **«para Cavaco Silva, o carácter desumanizante da segurança social resulta de o número de pensionistas ter passado, entre 1970 e 1985, de 165 000 para 1 900 000»**.

Resulta também de outros factores, designadamente, segundo refere a CGTP em nota do dia 29, da «ajuda monetária mecanizada e de certos serviços sociais prestados pelo Estado». Acrescenta a Inter, citando o chefe do Governo, que para ele não se trata propriamente de desumanização, mas de ataque à «lógica da solidariedade social, criada e alargada pela Revolução de Abril».

Segundo a CGTP, o discurso de Cavaco Silva na abertura do IX Congresso Ibero-Americano, ao atacar a solidariedade social, não se limita apenas às fontes de financiamento **(o próprio movimento sindical considera que é urgente repensar as actuais formas de financiamento)**, mas visa o sistema actual, **«com o claro propósito de submeter também este sector importantíssimo da vida nacional à lógica do lucro privado»**.

Cavaco Silva gabou-se naquele discurso do muito que o seu Governo fez no campo da segurança social e da saúde. Referiu-se especialmente à integração dos trabalhadores rurais no regime geral da segurança social.

Mas, segundo a Inter, essa «integração foi feita de tal forma que os trabalhadores agrícolas, que são uma das camadas mais desprotegidas da população trabalhadora, ficaram em situação pior do que estavam antes».

Explica a CGTP que, «na situação anterior, quando estavam doentes» esses trabalhadores «recebiam um subsídio de 120 escudos por dia, desde que tivessem descontos, ou pagassem uma quota para a segurança social nos últimos seis meses. Agora, com a situação criada pelo Governo Cavaco Silva, os trabalhadores agrícolas só têm direito ao subsídio de doença se tiverem trabalhado pelo menos oito dias no mês em que adoeceram, e desde que o patronato tenha descontado para a segurança social».

Ainda segundo a CGTP, essa falta de desconto é o que muitas vezes sucede e, por outro lado, «em determinadas épocas do ano, os trabalhadores nem conseguem arranjar emprego oito dias por mês».

Acrescenta a CGTP ainda sobre o mesmo assunto que «o patronato agrícola impõe em muitas zonas do País como condição para dar trabalho o não descontar para a segurança social».

Antes da tão apregoada integração, o trabalhador ainda podia defender-se pagando directamente uma quota na Casa do Povo. «Agora já não o pode fazer», frisa a CGTP.

A maioria dos trabalhadores agrícolas ficou, assim, «na prática, sem direito sequer ao insuficiente subsídio de doença que antes recebia». «É este — conclui a CGTP — um dos resultados da medida estrutural tão propagandeada por Cavaco Silva».

Entretanto, a CGTP protestava «veementemente contra a atitude do Governo» que afastou daquele Congresso sobre segurança social «os representantes dos trabalhadores portugueses, com o claro objectivo de abafar as suas vozes, e de assim esconder a realidade da segurança social em Portugal».

***Imagens** do desfile do dia 28*

Vigília dos professores

No seguimento das formas de luta que convergiram no passado dia 28 para a concentração-desfile entre o Marquês e a 5 de Outubro, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) convocou para anteontem uma vigília junto ao Ministério da Educação e Cultura. Num convite à Imprensa para um encontro no local da vigília, o SPGL sublinha que **«dos mais de 26 mil professores provisorios com habilitação própria (licenciatura na generalidade dos casos) mais de 21 mil não reúnem as condições exigidas pelo MEC para se candidatarem ao concurso de efectivos»**.

Os representantes dos professores que participaram na vigília «não só prôtestam contra esta situação, como exigem que ela seja rapidamente corrigida».

Trabalhadores

Comissão do livro negro alerta:

Portugal está mal de saúde

A comissão do livro negro da saúde em Portugal deu na semana passada uma conferência de imprensa em que divulgou mais algumas informações sobre a situação no sector. Neste segundo encontro com a comunicação social foi revelado que 95 portugueses morreram de fome durante o ano de 1985. A comissão chamou igualmente a atenção para as más condições básicas de saúde no País: 31% da população não tem abastecimento de água e 53% não tem a habitação equipada com esgotos.

Mas há outros motivos de preocupação. Ao tornar públicas estas situações, a comissão pretende chamar a atenção da opinião pública, dos governantes e dos partidos políticos para os problemas e para a necessidade da sua resolução.

Mais dinheiro para a saúde

Em Portugal 3,9% do produto interno bruto vão para os gastos públicos em saúde, a taxa mais baixa de toda a Europa, exceptuando a da Turquia.

Evidentemente que, como foi sublinhado na conferência de imprensa, **«para haver saúde é necessário melhorar as condições de vida, é necessário que não haja fome, é necessário que haja prevenção e divulgação»**. E é necessário mais dinheiro para a saúde.

Mas mesmo aquele que há nem sempre é gasto da melhor forma. Por exemplo, na Administração Regional de Saúde de Lisboa **75% do orçamento vai para pagamentos de serviços a entidades privadas**. Quanto à divulgação, os membros da comissão para o livro negro da saúde citaram afirmações de responsáveis de organismos governamentais: o orçamento anual para divulgação da saúde pública gastar-se-ia com um *spot* publicitário na televisão.

Entretanto, não há investimentos na saúde. O programa deste Ministério é restringir os meios financeiros – referiram os médicos da comissão, acrescentando que, ao mesmo tempo, se tomam algumas iniciativas que têm por fim fazer propaganda e levantar uma cortina de fumo sobre os problemas.

57 camas no hospital de Almada

Na documentação facultada aos jornalistas, a comissão do livro negro da saúde informa que há em Portugal 23 mil médicos, o que perfaz uma média de um para 400 habitantes. Por cada cem mil portugueses há um dentista nos distritos de Bragança ou da Guarda e 10 no de Lisboa, há 110 enfermeiros em Viseu e 409 em Coimbra.

São alarmantes alguns números dados a conhecer na conferência de imprensa: o hospital de Almada tem 57 camas e os 26 médicos e 33 enfermeiros que lá trabalham atendem num ano 48117 urgências. Em Elvas, um único médico analista é responsável por mais de 36 mil análises anuais, enquanto 11 médicos têm que se haver com quase 17 mil urgências. E mais casos foram referidos.

Os acidentes vasculares cerebrais (tromboses) provocam em Portugal 240 óbitos por cada 100 mil habitantes – revelou a comissão. Além de esta ser a taxa mais elevada de toda a Europa, é também a primeira causa de morte em Portugal – único país do continente em que tal sucede.

No tocante às causas de morbilidade e morte, o nosso país tem também o primeiro lugar europeu em acidentes de viação (51 óbitos em cada 100 mil habitantes) e cirrose hepática (30 óbitos por 100 mil habitantes).

Em todo o País há 12% de mortes de causa desconhecida, taxa que duplica no distrito de Vila Real: aqui 25% das pessoas morre sem qualquer assistência médica.

No distrito de Vila Real regista-se ainda a maior taxa de mortalidade infantil do País: por cada mil nascimentos há 26 crianças que morrem antes de fazerem um ano. O índice nacional é de 17 por mil.

A comissão manifestou ainda o seu protesto em relação a uma ordem de serviço da Direcção-Geral dos Cuidados de Saúde Primários que pretende impor a presença obrigatória de um elemento do pessoal de enfermagem em todas as consultas de saúde materna e planeamento familiar.

Degradação da Facar

Acentua-se a degradação da **Facar**. Esta grande empresa metalúrgica, com boas tradições de luta, volta a exigir a intervenção sindical e a unidade dos seus mil trabalhadores, devido a repetidas ameaças de atraso nos salários. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do Porto (STIMMDP), os irmãos Carvalho, donos da empresa, disseram aos trabalhadores que, «possivelmente», só em 17 do corrente serão pagos os salários de Maio.

Nas palavras dos dirigentes do STIMMDP, «a informação patronal provocou imediatamente o descontentamento na generalidade dos trabalhadores, que têm estado sujeitos, nestes últimos meses, a um sinuoso e quase secreto processo movido pelos donos da **Facar**. Tudo indica — acrescenta o Sindicato — que a **Facar** mudará de administração, falando-se insistentemente na **hipótese de despedimento de grande número de trabalhadores**».

O STIMMDP conclui um seu comunicado de 29 de Maio findo afirmando que, «nas últimas semanas, a situação da **Facar** tem vindo a degradar-se continuamente» e que «na passada segunda-feira, a empresa viu-se privada de energia eléctrica por falta de pagamento».

Metalúrgica condenada em tribunal

O mesmo Sindicato do Porto informava, entretanto, que a **Metalúrgica Vasco da Gama**, de Matosinhos, foi condenada pelo tribunal da comarca a pagar «cerca de 2150 contos a oito trabalhadoras (270 contos a cada uma aproximadamente)». Não aceitando vender os postos de trabalho, as 8 operárias foram colocadas na inactividade pelo patrão, Manuel Barroso, que tentou transferi-las sem o seu acordo e as manteve vários meses sem salários, sem subsídios e sem lhes distribuir trabalho.

Em pleno tribunal, segundo afirma o Sindicato (STIMMDP), «Manuel Barroso tentou aliciar as trabalhadoras» no sentido de **«venderem o seu posto de trabalho»**, para o que lhes «ofereceu metade dos montantes a que teriam direito no caso de despedimento injustificado, o que não foi aceite».

Afirma por último o STIMMDP que «desde o início do conflito, as trabalhadoras, sempre enquadradas pelo Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, têm privilegiado a defesa dos seus postos de trabalho».

Falsa paz social

A apregoada política de paz social, que o Governo divulga com objectivos eleitorais, e a necessidade de desenvolver a luta em defesa de direitos e interesses dos trabalhadores, designadamente no que respeita à contratação colectiva, foram assuntos debatidos no plenário de federações sindicais, que se efectuou em Lisboa, na sede da CGTP, na passada sexta-feira. Transcrevem-se a seguir as conclusões do plenário, de acordo com uma nota divulgada no mesmo dia pela CGTP:

«1. Centenas de milhares de trabalhadores não têm os seus salários e outras condições de trabalho actualizadas.

«2. O Governo Cavaco Silva/PSD é responsável por esta situação, que contraria a sua apregoada política de paz social supostamente existente. Daí que esteja a utilizar os meios de comunicação social, com destaque para a RTP, que procura silenciar a luta dos trabalhadores e os seus objectivos.

«3. O Governo é responsável quer pelos conflitos que directamente cria no sector público, quer pela não resolução dos conflitos que legalmente lhe compete resolver nos termos da lei da contratação colectiva.

«4. O plenário das federações denuncia o comportamento do Governo em conflitos em que são mais afectadas as populações. Deliberadamente, o Governo fomenta o descontentamento popular para depois tentar aparecer como "salvador" junto da opinião pública.

«5. Os trabalhadores prosseguirão e desenvolverão a luta em defesa dos seus interesses e dos seus direitos, e responsabilizam o Governo de gestão Cavaco Silva pelos prejuízos causados à população e ao país com fins políticos de natureza eleitoralista».

Nos últimos dias da semana passada, a Central unitária tomou posição, solidarizando-se totalmente, com «o capitão de Abril, Vasco Lourenço» contra «a sanção disciplinar» de que o tenente-coronel foi alvo; condenou o ataque de «comandos a soldo do regime racista de Pretória contra alvos civis e militares da República Popular de Moçambique» e, associando-se às comemorações do **Dia Mundial da Criança** (1 de Junho) saudou «todas as crianças portuguesas, especialmente as que, por todo o País, em pleno dealbar do século XXI, ainda se vêem privadas de condições de vida e de direitos fundamentais» tendentes a um «crescimento harmonioso e saudável».

Na ocasião, a CGTP apresentou uma série de reivindicações que têm a ver com as crianças, designadamente «a ratificação por Portugal da convenção 138 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), sobre a idade mínima de admissão no trabalho» e, mais uma vez, reclamou a «consagração legal da idade mínima de 16 anos» para começar a trabalhar, «na perspectiva da aplicação da lei de bases da dispensa do ensino».

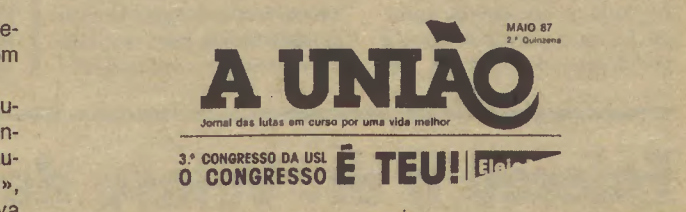
***Metalúrgicos** defrontam nova ameaça de desemprego no Norte*

Congresso sindical em Lisboa

Sábado e domingo próximos reúne-se, em sessão extraordinária, o 3.º Congresso da União dos Sindicatos de Lisboa, que vai discutir e deliberar sobre a alteração dos estatutos e regulamento eleitoral, apreciar o relatório de actividades de 86/87, debater e votar o programa de acção. O 3.º Congresso (extraordinário) da USL, que tem sido preparado e discutido nas empresas e nos sindicatos do distrito, elegerá os órgãos dirigentes da União. Aberto à imprensa, o 3.º Congresso decorrerá a partir das 9 e 30 da manhã de sábado no Pavilhão do Sacavenense, Avenida de Goa, em Sacavém.

Num folheto distribuído publicamente, a União dos Sindicatos de Lisboa, sob o título **«O Congresso é Teu!»**, salienta que esta iniciativa sindical surge «numa altura em que é preciso unir esforços para derrotar a direita. Uma altura prenhe de dificuldades para o povo do distrito. Uma altura em que é necessário manter a luta, sem permitir que o Governo dela se aproveite».

O 3.º Congresso da USL realiza-se sob o lema **«Com os trabalhadores, emprego e desenvolvimento regional»**.



Debate em Setúbal

Para o próximo dia 27, um sábado, era entretanto marcado, no âmbito da União dos Sindicatos de Setúbal, «um debate sobre a situação do emprego e perspectivas de desenvolvimento» naquele distrito.

A realização do debate foi decidida numa reunião da comissão executiva da USS em 12 de Maio findo.

Nacional

Encontro dos Municípios Livres de Armas Nucleares

Assinalando o Dia Mundial dos Municípios declarados Zonas Livres de Armas Nucleares e em resposta ao apelo aprovado na 3.ª Conferência Internacional realizada em 1986 em Perugia, na Itália, cerca de 110 eleitos autárquicos, em representação de 57 câmaras municipais, 27 assembleias municipais e duas juntas de freguesia, além de outras organizações do Movimento da Paz, entre as quais o Movimento não às Armas Nucleares em Portugal participou no dia 1 de Junho, na Figueira da Foz, no Encontro Nacional de Municípios — Zonas Livres de Armas Nucleares.

Aqueles eleitos autárquicos debateram sobre a importância das Zonas Livres de Armas Nucleares, o desenvolvimento local e a paz, e decidiram reforçar o papel das autarquias na defesa da Paz tendo, nesse sentido, eleito por unanimidade um secretariado permanente que mantém a composição da comissão promotora deste Encontro, constituída pelas câmaras municipais da Amadora, Beja, Fafe, Figueira da Foz, Lagos, Santarém, Seixal e Peso da Régua e o Movimento Não às Armas Nucleares em Portugal.

No final do Encontro foram aprovadas por unanimidade a proclamação e as conclusões, e um conjunto de moções entre as quais avulta a que protesta contra a intenção do Governo espanhol de instalar uma lixeira nuclear em Aldeadávila, na fronteira com Portugal, ao mesmo tempo que apela à CEE para que não apoiem o projecto.

Renato Aguiar, presidente da Câmara Municipal de Peso da Régua afirmou a este propósito que qualquer projecto desta natureza transcende as fronteiras do país em que esteja instalado, dado que põe em perigo todos os outros.

Este Encontro mereceu o apoio e a saudação de numerosas personalidades, entre as quais o padre Manuel Vilas Boas, o general Rangel de Lima, Ester Luísa Dias, Beja Santos e dos trabalhadores científicos.

Ilegalidade de Abecasis sem *quorum* na AM de Lisboa

Importante revés sofreu Nuno Abecasis na sua tentativa ilegal de proibir o exercício da liberdade de propaganda política. Assim, quando se aproximava o momento da votação desta medida a sessão da Assembleia Municipal do passado dia 28 ficou sem quórum devido ao abandono dos eleitos do PCP. Já antes os vogais do PS haviam abandonado a Assembleia e mesmo os eleitos do partido de Abecasis, pela palavra de Ramada Curto, tinham criticado o presidente da CML por considerarem ser «preciso mais ponderação nestas matérias».

Em conferência de imprensa realizada antes do início da sessão, o PCP, pela voz do camarada António Abreu, havia afirmado que a Assembleia Municipal «não tem competência» para decidir sobre esta matéria.

Esta pretensão de Abecasis era tanto mais descabelada, quanto são conhecidos acórdãos e pareceres tanto do Tribunal Constitucional, como dos tribunais comuns como ainda da Comissão Nacional de Eleições que anulam decisões idênticas à que se pretendia ratificar naquela reunião da AM. A este propósito, lembrou António Abreu que o vereador Lívio Borges do PSD está nesta altura a ser julgado no Tribunal da Boa-Hora, precisamente por ter ordenado a destruição da propaganda política em 1985.

Cientistas soviéticos em Portugal

Esteve em Portugal na passada semana, a bordo de um navio de investigação oceânica, o «Académico Vernadski», um grupo de 72 cientistas soviéticos e polacos especialistas no estudo das condições climatéricas e metorológicas e na preservação do ambiente. Aqueles cientistas cumprirão nos próximos dois meses um programa de estudo do clima na zona tropical do Atlântico ocidental, na desembocadura do rio Amazonas.

Este programa de estudo tem por objectivo o levantamento de dados sobre as condições meteorológicas naquela zona, considerada a «máquina de aquecimento» de todo o hemisfério norte, de forma a contribuir para a construção de modelos matemáticos que permitam a previsão a longo prazo (máximo um ano) das condições do tempo.

Em conferência de imprensa a bordo daquela embarcação, propriedade do Instituto Marítimo e Hidrofísico da Academia de Ciências da URSS, o chefe da expedição, o soviético Anatoli Vasseliev manifestou a sua disponibilidade para a realização de iniciativas que permitam a troca de opiniões e informações entre os cientistas da expedição e os meteorologistas portugueses.

Os resultados desta expedição são comunicados seis vezes por dia para a Organização Meteorológica Mundial e transmitidos para um centro internacional de dados.

Cavaco sangra a Segurança Social

• *Diz o MURPI*

O Movimento Unitário dos Reformados Pensionistas e Idosos protestou, em comunicado, contra as afirmações do Primeiro-Ministro em gestão Cavaco Silva, proferidas no IX Congresso Ibero-Americano da Segurança Social, segundo as quais **«o Estado não pode ser o suporte da Segurança Social»**.

Retomando as conclusões da recente reunião da sua coordenadora nacional, afirma o MURPI que **«o Estado não suporta a Segurança Social antes sangra**, escandalosamente, as receitas **do regime geral, em detrimento gravoso, injusto e anti-constitucional das pensões»**. Afirmam os reformados que **«as pensões poderiam ter aumentado em mais de 25 por cento, não fora a abusiva utilização de cerca de 70 milhões de contos na cobertura de encargos com prestações dependentes da solidariedade nacional, por isso a cargo do Estado»**.

Em qualquer país, e também na CEE, afirma o MURPI, **«as prestações não contributivas e a assistência social são da responsabilidade do Estado»**.

Naquela recente reunião, a coordenadora nacional do MURPI analisou a situação social dos reformados e pensionistas e as medidas do Governo demitido, concluindo pela necessidade de estes sectores sociais, nas próximas eleições de 19 de Julho, votarem nas «forças democráticas e unitárias, para confirmar a derrota da direita e para a eleição de uma maioria de deputados democráticos que defendam os interesses dos trabalhadores, dos reformados e de outros estratos desfavorecidos da população».

Faleceu o dr. Veloso de Pinho

Faleceu no passado sábado, o dr. António Veloso de Pinho, destacado democrata e prestigiado médico. O dr. Veloso de Pinho, pai do camarada Ângelo Veloso, da Comissão Política do Comité Central do PCP, contava 93 anos.

Tendo desempenhado papel de relevo em movimentos antifascistas como o MUNAF e o MUD, o dr. Veloso Pinho participou também na candidatura de Norton de Matos. A sua intensa actividade de militante antifascista valeu-lhe a demissão da Santa Casa da Misericórdia onde exercia a sua profissão como médico otorrinolaringologista.

No funeral, efectuado no domingo, incorporaram-se além de muitos outros democratas e antifascistas, os camaradas Carlos Costa e Edgar Correia, respectivamente membro do Secretariado da Comissão Política do Comité Central e membro da Comissão Política do CC.

Praça da Liberdade

Câmara da Póvoa viola liberdade de expressão

Para a Câmara Municipal da Póvoa de Varzim os cartazes da CDU são lixo. Ou pelo menos aquela Câmara alega uma deliberação, que ninguém conhece, sobre os lixos da cidade da Póvoa para, nas últimas semanas, declarar uma autêntica guerra aos cartazes... da CDU.

Foi dada ordem verbal, tal informação ouvida na Assembleia Municipal da Póvoa de Varzim, para serem arrancados todos os cartazes que sujam as paredes da cidade. Quem se pretende atingir, no entanto, é a Coligação Democrática Unitária e o PCP que, nos últimos dias, não podem colar um cartaz anunciando qualquer iniciativa que não seja, em poucas horas, arrancado por brigadas especialmente constituídas para o efeito, a mando da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. É interessante, ou pelo menos curioso, referir que há outros cartazes (os da SOPETE, por exemplo) que resistem, heroicamente, vários dias, à eficiência de tais brigadas. Até que alguém cole um cartaz do PCP ou da CDU. Poucas horas depois, as paredes da Póvoa não têm nenhum cartaz...

A tal ilegalidade não ficaram indiferentes os poveiros que, na passada sexta-feira, encheram a sala de sessões da Assembleia Municipal da Póvoa de Varzim para ali declararem o seu mais veemente protesto, reafirmando o direito constitucional de liberdade de expressão, direito pelo qual lutaram, direito pelo qual também foi feito o 25 de Abril, que nenhuma câmara tem direito de restringir.

Às questões colocadas, antes da ordem do dia e, depois, no período reservado ao públco, não souberam ou não quiseram responder os responsáveis da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Alguém, confundido, e fugindo-lhe a boca para a verdade, acabaria por afirmar que «a propaganda estava a ser colada com demasiado tempo de antecedência, por isso a arrancaram»!

Esta nova «preocupação» da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim não a conhecíamos. Apesar da decisão da Reunião da Comissão Nacional de Eleições, do dia 28 de Maio de 1987, de que «os órgãos autárquicos, e as câmaras municipais em particular, carecem de competência para regulamentar o exercício da liberdade de propaganda» ou retirar propaganda, a Câmara Municipal da Póvoa de Varzim parece continuar disposta a actuar fora das suas competências.

Os democratas da Póvoa de Varzim não o consentirão.

■ *J.L.*

Dia Mundial da Criança

Por ocasião da passagem do Dia Mundial da Criança, os Pioneiros de Portugal, em comunicação, saúdam todas as crianças, e desejam que **«todos os dias sejam dias da criança e que as crianças tenham tudo o que é necessário para crescerem e viverem felizes»**.

Manifestando a sua preocupação pelas proporções que atingem o abandono e o insucesso escolar — «derivados principalmente da falta de condições socioeconómicas da maioria das famílias portuguesas» — e a «crescente, ilegal e escandalosa exploração da mão-de-obra infantil», os Pioneiros exortam as associações infantis, e juvenis, os pais, professores e adultos e jovens a «trabalhar para uma infância feliz para as crianças portuguesas».

Os Pioneiros de Portugal exigem a tomada de «medidas que possibilitem que todas as famílias tenham a possibilidade de proporcionar aos seus filhos a vida a que têm direito, sã, harmoniosa, educativa e alegre».

Internacional

Mísseis na Europa – sim ou não

Posição clara em Berlim ambiguidade em Bruxelas

Não é fácil discernir do verdadeiro conteúdo das posições assumidas pela NATO face à clareza das propostas soviéticas para a libertação do continente europeu de armas nucleares.

No comunicado comum adoptado na cimeira de Stavanger, na Noruega, surge a aprovação relativa a um acordo para a eliminação de mísseis de médio alcance na Europa — concretamente os Pershing, os Cruise e os SS-20 —, mas já não se aceita a proposta soviética de eliminação dos mísseis de curto alcance.

Por um lado afirma-se no comunicado que:

«Revalorizando os meios clássicos (armas convencionais), consideramos dever melhorar as forças nucleares que a nossa estratégia exige». Fala-se de deslocar armas nucleares para barcos e aviões, a manter em zona europeia. Dias depois, em Bruxelas, os ministros da Defesa dos países da NATO, propõem-se discutir a «modernização acelerada» das forças convencionais.

Simultaneamente, na RFA, os dirigentes dos partidos que integram a coligação governamental — democratas-cristãos e liberais — chegam a um acordo quanto ao apoio às propostas de desmantelamento dos mísseis de médio e curto-alcance, a dupla opção zero (que de momento deixa de fora o armamento nuclear francês e britânico).

Não por acaso o quadro — móvel — das posições perfilhadas pela NATO é tão confuso.

A verdade é que se vai tornando praticamente impossível o não rotundo ou clássico «vamos pensar», como resposta às propostas da União Soviética e dos países do Tratado de Varsóvia.

Antes do mais porque tais propostas correspondem inteiramente à vontade de paz e desarmamento dos povos do continente. Princípios como os de uma Europa como «casa comum», da inadmissibilidade de uma guerra nuclear — pelos vistos ainda inacessíveis aos participantes nas cimeiras de Bruxelas — são também bandeira do poderoso movimento de massas pela paz que se desenvolve na Europa, e assume proporções notáveis em pontos fulcrais como a RFA.

E nem só de movimento militante e organizado se trata. Mas também da mais vasta opinião pública. É pura e simplesmente impossível ignorar a opinião de 85% da população da RFA, tantos os que, de acordo com uma sondagem do «Stern», se pronunciam pela eliminação de todos os mísseis nucleares na Europa.

Entretanto a NATO está ainda a intentar, através de perigosos exercícios de malabarismo político, tornear a exigência fundamental do desarmamento. Como? Trata-se de ir até ao ponto de aceitar propostas soviéticas tão irrecusáveis como a liquidação dos mísseis nucleares na Europa, mas prosseguindo simultaneamente o esforço da corrida aos armamentos e os absurdos intentos de provocar um desequilíbrio estratégico a seu favor.

Daí o confusionismo e sucessivas contradições das posições assumidas. Os senhores da NATO estão a debater-se em reais dificuldades. **O que é já de si uma vitória das forças da paz.**

Tratado de Varsóvia clareza de posições

Em Berlim não se mastigam palavras e conceitos. Dias 28 e 29 de Maio ralizou-se na capital da RDA uma importante sessão do Comité político consultivo dos Estados membros do Tratado de Varsóvia. Do debate realizado se concluiu — e se afirmou em documento — que «o desenvolvimento do mundo, as mudanças nas relações internacionais, a crescente interdependência dos Estados, o progresso técnico-científico e as armas de enorme força destruidora, exigem uma nova forma de pensar, uma abordagem nova das questões da guerra e da paz, do desarmamento, bem como de outros problemas globais e regionais complexos».

E por isso **se exige «que se renuncie à concepção de dissuasão nuclear».**

Concretamente, **«trata-se de pôr termo à corrida aos armamentos e de passar a medidas concretas de desarmamento, em primeiro lugar no campo nuclear, que tenham como objectivo o desarmamento completo e geral».**

Bem longe estamos da declaração da NATO — «consideramos dever melhorar as forças nucleares que a nossa estratégia exige»!

De acordo com os princípios defendidos, se afirmou em Berlim a possibilidade de dar desde já **alguns passos práticos no domínio essencial do desarmamento nuclear:** assinatura imediata de um acordo para eliminação de todos os mísseis de médio alcance americanos e soviéticos da Europa; eliminação simultânea dos mísseis táctico-operacionais soviéticos e americanos; redução radical das armas ofensivas estratégicas, consolidando ao mesmo tempo o tratado ABM; proibição absoluta de quaisquer experiências com armas nucleares.

Objectivo central — a eliminição das armas nucleares — a que **outros igualmente importantes,** e interdependentes, se somam: não admitir armas no espaço cósmico; a elaboração ainda este ano, de uma convenção internacional sobre a proibição e destruição das armas químicas; redução das forças armadas e dos armamentos convencionais na Europa em 25% até princípios dos anos 90 (proposta do Tratado de Varsóvia que data de Junho de 86); medidas conducentes à diminuição da confrontação militar e de maior segurança; criação de zonas livres de armas nucleares e químicas; criação de um corredor desnuclearizado ao longo da linha divisória entre o Tratado de Varsóvia e a NATO; um controlo efectivo, incluindo inspecções «in loco».

Como linha de acção — o diálogo, a solução política, o debate comum dos problemas, a redução de armas e tensões.

Para o que nomeadamente se propõe a todos os Estados participantes na Conferência sobre segurança e cooperação na Europa, um encontro de ministros de negócios estrangeiros que deveria tomar uma decisão sobre o **início de negociações sobre a redução radical das forças armadas e armamentos convencionais,** bem como das armas nucleares tácticas diminuindo os respectivos gastos militares. Um caminho proposto entre muitos outros. Porque todos são bons para se alcançar o objectivo vital do desarmamento.

Da síntese empobrecida de um documento rico em propostas e profundamente impregnado da convicção da necessidade de paz, fica-nos a pergunta oportuna: afinal, quem ameaça com o «perigo» dos tanques soviéticos?

***Grande manifestação pela paz** em São Paulo, no Brasil. O movimento popular pela paz alarga-se hoje por todo o mundo*

Tratado de Varsóvia

«Não permitir qualquer guerra» é doutrina militar

«Partindo do princípio de que é necesário banir a guerra, de uma vez para sempre, da vida da Humanidade, pôr fim à corrida aos armamentos, não admitir o emprego da força militar, fortalecer a paz e a segurança, bem como fazer tudo para o desarmamento geral e completo, os Estados membros do Tratado de Varsóvia decidiram explicitar os princípios da sua doutrina militar» — estes os termos em que o Tratado de Varsóvia apresenta a doutrina militar assumida pelo mundo socialista.

Num importante documento aprovado na cimeira de Berlim, de par da exposição de princípios se avança a proposta — dirigida aos Estados da NATO — de **que se realizem consultas com o objectivo de comparar as doutrinas militares das duas alianças,** analisar o seu carácter, discutir em conjunto a sua orientação futura, para minimizar suspeitas recíprocas e desconfianças acumuladas ao longo dos anos. E em síntese garantir o carácter estritamente defensivo de ambas as organizações político militares.

Reduzindo os armamentos a níveis cada vez mais baixo.

A essência da dourina

«Não permitir qualquer guerra» — é a tarefa central a que todas as outras estão subordinadas.

Tarefa que se relaciona com a essência do próprio socialismo.

Tarefa hoje mais actual que nunca, por força da realidade objectiva — «na era nuclear cósmica, o mundo tornou-se frágil demais para uma política de guerra e de violência», pelo que hoje não é admissível, em caso algum, a utilização de meios militares.

Assim, **a essência da doutrina militar** dos países do Tratado de Varsóvia, define-se em poucas palavras:

«Os Estados membros do Tratado de Varsóvia não iniciarão nunca, seja em que circunstâncias for, acções militares contra qualquer outro Estado ou aliança de Estados, só usarão meios militares se eles próprios forem submetidos a uma agressão armada.

«Nunca serão os primeiros a empregar armas nucleares. Não têm quaisquer pretensões territoriais, nem em relação a um Estado europeu nem fora da Europa. Não consideram nenhum Estado nem nenhum povo seu inimigo.»

No que respeita às relações entre Estados e povos, os Estados do Tratado de Varsóvia declaram «que as suas relações internacionais se fundamentam consequentemente no respeito pelos princípios da independência e da soberania nacional, pelo não emprego ou não ameaça de violência, pela inviolabilidade das fronteiras e integridade territorial, na solução pacífica de litígios, na não ingerência nos assuntos internos, na igualdade de direitos».

Imaginemos, por um momento, que idêntica declaração de princípios — e idêntica prática — fossem proclamados pelos Estados da NATO...

Os objectivos fundamentais

À exposição dos traços gerais da doutrina, somam-se as propostas de acção.

São definidos como objectivos fundamentais:

1. A imediata proibição geral e completa dos ensaios nucleares, como forma prioritária para impedir o desenvolvimento, produção e aperfeiçoamento das armas — uma barreira ao seu desenvolvimento qualitativo.

2. Eliminação das armas químicas e outras armas de extermínio em massa.

3. Redução das forças armadas e armamentos convencionais na Europa, de forma a que nenhuma das partes disponha de meios para um ataque geral.

4. Controlo rígido de todas as medidas de desarmamento.

5. Constituição de zonas livres de armas nucleares e químicas nas várias regiões da Europa e em outras partes do mundo. Zonas geográficas e medidas de confiança. Renúncia de ambos os tratados à utilzação da força militar. Fim das bases e tropas em territórios estrangeiros. Diminuição da concentração de força militar na fronteira entre as duas alianças.

6. Dissolução simultânea das duas alianças, começando pela eliminação das suas organizações militares. Criação de um amplo sistema de segurança internacional.

Internacional

Racistas atacam Maputo

Três mortos e elevados prejuízos materiais é o trágico balanço do criminoso ataque sul-africano a bairros residenciais de Maputo na madrugada da passada sexta-feira. A acção terrorista foi levada a cabo, segundo as informações disponíveis, por 16 comandos sul-africanos, que chegaram e partiram da capital moçambicana por mar.
Internacionalmente condenado – até a administração Reagan se pronunciou contra o cobarde acto – o atentado não foi oficialmente reconhecido por Pretória, onde um porta-voz governamental afirmou não estar em condições de fazer qualquer comentário sobre o assunto. Uma «dificuldade» que a RTP não teve problemas em tornear, servindo-se para o efeito de uma entrevista feita anteriormente ao ministro dos Negócios Estrangeiros «Pik» Botha, em que este clama a «inocência» sul-africana tanto no que se refere ao apoio aos bandos da Renamo quer nos ataques ao país vizinho.

O papel de vítima – que a RTP tão diligentemente fez por divulgar – quadra-se mal com o regime racista sul-africano, embora se compreenda a necessidade, no caso concreto, de evitar a sobranceria característica de Pretória em atentados semelhantes noutros países vizinhos; os acordos de boa vizinhança assinados em Nkomati, em Março de 1984, continuam apesar de tudo em vigor.

Os factos não deixam no entanto lugar a dúvidas: o ataque visou uma residência habitualmente utilizada por refugiados sul-africanos em trânsito, segundo as próprias autoridades moçambicanas, bem como os escritórios do Congresso Nacional Africano (ANC); um outro ataque provocou a morte de familiares de Armando Panguene, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de Moçambique, no que parece ter sido um erro quanto ao alvo visado, mas nem por isso menos significativo.

Acresce, por outro lado, que ainda recentemente Pretória ameaçara Moçambique com represálias devido ao apoio de Maputo ao ANC, pretexto idêntico ao que antecedeu os ataques à Zâmbia em Abril último e à capital do Zimbabwé no mês passado. De ter ainda em consideração que a acção terrorista contra Moçambique ocorre num momento em que a par de pretensos apelos ao diálogo interno com os dirigentes negros, o presidente racista Pieter Botha sobe o tom das ameaças contra «os elementos revolucionários» e a «interferência estrangeira». As manobras militares sul-africanas junto à fronteira com o Botswana (que os racistas acusam de envolvimento nos atentados bombistas registados recentemente em Joanesburgo) e o ataque em Maputo dificilmente podem ser classificados de mera «coincidência».

A duplicidade do regime de minoria branca da África do Sul – e também as crescentes dificuldades que é forçado a enfrentar tanto interna como externamente – está bem patente na iniciativa de Pieter Botha de solicitar aos sete grandes países capitalistas industrializados para o «ajudarem a pôr termo à violência na África do Sul».

A realidade é outra

Segundo o jornal pró-governamental «Beeld», Botha escreveu aos chefes dos sete países cuja cimeira se realiza de 8 a 10 de Junho em Veneza, pedindo para que cortassem as suas relações com o ANC, que acusa de responsável pela violência na África do Sul. Nas suas cartas, de acordo com aquele jornal, Botha garante que pretende viver em paz com os países vizinhos.

Na altura em que estas notícias eram divulgadas ainda Moçambique não tinha enterrado as últimas três vítimas do terrorismo de Pretória.

Na mesma altura, mais de uma centena de presos sem culpa formada na cadeia de Modder-Bee prosseguiam a greve de fome iniciada no passado dia 19 de Maio, em protesto contra a transferência de adolescentes presos para os chamados «campos de reeducação» onde, segundo vários testemunhos, os jovens são submetidos a lavagens ao cérebro. Com a greve de fome visa-se ainda acabar com a prática de amarrar os presos com correntes quando têm de ser transportados para os hospitais e o direito a receberem jornais.

*O terrorismo externo é a outra face de uma polícia de repressão. Granadas de gás lacrimogéneo, metralhadoras, máscaras de gás – o equipamento da política racista contra as crescentes manifestações de massas anti-*apartheid

Recorda-se que os protestos contra a prisão de jovens e crianças atingiu tal amplitude que o governo foi forçado a reconhecer que se encontravam detidos 1424 adolescentes, número que sendo impressionante fica no entanto, segundo o Comité de Apoio aos Pais dos Detidos, aquém da realidade. Uma realidade que os racistas de Pretória pretendem desesperadamente esconder, chegando ao ponto de punir com multa até 900 contos e dez anos de prisão quem ousar ostentar autocolantes ou camisolas com o desenho que exige a libertação das crianças presas.

A carta de Botha às principais potências ocidentais não refere, certamente, nenhuma destas situações; nem tão pouco, como se adivinha, as demonstrações de força que o *apartheid* prepara para a anunciada visita de Botha, esta semana, a oito bairros negros, incluindo Sharpville e Sabokeng, palco dos mais violentos confrontos raciais da história sul-africana.

Os punhos de renda e as declarações de boas intenções, para consumo externo, não resistem ao confronto com a realidade sul-africana. Enquanto quatro milhões de brancos dominarem à sombra do *apartheid* e pela força das armas mais de vinte milhões de negros, não haverá paz na África do Sul nem na África Austral.

A posição do PCP

A República Popular de Moçambique foi hoje alvo de mais uma criminosa acção terrorista praticada por comandos da África do Sul em território moçambicano.

O PCP condena firmemente este novo crime do regime do *apartheid* e expressa ao Partido FRELIMO, ao governo da RPM e ao povo moçambicano a activa solidariedade dos comunistas portugueses na sua luta em defesa da soberania da sua pátria, permanentemente ameaçada e violada pela política de autêntico terrorismo de Estado conduzido pelos racistas sul-africanos.

O PCP reafirma ainda a sua solidariedade ao ANC e ao povo sul-africano na sua heróica luta pela liberdade e pela liquidação do odioso sistema do «apartheid».

Este novo crime dos racistas sul-africanos perpetado poucos dias após a realização em Maputo da Cimeira dos 5 chefes de Estado dos países de língua oficial portuguesa, inscreve-se claramente na estratégia imperialista de desestabilização e destruição dos regimes progressistas da África Austral, estratégia que o PCP firmemente denuncia e condena.

Telegrama

Telegrama enviado ao Comité Central da FRELIMO e ao presidente Joaquim Chissano pelo Secretariado do CC do PCP:

«Queridos camaradas

Condenando firmemente criminosa acção terrorista racistas África do Sul contra RPM, expressamos Partido FRELIMO povo Moçambicano inteira solidariedade comunistas portugueses luta defesa soberania sua pátria.»

Atentado vitima 1.º ministro libanês

O primeiro-ministro libanês, Rachid Karame, foi vítima na passada segunda-feira de um atentado bombista quando regressava de Tripoli para Beirute, de helicóptero. De acordo com as informações oficiais, a bomba foi colocada sob o assento do aparelho, tendo a morte sido imediata.
O assassinato do chefe do governo libanês, um muçulmano sunita reconhecido como elemento moderador das divergências profundas que opõem cristãos e muçulmanos no Líbano, foi condenado internacionalmente e provocou as mais vivas reacções no país, dilacerado por uma guerra civil que dura há mais de uma década.

A profunda indignação dos sectores muçulmanos pelo trágico acontecimento, bem expressa na manifestação de protesto realizada mal foi divulgada a notícia em Tripoli, terra natal de Karame, faz temer o recrudescimento da guerra civil libanesa num momento em que mais do que nunca se impõe a conjugação de esforços para tornar possível a realização de uma conferência de paz sobre o Médio Oriente, iniciativa considerada da maior importância para a tentativa de regularização pacífica dos problemas da região.

O desaparecimento do malogrado primeiro-ministro libanês, defensor da identidade árabe do país e da unidade de acção com a Síria, está longe de poder contribuir para a clarificação da situação libanesa, onde a organização confessional do Estado, os constantes ataques de Israel e os interesses estratégicos do imperialismo norte-americano são fonte permanente de confrontos que fazem do Líbano um inferno.

A pronta condenação do atentado pelo presidente Amin Gemayel e a nomeação do actual ministro da Educação como primeiro-ministro interino, respeitando o preceito legal do cargo ser ocupado por um muçulmano, se revela a preocupação de evitar o agravamento das tensões internas nem por isso deixa de colocar uma vez mais em relevo a fragilidade de um sistema que não conseguiu nos últimos doze anos cimentar a necessária unidade nacional para o desenvolvimento e a paz no Líbano.

Dividir para reinar tem sido a táctica mais utilizada pelos inimigos do Líbano; transformar a morte de Karame num pretexto para mais um banho de sangue no país seria atear a fogueira em que o país se vem consumindo, sem qualquer vantagem para os interesses nacionais.

Avante! — Órgão Central do Partido Comunista Português

«Os progressos, nos últimos tempos, da movimentação popular em todas as suas principais frentes, acusa um novo fluxo da luta revolucionária que, aproveitando as condições favoráveis, pode dar lugar a grandes acções políticas de massas no ano corrente.

Desenvolve-se presentemente um amplo movimento contra o fascismo e o colonialismo. Abrem-se, para o ano em curso, imensas possibilidades de acção política legal e semi-legal, que devem ser aproveitadas e exploradas na sua máxima profundidade e potencialidade.

A unidade das forças democráticas deu, nos últimos tempos, grandes passos. A unidade não é hoje a mesma que era anos atrás. No campo antifascista modificou-se o peso relativo das classes sociais e das várias correntes políticas. A unidade democrática está-se forjando como uma verdadeira unidade popular. Este é o caminho justo.»

(«Factores novos na situação política» — «Avante!», VI série, n.º 454, Junho de 1973)

Avante! — Órgão Central do Partido Comunista Português

«O descontentamento dos professores provisórios e eventuais do ensino secundário, acumulado em anos sucessivos de exploração e de degradação profissional, transformou-se numa larga movimentação à escala nacional.

Depois da entrega dum abaixo-assinado com 480 assinaturas reclamando o pagamento dos meses de férias, a luta ganhou um forte impulso numa reunião com 140 professores, que encarregam uma comissão de elaborar uma exposição reivindicativa a entregar pessoalmente a Veiga Simão.

Iniciado em Lisboa, o movimento estende-se rapidamente ao Porto, a Coimbra e aos principais centros do país. (...) Na reunião geral, com 90 professores, realizada em Lisboa em 5 de Fevereiro, pela primeira vez estão presentes professores da província. (...) Uma reunião nacional de «grupos de estudo» tem lugar em Coimbra em 6 de Março. No Porto, a reunião de 28 do mesmo mês atrai ao liceu Garcia da Orta 250 professores. No dia 2 de Abril 300 professores vindos de todo o país reúnem-se em Lisboa, na escola Francisco Arruda.»

(...)

(«O governo recua ante milhares de professores em luta» — «Avante!», VI série, n.º 430, Junho de 1971)

«AVANTE!»

«No dia 5 de Junho realizou-se no Porto o funeral do jovem estudante de 15 anos morto com uma rajada de metralhadora, por um chefe da PSP, em frente do cinema de Vale Formoso.

O funeral, apesar dos fascistas terem imposto a alteração da hora e de terem silenciado a morte, teve uma comparência de cerca de 50 automóveis e de 2 a 3 mil pessoas.

Um outro operário portuense que colava propaganda do gen. H. Delgado foi abatido a tiro por 2 agentes da PIDE.

(...)

(«Dois assassinatos» — «Avante!», VI série, n.º 256, primeira quinzena de Junho de 1958).

Em Foco

Avante!

Ano 57 – Série VII
N.º 701
4 de Junho de 1987
3.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Defender os interesses de Portugal

CDU apresenta em conferência de imprensa os seus candidatos ao Parlamento Europeu

Candidatos CDU ao Parlamento Europeu

Como é que a CDU se propõe defender os interesses de Portugal na CEE quando ainda recentemente — nomeadamente por parte do PCP — havia tão forte oposição à entrada do nosso País na Comunidade? A resposta veio rápida: «Tal acontece precisamente porque os partidos e personalidades que compõem a CDU — nomeadamente o PCP — sempre se opuseram à adesão de Portugal à CEE! E sempre se opuseram por terem estudado a fundo as suas consequências e saberem como elas são prejudiciais para o nosso País. Daí que, perante o facto consumado, a CDU considerar que, entre as forças políticas portuguesas, se encontra em condições únicas para atingir esse objectivo: defender os interesses de Portugal na CEE.»

Esta e outras questões irromperam com particular vivacidade na passada sexta-feira em Lisboa, durante a conferência de imprensa dada pela Coligação Democrática Unitária (CDU) para divulgação das grandes linhas da sua campanha para as eleições para o Parlamento Europeu e apresentação da sua nova publicação (iniciativa editorial inédita no nosso País) «Portugal e a CEE — Informação». Presentes na mesa estavam Ângelo Veloso, da Comissão Política do PCP e cabeça de lista da CDU para o Parlamento Europeu (PE), os actuais deputados comunistas ao PE, Joaquim Miranda, Barros Moura e Brito Apolónia, Maria Manuela Hartley Fernandes, do partido «Os Verdes», Blasco Hugo Fernandes, da I. D., e Ana Vargas, da JCP. Ângelo Veloso fez a declaração inicial sobre as linhas da campanha da CDU para as eleições para o Parlamento Europeu (que resumimos noutro local), abrindo caminho a uma sessão verdadeiramente esclarecedora sobre a complexidade dos problemas que entraram no nosso País ao colo da CEE. ■

Candidatos CDU ao Parlamento Europeu

Declaração de Ângelo Veloso

Ângelo Veloso, cabeça de lista da CDU para o Parlamento Europeu, abriu a conferência de imprensa com uma declaração sobre as linhas da campanha da Coligação Democrática Unitária para as eleições para o Parlamento Europeu, que passamos a resumir.

Começando por recordar que a candidatura da CDU ao Parlamento Europeu se integra nos objectivos gerais da intervenção desta coligação nas eleições de 19 de Julho, Ângelo Veloso comentou assim o processo de adesão do nosso País à Comunidade:

«A adesão de Portugal à CEE foi decidida sem suficiente esclarecimento prévio dos portugueses sobre as suas reais implicações para o país, por razões predominantemente políticas, como parte da ofensiva tendente a liquidar as transformações democráticas resultantes do 25 de Abril.

«A integração não é uma oportunidade de desenvolvimento e modernização, mas sim de subordinação do desenvolvimento do país aos interesses das transnacionais e dos grandes capitalistas portugueses seus aliados. No imediato, e a mais longo prazo, a integração provoca efeitos nefastos de limitação da independência e da soberania nacional; de comprometimento dos principais sectores, actividades e recursos em que poderia assentar o desenvolvimento económico do país; de apropriação dos principais meios de produção e solos pelo capital transnacional; de intensificação da recuperação capitalista; de reforçada exploração dos trabalhadores; de degradação da situação económica e social das principais camadas da população; de ruína dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais; de maior desemprego e acrescidas dificuldades para os jovens».

As responsabilidades por esta situação foram de seguida bem explicitadas pelo orador:

«Por estas consequências são responsáveis todos os partidos que decidiram e apoiaram a adesão à CEE. Os que ratificaram sem reserva esse novo impulso à integração que é o Acto Único Europeu e que apoiam agora as chamadas "reformas" que, visando pô-lo em prática, só poderão agravar as consequências negativas da adesão para Portugal.

«Com graus diversos de responsabilidade, o PSD, o CDS, o PS e o PRD.

«Particulares responsabilidades devem ser atribuídas ao Governo PSD/Cavaco Silva que, com a sua prática sistemática de abdicação e capitulação na CEE, tornou ainda mais pesadas as restrições à soberania nacional e o prejuízo para os interesses de Portugal. Essa prática vai ao ponto de aplicar imediatamente compromissos que só deveriam entrar em vigor no fim do período transitório, fixado no Tratado de Adesão. Pretextando, em muitos casos, obrigações inexistentes face aos próprios Tratados, uma tal conduta corresponde à orientação do grande capital no sentido de utilizar a integração na CEE, e outros compromissos internacionais do Estado português (caso da participação na NATO) para contrariar ou condicionar a livre escolha pelo nosso povo do sistema económico e político em que deseja viver.»

CDU não está hipotecada

No entanto a adesão de Portugal à CEE é um facto consumado. Sendo-o, deveria inspirar «um governo democrático com uma política democrática e patriótica, que assegurasse uma firme representação governamental na CEE, aliado a uma representação combativa no Parlamento Europeu», o que poderia conduzir a «uma actuação de defesa dos interesses nacionais, susceptível a limitar os efeitos negativos da integração e, mesmo, de contrariar a lógica dos financiamentos e programas da CEE».

Neste contexto a CDU, onde está nomeadamente o PCP, que sempre se opôs à adesão à CEE na base de um estudo aprofundado das consequências gravosas que ela acarretaria encontra-se por isso mesmo particularmente bem colocada (e fundamentada) para defender os interesses de Portugal na CEE, ao contrário das forças políticas responsáveis pela adesão, que «sempre impediram o esclarecimento do povo português e a realização de um autêntico debate nacional».

Na verdade, ao contrário dessas forças, «a CDU não está hipotecada a uma disciplina supranacional, que implica a sujeição às orientações definidas, para defender interesses alheios, por instituições da CEE ou grupos políticos multinacionais dominados pelos grandes países. É reconhecido que, em Portugal como na CEE, o PCP e os seus aliados da CDU dão garantias de trabalho, competência, empenhamento e brio patriótico, na defesa dos interesses e da independência nacional. Os deputados do PCP no Parlamento Europeu têm provas dadas no seu mandato. O conjunto da actividade dos deputados do PCP, as suas iniciativas e as suas propostas construtivas constitui a demonstração de que é possível — com base numa permanente ligação ao país, ao povo português, aos trabalhadores e às lutas de todas as classes e camadas atingidas pela integração europeia — assumir nas instituições da CEE uma posição de independência, de combatividade e de defesa dos interesses de Portugal».

Propostas concretas

Ora como vai ser a campanha eleitoral da CDU ao Parlamento Europeu, tratando-se, como se trata, «de concorrer a uma instituição da CEE» que «implica o tratamento específico das relações entre Portugal e a CEE, dos problemas que a integração coloca ao nosso País e das orientações e soluções que a CDU propõe para lhes fazer frente»? Ângelo Veloso esclareceu:

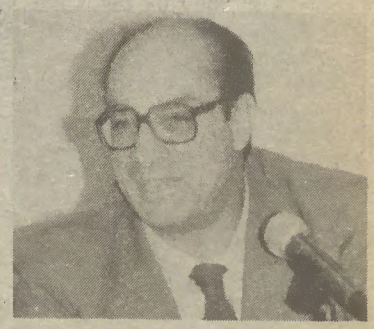
«Na campanha eleitoral, a CDU tudo fará para esclarecer o nosso povo, procurando que o debate privilegie as questões concretas, que avalie as consequências reais da adesão e que se responsabilize quem deve ser responsabilizado.

Os candidatos da CDU não se consideram depositários de toda a verdade e sabem que muito há ainda a fazer para conhecer em todos os aspectos o impacto real da integração na CEE. Afirmam, por isso, claramente que sozinhos não conseguiriam elaborar todas as propostas e conceber todas as soluções necessárias para defender os interesses nacionais. É por isso que, dando continuidade à acção dos deputados do PCP, os candidatos da CDU vão procurar contactar, durante a campanha, as principais forças económicas e sociais e as respectivas organizações, camadas sociais e sectores específicos de actividade económica, a fim de auscultarem os seus problemas, aspirações, reclamações e propostas, e com elas estudar as iniciativas a tomar no Parlamento Europeu e junto das outras instituições da CEE».

Ao mesmo tempo, «procuraremos divulgar as propostas da CDU e evidenciar o carácter construtivo da sua intervenção tanto a nível nacional, como nas instituições da CEE».

Segundo o orador, essa intervenção e estilo de actuação «dá continuidade ao que fizeram os deputados do PCP no Parlamento Europeu», destacando, de seguida, algumas das suas propostas de maior importância para o País, nomeadamente:

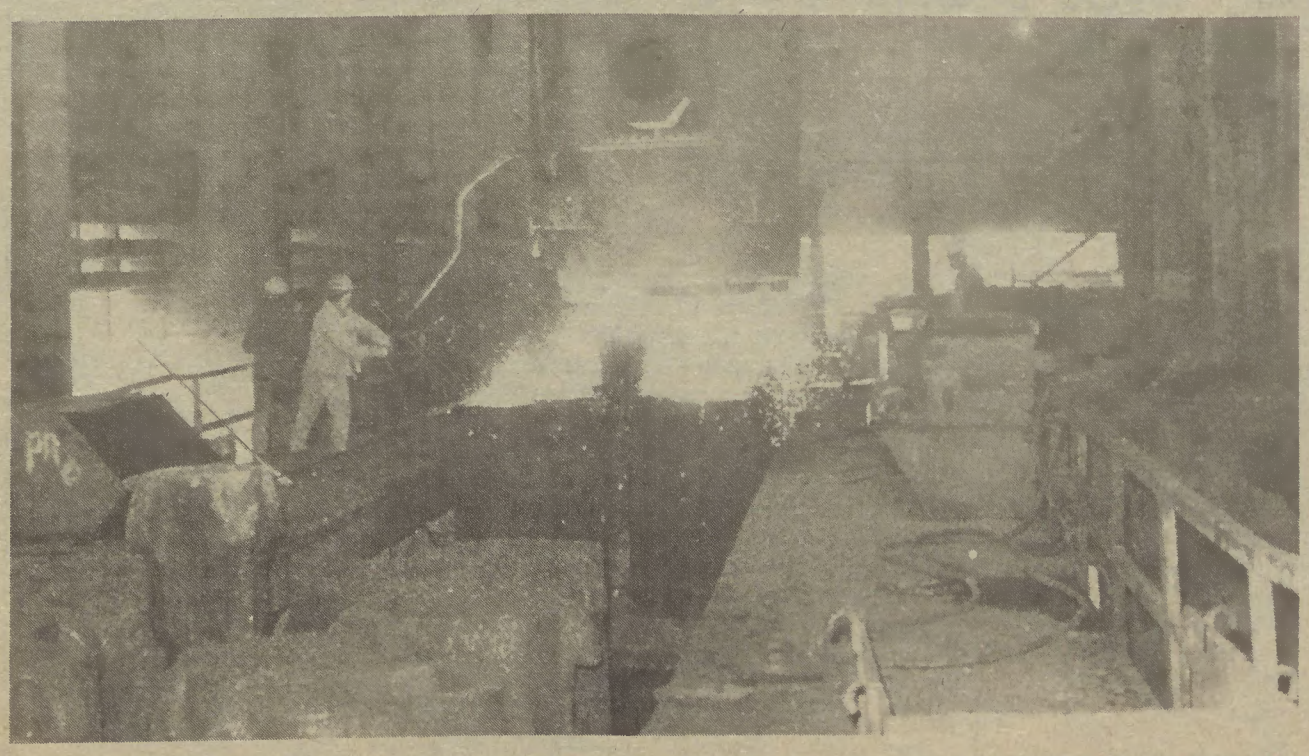
«sobre uma acção informativa com vista a criar condições de efectividade prática aos direitos dos emigrantes originários de Portugal e Espanha nos outros Estados membros da Comunidade, na sequência do alargamento; sobre medidas de recuperação económica e de promoção do emprego produtivo nas regiões industriais em declínio de Portugal,



nomeadamente, Tramagal, Covilhã, Marinha Grande, Bacia Carbonífera do Douro e Setúbal; **sobre um programa específico para o desenvolvimento da indústria portuguesa (PEDIP); sobre a preservação da floresta em Portugal (em especial das espécies indígenas e o combate à plantação indiscriminada e massiva de eucaliptos); sobre o apoio à pesca artesanal; sobre a situação de crise em que se encontra o sector das conservas em Portugal; sobre medidas a adoptar no quadro das CEE's para superar as graves dificuldades que a crise do mercado internacional de volfrâmio está a provocar às minas de Portugal, especialmente às minas da Panasqueira; sobre a construção de um cemitério de resíduos nucleares junto da fronteira portuguesa».**

A finalizar, Ângelo Veloso sublinhou, em relação à CDU:

«Temos posições claras e firmes e **propostas concretas sobre a própria CEE e as reformas necessárias** para salvaguardar os interesses dos países menos desenvolvidos afectados pela integração capitalista e promover o desenvolvimento económico, dando prioridade ao combate ao desemprego. A nosso ver, isso implica contrariar tudo que reforce a supranacionalidade e limite a independência nacional. Procuramos impedir que a integração na CEE e os compromissos dela decorrentes atinjam um nível tal que fique comprometida substantivamente a capacidade de escolha livre pelos portugueses do sistema económico e político em que desejam viver».■



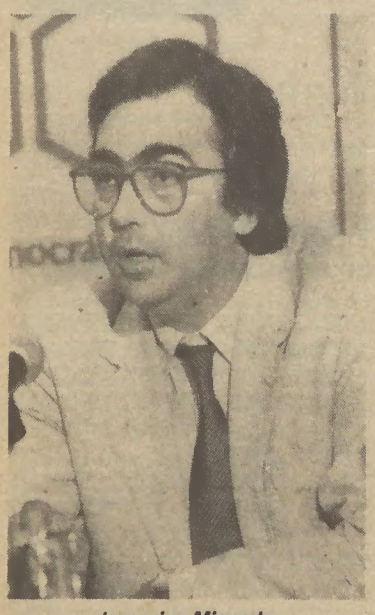
«A integração não é uma oportunidade de desenvolvimento e modernização, mas sim de subordinação do desenvolvimento do País aos interesses das transnacionais e dos grandes capitalistas portugueses seus aliados»

«O Governo português e a sua representação na CEE em vez de combater as consequências da adesão à CEE para a nossa agricultura, para o seu desenvolvimento e para a própria independência económica do País, ao contrário, repercute e acelera os seus efeitos negativos»

«Somos nós que defendemos o desenvolvimento independente de Portugal»

Já no período de perguntas e respostas, as questões colocadas pelos jornalistas presentes permitiram esclarecer a posição dos comunistas e seus aliados sobre variadíssimas matérias, possibilitando simultaneamente um melhor conhecimento dos seus objectivos e propostas quer para a batalha eleitoral que se aproxima quer para aspectos a médio e longo prazo que consideram centrais para a salvaguarda dos interesses nacionais.

Acautelar os interesses de um desenvolvimento independente do nosso País constitui de resto a preocupação central que norteia a acção dos comunistas no Parlamento Europeu, uma acção que, conforme foi sublinhado no decorrer da conferência de imprensa, é ainda pautada pelo esclarecimento do nosso



Joaquim Miranda

povo e pela apresentação de propostas construtivas tanto para Portugal como para a CEE.

Em foco, estiveram temas tão diversos como sejam a aprovação do Acto Único Europeu ou a lixeira atómica em território espanhol, o défice da balança comercial ou os critérios que levaram à constituição da lista CDU, o futuro da CEE ou o comportamento do Governo português.

Um jornalista quis saber, por exemplo, que razões levaram o PCP a optar por Ângelo Veloso — «um político profissional na acepção da palavra», segundo disse — em detrimento de um professor, licenciado em direito, que «até agora tem sido o cabeça de lista do PCP ao Parlamento Europeu».

Coube a Barros Moura esclarecer a questão:

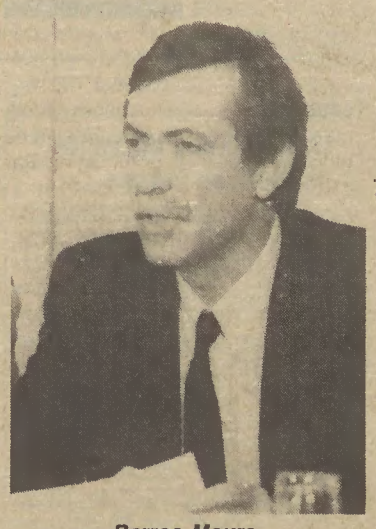
«Em primeiro lugar, não tenho sido cabeça de lista ao Parlamento Europeu. Cabeça de lista, se assim podemos falar, é o meu camarada Joaquim Miranda, vice-presidente do Grupo Comunista e Afins do Parlamento Europeu. O critério que preside à escolha do meu camarada Ângelo Veloso como primeiro candidato da lista CDU é o de apresentar uma candidatura que sublinhe a importância nacional que o Partido Comunista Português e as forças que compõem a CDU atribuem às eleições para o Parlamento Europeu, em que, como resulta da declaração que acaba de ser lida, muita coisa de importante para o nosso País está em jogo.

«O PCP e as forças que compõem a CDU procuram nesta campanha e na sua participação no Parlamento Europeu intervir nas formas que permitam o empenhamento das forças democráticas e do progresso para a defesa dos interesses nacionais na CEE».

«Somos nós que defendemos o desenvolvimento económico independente de Portugal, os valores da cultura portuguesa». «Nós quem?» perguntaria, por sua vez, outro jornalista.

«Nós CDU», respondeu Ângelo Veloso.

Interrogada sobre a família política em que se integrará no Parla-



Barros Moura

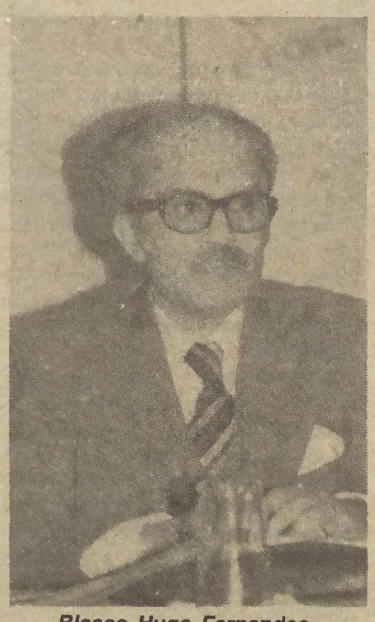
Manuela Hartley Fernandes

mento Europeu, na eventualidade de alguém dos Verdes ser eleito, Manuela Hartley Fernandes, deste partido, disse que «seria naturalmente no Grupo Arco-Íris», *esclarecendo ainda que o seu partido pedira já a adesão à Associação de Partidos Verdes Europeus.*

Acto Único

O Acto Único Europeu, alteração significativa no funcionamento da CEE que se resume no desaparecimento da Cláusula que obrigava à unanimidade das decisões, substituindo-a pela figura de «maioria», ocupou depois a atenção dos presentes. Saber se constitui um acto benéfico para o nosso País ou, pelo contrário, um subterfúgio dos países ricos da Comunidade no sentido de manietarem ainda mais os parceiros recém-chegados, eis a questão que despertou a curiosidade dos órgãos de comunicação social presentes.

«Nós pensamos que o Acto Único Europeu pode desde logo ser considerado como uma alteração estabelecida pela CEE na previsão do alargamento a Portugal e à Espanha para garantir e defender os interesses dos que já eram mem-



Blasco Hugo Fernandes

Ana Vargas

bros e sobretudo dos países mais ricos da Comunidade», *começou por dizer o camarada Barros Moura.*

«Este Acto Único foi elaborado quando Portugal e a Espanha não eram ainda membros da Comunidade Económica Europeia e foi, portanto, elaborado sem a possibilidade destes dois Estados terem uma voz real na sua negociação, ao mesmo tempo que a Comunidade estava a negociar com eles o Tratado de Adesão.

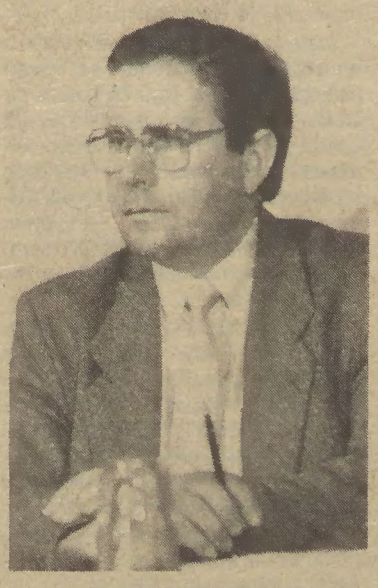
«Nós já dissemos que desta forma — *prosseguiu o deputado comunista* — em certo sentido, a Comunidade a Dez estava ao mesmo tempo a dar com uma mão e a retirar com a outra — isto se admitirmos que no acto da adesão tinha dado alguma coisa...

«Como temos afirmado, a Comunidade que encontraremos no final do período de transição (data que coincide com a realização do principal objectivo do Acto Único que é a liberalização e desregulamentação dos mercados no interior da Comunidade) será diferente daquela a que aderimos — diferente e colocando maiores problemas ao desenvolvimento económico independente do País.

Mercado interno

«Temos dito que o principal objectivo do Acto Único é a realização do mercado interno e que todos os outros objectivos estão subalternizados a esse e, em certo sentido, estão ao serviço desse objectivo de liberalização do mercado interno. A nosso ver isto coloca agravadas dificuldades à economia portuguesa e acentua esta tendência que referimos na nossa declaração de substituição de produção nacional por produções importadas e duma especialização cada vez mais desfavorável ao nosso País.

«O mercado interno é pois a grande prioridade não havendo nem meios de financiamento, nem programas, nem vontade política de



José Brito Apolónia

realizar outros objectivos. A verdade é que se liberalizou o mercado mas a política de desenvolvimento científica e tecnológica está concebida só em benefício das regiões mais desenvolvidas e a coesão económica e social é uma palavra de propaganda, sem meios, destinada a amortecer o impacto da realização do mercado interno.

Abordando um dos aspectos mais preocupantes no Acto Único Europeu, Barros Moura referiu ainda aquilo a que se chama a «simplificação do processo de decisão». «Não se trata de uma simplificação que interesse ao nosso País — *sublinhou* — na medida em que ao simplificar o processo de decisão, passando da unanimidade — que assenta numa lógica de negociação entre Estados — para a maioria qualificada, estabelece a possibilidade de formar maiorias que podem impor a um País decisões e orientações de política económica e social contra as quais esse país se tenha manifestado e sejam contrárias aos seus próprios interesses. Por estas razões consideramos que o Acto Único Europeu é desfavorável para Portugal e agrava as condições de permanência do nosso País na CEE».

Chamando a atenção para a posição do PCP nesta matéria, aquele jurista afirmou que o PCP foi a única força política, que se opôs à ratificação do Acto Único, postura que classificou de "responsável", lembrando ainda que foi o PCP que na Assembleia da República e no Parlamento Europeu tomou as iniciativas necessárias para na perspectiva da aplicação do Acto Único que se avizinha, garantir o mais possível nesse contexto agravado os interesses de Portugal que nós traduzimos em duas orientações fundamentais: limitar as consequências negativas da adesão de Portugal à CEE e salvaguardar ao máximo as possibilidades do nosso desenvolvimento independente.

Reforço dos órgãos supranacionais

A possibilidade dos países do Sul, com a entrada de Portugal e da Espanha na CEE, deterem em princípio a maioria — questão suscitada por outro jornalista — mereceu entretanto uma nota discordante de Joaquim Miranda que para o efeito convidou a uma reflexão sobre a composição do Parlamento Europeu.

«Basta somarmos o número de deputados que tem por exemplo a Alemanha, a França, o Reino Unido e a Itália, ou seja, 320 deputados no conjunto de 518 de todos os Estados membros, para se verificar que não é assim. Mesmo em termos de Comissão, enquanto que Portugal tem apenas um comissário, tal não acontece com a Espanha ou com outros países mais desenvolvidos que têm um número de comissários bastante mais elevado e em postos mais importantes.

A questão fundamental é esta: com o Acto Único há alteração qualitativa que é a de retirar nomeadamente aos países mais pequenos, menos desenvolvidos, a capacidade de veto. Esta é que é a realidade, reforçando simultaneamente o poder de intervenção dos órgãos supranacionais.

E em detrimento de quem? Nomeadamente dos órgãos de soberania de cada Estado que ficam preteridos e com poderes diminuídos. O mesmo se passa em termos económicos. Com a destruição de quais-

➔

quer barreiras à circulação (particularmente de capitais, mercadorias e serviços) — processo que coincide com todo o nosso período de transição — tal facto desde logo determina a eliminação da capacidade de adaptação.

Lixeira atómica

A lixeira atómica que a Espanha pretende instalar junto à fronteira portuguesa e as afirmações de um alto responsável da CEE sobre uma eventual tomada de posição deste órgão supranacional caso os dois países não cheguem a acordo foi também objecto de uma questão colocada por um jornalista o qual quis saber, nomeadamente, se tal não configurará uma inadmissível ingerência nos assuntos internos dos dois países.

Depois de recordar as posições assumidas pelos deputados comunistas sobre esta matéria quer na Assembleia da República quer no Parlamento Europeu, Joaquim Miranda considerou a questão de «preocupante» na medida em que a «lixeira se situa não apenas junto à fronteira como também junto ao rio Douro».

Explicitando melhor a posição do Partido, Joaquim Miranda disse que «tem que haver uma acção com vista a impedir este tipo de situação», *defendendo ainda que é* «entre o Governo português e o espanhol que deverão ser encontradas as soluções por forma a que não sejamos afectados por uma situação que não nos diz respeito, em nada nos beneficia, mas que eventualmente nos pode prejudicar».

Esta questão foi também abordada por Ângelo Veloso que a dado passo diria que os deputados comunistas actuaram na CEE no sentido do «não financiamento do projecto para a sua instalação na região», *admitindo contudo que os portugueses* «tenham de recorrer a todas as instâncias e a todos os processos para impedir a instalação da lixeira naquele local», *o que pode significar, de acordo com as suas palavras, o* «recurso à ONU, à CEE, a tribunais internacionais».

Repegando numa das perguntas anteriormente formuladas pelos jornalistas — os critérios que presidiram à escolha da lista para o Parlamento Europeu — Ângelo Veloso referiu ainda que o PCP «nunca teve nenhuma lista» *para aquele órgão.*

«É a primeira vez que apresentamos lista — *disse* — visto que até agora os deputados que têm estado no Parlamento Europeu foram os deputados que estavam eleitos na proporção dos representados na Assembleia da República. Não há, portanto, duas listas, não há substituição de cabeças, nem alterações».

A lógica dos monopólios

Detendo-se sobre a questão da supranacionalidade e designadamente sobre a desconformidade existente entre as posições de certas forças partidárias representadas na CEE e os interesses nacionais o dirigente comunista citou a propósito a recente eleição para presidente do Parlamento Europeu, acto no decorrer do qual os espanhóis conservadores votaram com os ingleses conservadores, derrotando assim o socialista espanhol. «Não consideramos, pois, que as forças políticas representadas na CEE actuem em qualquer circunstância de acordo com os interesses nacionais».

«Acreditamos que na CEE — *frisou* — não há uma lógica de Estados ou de Nações, mas, sim, muitas vezes, a lógica das classes, dos grupos de pressão, dos monopólios, do imperialismo. Mas acreditamos, porém, que em relação a Portugal as forças políticas com representação naquele órgão possam definir as suas posições perante os grandes problemas nacionais. É nesse sentido que estamos a encarar a possibilidade de fazer uma proposta a todas as forças políticas que concorrem ao Parlamento Europeu e que hoje têm representação naquele órgão, para que se faça um debate público precisamente para discutir a posição dessas forças perante os grandes problemas do desenvolvimento português, os problemas dos recursos nacionais, o desemprego, as limitações à soberania portuguesa, isto é, saber efectivamente como é que essas forças se definem perante estes problemas candentes e também quanto ao futuro da própria CEE».

Invasão de produtos

Instado a pronunciar-se sobre o agravamento do défice da nossa balança comercial com os países da CEE — passou de dois milhões de contos para 98 milhões — o ex-candidato à Presidência da República sublinhou que «isto é da lógica estrutural da própria CEE», *lembrando simultaneamente que o PCP sempre alertou para* «essas consequências previsíveis».

Sustentando a posição do Partido, Ângelo Veloso referiu que nas nossas condições — produção, níveis de produtividade e grandes carências — «com o desmantelamento em grande parte das defesas alfandegárias e abdicando de uma política nacional em relação às importações e exportações, seria pois natural que Portugal ia ser invadido pelos produtos da CEE».

«Estamos a assistir a uma situação de agravamento da balança comercial, agrava-se seriamente a substituição dos produtos nacionais pelos produtos estrangeiros, agrava-se a dependência do estrangeiro (veja-se o que se passa com o plano siderúrgico nacional que reflecte bem essa política de subordinação aos interesses das transnacionais) a par do afunilamento das relações externas de Portugal».

«O nosso País fica logo limitado na sua negociação comercial com o estrangeiro. É a própria CEE que condiciona a sua capacidade económica no plano internacional. É por isso que nós dizemos que ao entrarmos na CEE, entrámos por uma via que é quase necessariamente por parte da CEE a condenação da economia portuguesa, uma economia apendicular das grandes transnacionais.

Consequências da adesão

À baila, no decorrer da conversa quase informal que acabaria por se estabelecer com os jornalistas, veio também o futuro da CEE. «Pensamos que o que está a ser discutido nesta campanha eleitoral não é a adesão à CEE nem o futuro da CEE», *diria a propósito Ângelo Veloso».*

«O fundamental que está a ser discutido é a nossa atitude, a atitude dos deputados portugueses face às consequências da adesão à CEE. Consideramos que por exemplo a actuação do Governo de Cavaco e a sua representação na CEE não tem contribuído para diminuir, limitar ou atenuar as consequências da adesão, mas, ao contrário, tem contribuído para agravar essas consequências».

Socorrendo-se de um exemplo, lembrou o caso dos excedentes agrícolas da Comunidade nos principais produtos estratégicos portugueses. «Nesses produtos — *recordou* — a CEE produz acima do que consome e do que exporta. Daí que a lógica da CEE seja substituir a nossa produção nacional pela sua produção (manteiga, lacticínios, etc.) ou seja a redução da produção agrícola portuguesa, a redução da área cultivada, da nossa população activa, etc.»

«E substituir a nossa produção por quê?», *interrogou-se ainda o dirigente comunista.* «Pela floresta, pelo eucalipto. Esta é a lógica da CEE. E qual tem sido a política do Governo? O Governo diz no seu plano de correcção do défice externo e do desemprego que a área agrícola deve ser reduzida em 50 por cento e substituída pela floresta e pela pastorícia. O Governo atribui no PEDAP 20 a 25 por cento para a floresta. Estudos do MEC prevêem a redução de 50 por cento da população activa agrícola portuguesa. Isto é, o Governo português e a sua representação na CEE em vez de combaterem a lógica e as consequências da adesão à CEE para a nossa agricultura, para o seu desenvolvimento e para a própria independência económica do País, ao contrário repercutem e aceleram os efeitos das consequências, numa lógica que é própria e que é a da concentração capitalista da terra, de liquidação dos pequenos e médios agricultores, etc.»

«Bater o pé»

«A nosso ver — *concluiu Ângelo Veloso* — o que está em causa nestas eleições é a questão de que Governo, ou seja, a exigência de um governo democrático, de uma política democrática, a exigência de uma representação na CEE com um carácter verdadeiramente patriótico e ligado aos interesses nacionais que possa bater o pé, exigir que os fundos sirvam o desenvolvimento nacional, a modernização, o aumento da produção em áreas estratégicas, o emprego, etc. É isto que está em discussão nestas eleições.

Definindo os objectivos eleitorais da CDU, Ângelo Veloso sintetizou-os por fim da seguinte forma: «manter as forças de direita em minoria, reforçar a representação e peso das forças democráticas e associar estas duas coisas à perspectiva de um governo democrático com uma política democrática.

«Temos a ideia que a CDU — *garantiu* — está a caminhar bem e portanto a perspectiva que se coloca é o aumento da nossa percentagem e naturalmente da nossa representação na Assembleia da República, com reflexos no Parlamento Europeu». ■

PORTUGAL e a CEE

Informação

Director: Joaquim Miranda da Silva — MAIO • 87

EDITORIAL

Uma maneira diferente de estar na Europa

Não temos necessidade de o demonstrar: é a própria realidade geográfica, histórica e cultural que faz de nós, portugueses, europeus. Mas é, também, o nosso passado secular de nação orgulhosa do seu património, que nos coloca, antes de tudo, como parte própria, portuguesa, numa Europa muito mais vasta que a dos «doze», onde pontificam os Kohl, as Thatcher e os Chirac e na qual estão ausentes muitos outros países ocidentais e os países socialistas, que da Europa são parte integrante.

É, existem, no nosso país, várias formas de entender o «estar na Europa».

Para uns interessa a Europa do grande capital e dos monopólios. A nos interessa-nos a Europa onde germinaram os ideais da democracia, onde nasceram e se desenvolveram o movimento operário e as suas ideias e projectos, as grandes lutas e revoluções pela emancipação social e o progresso. Interessa-nos defender, nesse contexto, os interesses do povo português e de Portugal. Não é, portanto, o «estar» ou não na Europa, o «ser» ou não europeus, que nos separa, a nós, comunistas portugueses, dos apressados «europeístas», mas sim os valores, os interesses, que efectivamente se defendem.

Nós, comunistas portugueses, opusemo-nos, e um facto, a adesão de Portugal à CEE. Não por não nos sentirmos «europeus» mas por a CEE representar, em última análise, interesses que contrariam o nosso desenvolvimento autónomo, político e económico, depois de 48 anos de fascismo, e a nossa independência nacional.

O nosso «estar na Europa» é, portanto, diferente do de outras forças mas talvez por isso e mais vasto e mais profundo. Estamos no Parlamento Europeu de pleno direito, precisamente para, com atitude crítica e vigilante, defendermos os interesses do povo português.

Nos pensamos que a atitude muitas vezes acrítica, «bem comportadinha», reverencial e de «chapéu na mão», perante os «poderosos» — de que deu muitos exemplos o governo PSD/Cavaco Silva — conduz à passividade, à resignação e à submissão que podem ser trágicos para os interesses do nosso país.

É útil que os portugueses meditem e se esclareçam sobre a realidade da CEE e da Europa. Esta nossa publicação, «Portugal e a CEE», pretende ser uma contribuição atenta e construtiva para a formação de uma opinião consciente e rigorosa.

Sim, a nossa é uma maneira diferente de estar na Europa, na CEE, no Parlamento Europeu. Somos portugueses na Europa, mas portugueses de olhos e ouvidos bem abertos, procurando conhecer e aprender a melhor forma de defender os interesses de Portugal, informar o nosso povo com objectividade.

E esse o compromisso que os deputados do PCP no Parlamento Europeu têm cumprido e irão continuar a cumprir.

Um balanço

O que fizeram os deputados do PCP

No Parlamento Europeu, os deputados do PCP confirmaram a tradição de **trabalho, dedicação, honestidade e competência** que caracteriza os eleitos comunistas no cumprimento dos mandatos recebidos dos eleitores.

Deram prioridade aos interesses de Portugal, do seu povo, dos trabalhadores.

Actuaram para evidenciar a necessidade de um tratamento **específico** que salvaguarde as possibilidades de desenvolvimento independente do país. Reclamaram a **renegociação** dos aspectos mais desfavoráveis do Tratado de Adesão agravados pelo Acto Único. Apresentaram numerosas **propostas concretas, construtivas**, com aqueles objectivos. Denunciaram as **condições ruinosas** impostas pela CEE a Portugal no domínio da agricultura, das pescas, da industria (siderurgia, têxtil, construção naval, etc.), na generalidade dos sectores económicos, bem como as consequências da abertura do mercado português sem prévia modernização das actividades económicas nacionais.

Bateram-se os deputados do PCP pelo melhor aproveitamento dos fundos comunitários em benefício de **objectivos nacionais** de desenvolvimento. Exigiram o cumprimento de compromissos que, devido à incuria do Governo português, a CEE pretende violar (é o caso de um financiamento

A Zona Económica Exclusiva passou a ser gerida pela Comunidade, a pesca artesanal está excluída dos apoios da CEE, os acordos bilaterais de pesca foram anulados, existem dificuldades acrescidas para a pesca do bacalhau, os principais apoios são para a desactivação dos barcos de pesca

A novidade do boletim

Chama-se «Portugal e a CEE», trata-se de um boletim de periodicidade mensal da responsabilidade dos deputados do Grupo Comunista e Afins do Parlamento Europeu, o seu primeiro número foi entregue ainda fresco de tinta, aos jornalistas presentes e Joaquim Miranda apresentou-o assim:

«Este boletim visa uma regular informação da nossa actividade naquele órgão da CEE e, em geral, sobre as questões de maior acuidade e actualidade no processo de adesão de Portugal à CEE.

«Como é sabido, o povo português nunca foi devidamente esclarecido sobre estas questões, não se tendo verificado, mesmo antes da adesão, um debate aprofundado, generalizado e plural sobre a integração.

«Após a adesão, a informação que chega à opinião pública não é só insuficiente, como a que existe reflecte, predominantemente, as posições do Governo, e daí a tónica do "sucesso constante" que evidencia (mas que não corresponde minimamente à verdade) ou, quantas vezes, questões perfeitamente secundárias.

«Por isso julgamos de particular importância o lançamento deste boletim, de periodicidade mensal e que, estamos certos, contribuirá para uma informação objectiva e aprofundada sobre as questões da CEE, da adesão de Portugal e das respectivas consequências».

Uma novidade. E bem necessária!

CDU Candidatos

Parlamento Europeu

Ângelo Matos Veloso, 56 anos. Membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, foi deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República. Foi candidato à Presidência da República em 1986.

Joaquim António Miranda da Silva, 36 anos. Economista, membro do PCP, foi vereador da Câmara Municipal de Portalegre em 1976 e 1977 e é membro da Assembleia Municipal de Portalegre. Deputado à Assembleia da República. Deputado ao Parlamento Europeu e vice-presidente do Grupo Comunista e Afins do Parlamento Europeu. Como deputado ao Parlamento Europeu integra as Comissões dos Orçamentos e da Agricultura e Pescas e a Delegação Parlamentar para a América Central.

José Barros Moura, 42 anos. Licenciado em Direito, membro do PCP. Foi director-geral das Relações Colectivas de Trabalho do Ministério do Trabalho em 1974 e 1975; foi coordenador do Gabinete de Estudos da CGTP-IN de 1976 a 1986; foi assistente encarregado de regência de Direito do Trabalho e Segurança Social na Faculdade de Direito de Lisboa; foi conselheiro técnico da Delegação dos Trabalhadores Portugueses à Conferência Internacional do Trabalho da OIT em 1977 e anos seguintes; é deputado do PCP no Parlamento Europeu; é membro da Comissão Política do Parlamento Europeu e membro da Assembleia Paritária ACP-CEE.

Carlos Aboim Inglês, 57 anos. Membro do Comité Central do PCP, foi eleito deputado à Assembleia da República em 1976, 1979, 1980. Ligado ao trabalho internacional do PCP durante largos anos, participou em inúmeros congressos, conferências e simpósios internacionais. Foi membro da DORL do PCP e responsável pelo trabalho do seu Sector Intelectual.

José António Brito Apolónia, 46 anos. Licenciado em engenharia química. É membro do PCP. Foi membro da Comissão Administrativa da ex-CUF, após a nacionalização desta empresa; foi presidente da Câmara Municipal da Moita de 1980 a 1985. É deputado do PCP ao Parlamento Europeu. É membro da Direcção do Conselho Português para a Paz e Cooperação.

Maria Alda Nogueira, 64 anos. Licenciada em físico-químicas, membro do Comité Central do PCP. Foi deputada à Assembleia Constituinte e deputada à Assembleia da República desde 1976. Integrou o Conselho Executivo da União Interparlamentar. Foi secretária da Comissão dos Negócios Estrangeiros de 1976 a 1979, e membro desta desde a Assembleia Constituinte. Foi presidente durante a III Legislatura, da Comissão Parlamentar da Condição Feminina.

Carlos Carvalhas, 45 anos. Economista, membro do Comité Central do PCP. É director da Revista «Economia-EC». Foi um dos fundadores do Conselho Português para a Paz e Cooperação, a cuja presidência continua a pertencer. Foi secretário de Estado do Trabalho em 5 Governos Provisórios. Deputado eleito por Lisboa à Assembleia da República desde 1976 até 1987. É vice-presidente do Conselho Nacional do Plano. É deputado ao Conselho da Europa, vice-presidente do Grupo Parlamentar Comunista desta Assembleia e membro efectivo das Comissões de Economia e Agricultura.

Álvaro Rana, 54 anos. Empregado, membro do PCP. Participou na fundação da Intersindical; membro da Comissão Executiva da CGTP-IN. Foi delegado titular dos trabalhadores portugueses às Conferências anuais da OIT de 1975 a 1979; representou a CGTP-IN em várias conferências e congressos internacionais; é membro do Conselho Português para a Paz e Cooperação. Foi vogal da Assembleia Municipal de Lisboa de 1983 a 1985.

Maria Helena Bastos, 44 anos. Engenheira química-industrial. Membro do PCP. É professora associada do IST. Investigadora do «Fonds de la Recherche Fondamentale Collective» (Bélgica) de 1969 a 1974 e, a partir de 1975, dum centro do INIC e responsável, desde 1978, pela coordenação e orientação de projectos de investigação, no âmbito da valorização de recursos minerais nacionais. Activista do Movimento Democrático de Mulheres, a partir de 1975, é membro do Conselho Nacional, desde 1977, e do Secretariado Nacional desde 1980. Candidata às eleições legislativas de 1983 a 1985, tendo exercido o mandato de deputada durante um período da III Legislatura. Exerceu o mandato de vereadora da Câmara Municipal de Lisboa de 1983 a 1985. É membro da Assembleia Municipal de Lisboa.

António J. Avelãs Nunes, 48 anos. Professor da Faculdade de Direito de Coimbra e membro da Assembleia de Representantes e do Conselho Pedagógico da mesma Faculdade. Foi director da «Via Latina» (1961/1962). Foi secretário de Estado dos Desportos e Acção Social Escolar no 1.º Governo Provisório e secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica do II ao V Governo Provisórios. Independente.

Armando de Castro, 68 anos. Professor catedrático e historiador. Membro do PCP desde 1937. Pertence actualmente à Direcção do Sector Intelectual do Porto do PCP. Investigador e autor de vasta bibliografia sobretudo nos domínios da História Económica e Social, Economia e Teoria do Conhecimento. Membro da Federação Mundial dos Trabalhadores Científicos e do Conselho Mundial da Paz.

Custódio Gingão, 44 anos. Operário agrícola. Membro do PCP. Deputado à Assembleia da República desde 1976. É membro da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo e presidente do Conselho Fiscal da UCP «Cravo Vermelho».

Viriato Pina Moura, 33 anos. Economista. É membro da Direcção da Organização Regional do Porto do PCP. Foi membro da Comissão Central da União dos Estudantes Comunistas. Foi membro do Conselho Directivo da Faculdade de Economia do Porto (1974) e da Direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Economia do Porto (1974/1976).

António Borga, 39 anos. Jornalista da RTP, onde foi reintegrado em 1986, depois de ser despedido ilegalmente em 1976. É membro do PCP. Foi chefe de Redacção do jornal «o diário». Trabalhou na BBC.

Ana Margarida Vargas, 24 anos. Licenciada em Direito. É membro da JCP. Foi activista associativa e membro da Assembleia de Representantes do Conselho Directivo da Faculdade de Direito de Lisboa. É membro da Assembleia Municipal de Oeiras.

Maria Manuela Hartley Fernandes, 33 anos. É membro do Partido Ecologista «Os Verdes». É licenciada em matemática e psicologia. Tem um projecto de investigação em matemática aplicada à psicologia a desenvolver em colaboração entre o ISPA e Louvain. É professora do Ensino Superior. É membro da Assembleia Municipal de Lisboa.

Blasco Hugo Fernandes, 56 anos. Engenheiro agrónomo. Foi dirigente do MDP/CDE e é actualmente membro da Comissão Promotora da Associação Intervenção Democrática. Pertenceu à Comissão Promotora do Voto da Candidatura Presidencial do General Humberto Delgado. É membro da Assembleia Municipal de Sintra. Foi membro do Gabinete do Ministro do Trabalho (1974-1975). Foi vogal da Comissão Nacional da FAO. Integrou delegações governamentais a Conferência da OIT (1974-1975). É membro da Associação Europeia de Economistas Agrícolas. Foi vice-director da «Seara Nova». É membro da presidência do Movimento Português Contra o Apartheid e do Conselho Português para a Paz e Cooperação.

Carlos Pimpão, 44 anos. Engenheiro de construção naval. Independente. Foi administrador da Metalúrgica Alentejana (Beja) e membro da Comissão Administrativa dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (1976/1981). Actualmente é director de Produção nos Estaleiros de S. Jacinto em Aveiro.

Mário Abrantes da Silva, 32 anos. Engenheiro silvicultor. É membro da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, e membro da Comissão Executiva da DORAA do PCP. Foi membro da AA.EE. Agronomia em 1967.

Mário Gomes de Aguiar, 45 anos. Técnico de contas. É deputado do PCP à Assembleia Regional da Região Autónoma da Madeira. É membro da Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira do PCP.

Rosa Maria Sousa Marques, 41 anos. Engenheira química, membro do PCP. Realizou e participou em trabalhos e em delegações à CEE e à CECA antes e depois da adesão. Foi dinamizadora e fundadora do Sindicato da Função Pública, pertencendo aos seus Corpos Dirigentes. É membro do Conselho Nacional e do Secretariado da CGTP-IN.

Óscar Jordão Pires, 49 anos. Advogado em Guimarães. É membro do PCP. Foi vereador em 1982 na Câmara Municipal de Guimarães, onde dirigiu o Gabinete de Planeamento e Gestão Urbanística.

José Paulo Gascão Nunes, 42 anos. Técnico de informática. Membro do PCP. Foi dirigente da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa de 1964 a 1967. Em 1975 fez parte da Comissão Directiva Provisória do Sindicato dos Escritórios de Lisboa. É membro da Assembleia Municipal do Fundão. Participou nas campanhas eleitorais, pela CDE, em 1969 e 1973. É membro da Direcção da Organização Regional da Beira Interior do PCP.

Filipe Manuel Afonso Ramires, 35 anos. Licenciado em Direito e em Ciências Político-Sociais, diplomado em Administração pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Advogado ligado às áreas do Direito Administrativo. É vereador na Câmara Municipal de Olhão desde 1976. Foi membro da Comissão Instaladora da Reserva Natural da Ria Formosa. É membro da Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP.

Suplentes

Ricardo Mira Silva, 32 anos. Engenheiro agrónomo, membro do PCP. É verador da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo.

Raul Figueiredo, 42 anos. Engenheiro. É membro do PCP. É chefe do Serviço de Estudos Tecnológicos no Departamento de Qualidade e Tecnologia da Setenave. É membro da Comissão de Trabalhadores e gestor eleito pelos trabalhadores da Setenave.

Albano Barbosa Lobo, 62 anos. Administrador de empresa. Independente. Foi presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Mortágua. Foi membro da Assembleia Municipal de Mortágua. É presidente da Direcção dos Bombeiros Voluntários de Mortágua.

Joaquim Emídio dos Santos, 39 anos. Fiel de armazém. É membro do PCP. Foi membro do Conselho Municipal da Chamusca e actualmente é membro da Assembleia Municipal da Chamusca. É dirigente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Alimentares e Conservas do Centro, Sul e Ilhas.

Ulpiano Ferreira Nascimento, 72 anos. Economista. É membro da Associação Intervenção Democrática. Foi perseguido como antifascista. É investigador designadamente nas áreas do desenvolvimento e planeamento económico e do fomento da agricultura e pescas. Foi director de Planeamento e Fomento das Pescas, presidente do Fundo de Renovação e Apetrechamento das Pescas e secretário de Estado das Pescas. Trabalhou como técnico em diversas instituições das Nações Unidas (CEPAL, BID, FAO), e como assessor de comissões governamentais da Guiné-Bissau, Moçambique e Angola. É colaborador de vários jornais e revistas. Publicou numerosos trabalhos e artigos especializados.

João Vaz Simões, 40 anos. Pequeno agricultor. É membro do PCP. Desenvolveu actividade política no âmbito da CDE. É activista das movimentações dos pequenos agricultores e resineiros. É membro da Direcção da Organização Regional de Leiria do PCP.

Manuel Cerqueira Rodrigues, 36 anos. Engenheiro agrónomo. É independente. Pertenceu ao MARN, Ligas Camponesas e Conselho Nacional da CNA. É membro da Direcção da Associação de Agricultores do Alto Minho (ARAAM).

Virgílio Cardoso Alves, 38 anos. Engenheiro zootécnico. É membro do PCP. É assistente na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Foi dirigente da Associação de Estudantes do Instituto Universitário de Vila Real. Foi presidente da Associação dos Desportos de Vila Real. É membro da Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes do PCP. ■

Página CDU

Nomes do Teatro com a CDU

Em animado encontro informal, realizado no típico bairro de Alfama em Lisboa, a CDU deu anteontem a conhecer algumas iniciativas de relevo na área do espectáculo ao vivo, integradas na campanha.

Dias antes, o gabinete de Imprensa da CDU/Lisboa revelava que cerca de 60 actores, encenadores, cenógrafos e outros profissionais ligados ao teatro em Lisboa tinham já manifestado o seu apoio solidário à CDU.

Da longa lista de nomes — até porque continuam a «chegar-nos novos apoios» — aqui ficam alguns dos primeiros:

Adelaide João, Aida Baptista, António Casimiro, Assis Pacheco, Dora Leal, Ermelinda Duarte, Fernanda Lapa, Fernanda Filipe, Io Appoloni, Irene Isidro, Ivone Silva, José Viana, Lia Gama, Lídia Franco, Mário Alberto, Mário Barradas, Mário Jacques, Melim Teixeira, Morais e Castro, Norberto Barroca, Rogério Paulo, Rui Mendes e São José Lapa.

Obras na residência oficial do PM... e vão 200 mil...

«O Primeiro-Ministro demitido deve estar à espera que os portugueses se esqueçam das suas prepotências e arbitrariedades, se esqueçam das medidas lesivas dos seus interesses que tomou, se esqueçam dos critérios que presidiram sempre às suas decisões.

Se esqueçam, ou não saibam, por exemplo, que para iniciar a construção de 2 hospitais (em Loures e na zona de Sintra-/Amadora, onde residem mais de 1/2 milhão de pessoas) o Governo atribuiu no Orçamento do Estado a verba de 75 700 contos, enquanto para as obras que se estão a fazer na residência oficial do Primeiro-Ministro se vão gastar mais de 200 mil contos, ou seja, o triplo!!!»

Octávio Pato na Damaia, 31/5/87

A vitória do FC Porto em ecrã gigante

Devidamente comentada e debatida a jornada vitoriosa do FC Porto em Viena foi vista em ecrã gigante na Casa do Alentejo, em Lisboa. Foi (mais uma) iniciativa CDU, que registou a colaboração de prestigiados jornalistas desportivos.

11.ª Festa da Amizade

«Este ano realizamos a nossa 11.ª Festa da Amizade. 11 anos de trabalho e amizade, fraternidade, de muita alegria, luta e confiança no futuro.

Todos os que nos visitam e connosco convivem e fazem a maior Festa do Concelho de Almada, terão este ano ainda mais motivos de satisfação. Encontrarão tudo o que esperam na festa de que não abdicamos pelo menos uma vez por ano. Vão ser muitos milhares aqueles que estarão no Laranjeiro em confraternização, debate e esclarecimento dos problemas mais sentidos.

Nela não faltarão o artesanato, os produtos regionais, os bons espectáculos, o desporto, os petiscos, as exposições, os colóquios, o vídeo, etc.

Alargamos este ano a bela zona verde de que todos gostaram em 1986.

A Festa da Amizade, nos seus múltiplos aspectos também é a afirmação das propostas do Partido Comunista Português.

A Juventude tem um espaço próprio na Festa onde se afirma a sua vontade de ser futuro, com alegria, determinação, criatividade, irreverência, trabalho e confiança.»

Jornal da Festa da Amizade

De militante do PS a candidato CDU

«Amigos

Ao longo dos últimos 12 anos desenvolvi actividade nas fileiras do Partido Socialista, tendo em conta a necessidade sentida de transformação da sociedade.

Após a minha filiação como militante do partido em 1975, sempre procurei dar o melhor que pude tendo em conta que o programa do partido apontava como meta a defesa dos interesses das classes mais desfavorecidas e o direito ao ensino, à saúde, à habitação e ao trabalho. Por isso desde então me dediquei ao partido cumprindo as tarefas que me foram confiadas.

Assim, participei na criação de um núcleo cultural da secção de Santa Marinha, fui membro do secretariado da secção, coordenei uma comissão administrativa quando o partido se encontrava em situação difícil. Em 1983 fui membro do executivo da Junta e da Assembleia de Freguesia de Santa Marinha, eleito nas listas do Partido Socialista.

Até ao dia 12 de Maio último, data em que decidi demitir-me do partido, exerci a função de membro da Assembleia Geral da secção de Santa Marinha.

A minha demissão de membro do Partido Socialista culmina um longo e difícil caminho. Desde 1976 foram postos em prática pela direcção do PS profundos desvios programáticos. Basta lembrar a política de alianças à direita, a formação do Governo do «bloco central» e ainda a aprovação de legislação altamente prejudicial para os trabalhadores, nomeadamente a lei contra a Reforma Agrária, dos contratos a prazo, a destruição de empresas do sector público e nacionalizado e também o papel negativo no que se refere à revisão da Constituição em 1982. Contra esses desvios sempre me bati dentro do partido.

Mas, em termos imediatos, a minha demissão do PS deve-se ao facto de o dr. Vítor Constâncio, homem em quem eu depositava toda a confiança, não se ter assumido como um verdadeiro secretário-geral do maior partido da oposição e permitir que o senhor Presidente da República cedesse à direita e prejudicasse mais uma vez os trabalhadores e a população mais desprotegida.

Por outro lado, cheguei à conclusão de que, enquanto dirigente sindical, não me era possível continuar nas fileiras de um partido que perfilha, contra a maioria dos seus próprios votantes, o divisionismo sindical que, como está comprovado, apenas interessa aos exploradores.

Pelas razões atrás referidas, tinha de abandonar o PS, para continuar a lutar, dando o meu contributo para que o regime democrático se consolide, os trabalhadores tenham uma vida mais digna, nomeadamente o direito ao trabalho, à saúde, ao ensino e à habitação. Para que os salários em atraso de tantos milhares de trabalhadores deixem de existir. Em suma, para que possamos ter um governo democrático que defenda os interesses dos trabalhadores, do povo e do País.

Assim, decidi, na qualidade de independente, aderir à Coligação Democrática Unitária-CDU, por considerar que nesta coligação, que é formada por forças políticas e independentes com provas dadas de uma vida de luta pelos direitos do povo e em defesa do regime democrático, mesmo nos tempos duros da ditadura fascista, vim encontrar a possibilidade de continuar a lutar pelos direitos mais sagrados dos trabalhadores e do povo.

Finalmente, resta-me apelar a todos aqueles, homens e mulheres, operários e trabalhadores em geral, amantes da liberdade, da democracia e da paz, para que de uma vez por todas deixem de dar voz àqueles que nas cadeiras do poder, desde 1976, têm vindo a impedir que o nosso país progrida e se desenvolva. Essa possibilidade só através de uma forte adesão à CDU-Coligação Democrática Unitária se concretizará.»

Declaração de José Baptista, dirigente sindical do Calçado, da Federação do sector e da CGTP-IN, Maio/Junho de 87 ■

A mentira

De como só há uma conclusão: é preciso em 19 de Julho confirmar a derrota do Governo Cavaco Silva e da sua política, manter a direita em minoria, abrir caminho para outro governo com outra política.

CAPÍTULO III

O SECTOR PÚBLICO E O CAPITAL PRIVADO OS IMPOSTOS • A BOLSA • CONCLUSÃO

O PCP tem afirmado repetidas vezes que a política oficial face ao sector nacionalizado da economia portuguesa é uma pedra de toque não apenas do carácter de classe da prática governamental, uma pedra de toque que revela **para quem** e **ao serviço de quem** cada governo utiliza os recursos e a acção do estado, mas também das consequências efectivas que essa política terá sobre a vida do povo e do País.

Não se trata de uma pura questão política, ideológica, afastada dos grandes problemas económicos: muito pelo contrário, é antes de tudo o mais uma questão de puro bom senso.

É uma evidência que, concentrando-se no sector empresarial do Estado — isto é, no sector nacionalizado — **sectores essenciais da actividade económica, conduzir uma política que afecta a produtividade e a rentabilidade das empresas nacionalizadas é afectar o conjunto da actividade económica nacional.**

Considere-se um rápido e simples exemplo deste problema.

Se os sucessivos governo PS, PS-PSD e PSD nada fizeram para dinamizar o Plano Siderúrgico Nacional e, pelo contrário, tudo têm feito para estrangular a Siderurgia, é evidente que as condições de competitividade do ferro e do aço nacional são largamente afectadas. Como já se disse no primeiro artigo desta série, uma empresa de construção civil, por exemplo, pode ser obrigada a acabar por importar ferro, o que corresponde a gastos de divisas e ao agravar da própria rentabilidade da Siderurgia, correndo-se o risco de desemprego na área dos trabalhadores metalúrgicos.

Mas a implementação do Plano Siderúrgico não teria apenas como consequência poder dinamizar o sector da construção civil mediante fornecimento de matéria-prima em melhores condições. O mesmo se passaria para outros sectores industriais que utilizam ferro e aço como matéria-prima: a metalomecânica pesada e ligeira, a indústria de máquinas ferramentas, etc. etc.

Mas este estímulo não viria exclusivamente pelo fornecimento: a própria concretização do Plano Siderúrgico faria de uma grande empresa como a Siderurgia não apenas um **bom fornecedor** de outras indústrias como um **bom cliente** dessas e de muitas outras! O Plano Siderúrgico envolveria naturalmente a aquisição de equipamentos, muitos dos quais podem ser fabricados em Portugal; o Plano Siderúrgico envolve obras de construção civil que constituiriam elementos significativos de dinamização do sector.

Finalmente — mas não o menos importante — a concretização do Plano Siderúrgico implicaria, no mínimo, a conservação de todos os postos de trabalho da Siderurgia Nacional, mas também a criação de muitos outros, não só na Siderurgia, pelo efeito dinamizador atrás referido. Alargando-se a criação de postos de trabalho em geral e assegurando salários justos naturalmente que se desenvolve o mercado em geral. Se a zona do Seixal, Paio Pires, etc. onde, mercê da actual política, vivem hoje milhares de trabalhadores com salários em atraso ou desempregados, visse aumentar o número de trabalhadores em laboração, evidentemente que isso se reflectiria positivamente na construção de habitações, no comércio em geral, na produção de bens de consumo, alimentares e outros.

Defender ou atacar o sector empresarial do Estado não é uma questão de óptica política de segunda importância: é um problema central da economia portuguesa. Porque destruir o sector empresarial do Estado é destruir o sector fundamental da nossa economia, o seu sector básico, condenando assim Portugal à situação de um país subsidiário da economia (capitalista!) dos grandes países industrializados.

Neste aspecto, a política de Cavaco Silva em nada diferiu da dos seus antecessores. **A táctica é sempre a mesma:**

1.º – Mediante uma gestão assegurada por gestores politicamente obediente ao Governo e por medidas globais legislativas e de crédito conduzir as empresas nacionalizadas à crise económica.

Todos os processos são bons: não renovar equipamentos e deixá-los degradar até à paralisação; estrangular financeiramente as empresas obrigando-as «por cima» a recorrerem a créditos em condições que os mais elementares critérios de boa administração recusariam; definir políticas comerciais completamente ruinosas (mediante a passividade no mercado face à concorrência internacional ou do sector privado português, mediante a pura sabotagem para não cumprimento de prazos contratuais de entregas de mercadorias ou serviços) e etc., etc., etc.!

2.º – **Conseguidas assim, por responsabilidade dos próprios governos e seus agentes, situações de ruptura financeira e de prejuízo, lançar gigantescas campanhas de descrédito público sobre a viabilidade das empresas nacionalizadas, os seus prejuízos, o facto deles estarem a ser «suportados pelo contribuinte», etc., etc.**

Como muitas vezes se tem dito, é o caso típico de fazer o mal e a caramunha...

3.º – **Finalmente, avançar — legislando e por actos de gestão — no desmantelamento do sector público numa operação de vergonhosa política: entregar a capitais privados as partes rentáveis das empresas públicas. Quanto às não-rentáveis** (pelas suas próprias características ou em consequência da má gestão deliberadamente realizada), **das duas uma: ou pura e simplesmente liquidá-las, lançando trabalhadores no desemprego, e forçando o mercado português a recorrer à importação ou ao serviço estrangeiro ou então se indispensável, mantê-las no sector público, obrigando então o contribuinte** (de quem já ninguém então se lembra...) **a pagar os prejuízos de empresas que os têm porque foram espoliadas dos seus sectores rentáveis, entregues à exploração privada ou destruídas por pura incompetência.**

É irresistível apontar aqui o caso escandaloso do ocorrido com a Marinha Mercante portuguesa. A política de direita descapitalizou de todas as maneiras as companhias marítimas nacionais (CTM e CNN). Berrou depois aos quatro ventos a impossibilidade de suportar os prejuízos, acabando por efectivamente as encerrar, **despedindo os trabalhadores e vendendo os barcos:** hoje em dia, Portugal importa mercadorias do estrangeiro pagando fretes a armadores estrangeiros que realizam essas cargas **nos barcos que compraram ao Governo português e que são tripulados por marinheiros portugueses!!!**

Com o Governo Cavaco Silva, esta política de entrega do sector público ao capital privado agravou-se profundamente.

Foi declarada pelo Governo a extinção da Companhia Nacional de Petroquímica (CNP), que só não foi concretizada porque a Assembleia da República revogou tal medida.

Foram transformadas diversas empresas públicas em sociedades anónimas (Dragopor, União de Bancos Portugueses), visando uma futura entrada de capitais privados.

Sob o argumento da reestruturação e do saneamento económico e financeiro (que não foi realizado), o Governo pretende desmantelar a Quimigal e a EDP. Prossegue a asfixia económica da Setenave e da Siderurgia Nacional, com a ameaça de milhares de despedimentos.

Foi entregue ao grande capital a exploração das áreas mais rentáveis do Porto de Lisboa, nomeadamente os terminais de contentores.

Acelera-se a entrega de sectores de actividade das empresas públicas ao sector capitalista com prejuízo dos serviços próprios existentes nessas EPs. (Siderurgia, CP, etc.).

Prossegue a aniquilação do sector público na metalomecânica pesada (Sorefame, Equimetal, etc.).

Procedeu-se à emissão de «títulos de participação» do capital privado no capital próprio de empresas públicas visando a sua posterior transformação em capital accionista (vários bancos, Sociedade Central de Cervejas, etc.).

Visando reduzir o papel do sistema bancário público no financiamento da economia, o Governo alargou os previlégios da banca privada (nomeadamente na distribuição dos limites de crédito e na liberalização das taxas de juro), procedeu à criação de novas «instituições» (fundos de investimento, sociedades de investimento, sociedades de capital de risco, etc.), promovendo a ligação dos bancos nacionalizados (enquanto financiadores...) com o grande capital (...o beneficiário!).

Foram igualmente criados novos instrumentos (certificados de consignação, certificados de depósito) que beneficiam o grande capital à custa da banca nacionalizada.

O Governo tentou ainda acelerar a venda de participações financeiras das empresas públicas ao grande capital, chegando ao cúmulo de obrigar os Conselhos de Gestão a vender as participações independentemente do seu interesse para a própria EP e, mais ainda, esta coisa verdadeiramente espantosa que é a de permitir a venda «à experiência»!

Esta invenção do Governo Cavaco Silva arrisca-se a entrar no rol dos históricos e descarados incentivos à corrupção! A questão é esta. Se o leitor está interessado na empresa XPTO onde, por exemplo, o Banco Português do Atlântico tem a maioria do capital, está autorizado pelo Governo Cavaco Silva a fazer o seguinte: propor ao banco tomar o seu (dele banco...) lugar na gestão da empresa durante três anos **sem pagar um tostão ao BPA!** A única coisa que precisa é de dizer ao BPA que, se tudo correr bem, está a pensar em comprar a empresa daqui a três anos... Se não estiver, daqui a três anos o leitor diz ao BPA que afinal não gostou, a coisa não correu bem, a empresa até deu prejuízo, de forma que adeuzinho, fique o

BPA com a empresa e o prejuízo, que assim não me interessa...

Se Arsène Lupin contasse com legislações destas, seguramente que teria mudado de vida...

Como não podia deixar de ser, esta política mais não conseguiu do que agravar a situação de dependência da economia nacional relativamente ao estrangeiro (como já se demonstrou), desequilibrar ainda mais a distribuição da riqueza nacional em benefício dos lucros e em prejuízo do rendimento do trabalho (como já se demonstrou), aumentar o desemprego e a exploração (como já se demonstrou) e só não teve consequências mais desastrosas por ter beneficiado de uma raríssima situação internacional favorável — que se acabou (como já se demonstrou).

É uma política antinacional porque afecta a maioria do povo e a independência do País, é uma política que beneficia os ricos e prejudica os pobres. É uma política escandalosamente de mentira e de corrupta especulação.

Um dos aspectos mais elucidativos da forma despudorada como Cavaco Silva e os seus ministros mentem é a realidade que corresponde à sua apregoada afirmação de pretenderem «menos Estado» na economia.

É à luz deste apregoado princípio que se defende a necessidade de entregar ao capital privado a fatia rentável do sector público, é à luz deste princípio que se criam toda a casta de benesses para os créditos ao grande patronato, isenções fiscais – etc., etc.

«Sem o incentivo do lucro privado não há economia que funcione», declaram os srs. ministros, que por isso liquidam aplicadamente as empresas nacionalizadas.

Mas se o argumento lhes serve para tal fim, não serve de forma alguma para diminuir as receitas directas do Estado, obtidas directamente através de impostos ou indirectamente através da diminuição de subsídios oficiais: **de 1985 para 1986, a percentagem da rubrica Impostos Indirectos/Subsídios na distribuição do Rendimento Nacional subiu de 10,4% para 14%.**

A situação em concreto é a seguinte: **em impostos directos e contribuições para a Segurança Social o Governo Cavaco Silva arrecadou mais 100 milhões de contos que o anterior; em impostos indirectos, mais 280 milhões de contos (mais 56% do que em 1985!); inversamente, o Governo Cavaco Silva concedeu menos 14 milhões de contos de subsídios** (pão, leite, transportes públicos, adubos, gasóleo para a agricultura, etc.).

Convém determo-nos um pouco sobre esta situação porque ela é particularmente esclarecedora.

Como se sabe, um imposto directo é um imposto que recai directamente sobre um rendimento (é o caso do profissional, do complementar, dos impostos sobre capitais ou da contribuição industrial): é um imposto que cresce ou diminui conforme o rendimento sobre que se aplica, podendo portanto ser um imposto socialmente justo.

Pelo contrário, o imposto indirecto é um imposto o que se chama «cego»: incide sobre um tipo de mercadoria ou um tipo de acção económica, independentemente de quem a realiza e dos seus rendimentos. É o caso, por exemplo, do imposto de selo: quando alguém tem de pôr mil escudos de selos num recibo, tem de pôr os mesmos mil escudos quer esteja desempregado, quer seja um tubarão com milhares de contos no banco.

Um agravamento da carga fiscal nos impostos indirectos constitui assim **sempre** um factor de agravamento das desigualdades sociais uma vez que acaba a incidir de igual maneira sobre muitos a quem o dinheiro faz falta e sobre poucos a quem o dinheiro sobra.

Mas, pergunta-se: considerando que não foram lançados novos impostos, onde é que o Governo de Cavao foi buscar aqueles 280 milhões de contos a mais?

Essencialmente, **aos impostos que incidem sobre os combustíveis e os cereais** que foram pagos ao estrangeiro muito mais barato dada a descida do seu preço e a quebra do dólar, **mas que foram vendidos em Portugal exactamente ao mesmo preço ao consumidor**.

Isto é: o Estado recebe um imposto sobre os produtos petrolíferos que não é fixo, corresponde ao diferencial entre o custo final do produto (incluíndo as ramas, a refinação, transportes, comercialização, etc.) e o preço de venda ao público **que o próprio Estado fixa**.

Se, como sucedeu em 1986, o preço do petróleo baixa em flecha na origem e é pago numa moeda (o dólar), que se desvalorizou em função do escudo e portanto nos fica também mais barato e se se mantém o preço de venda ao público, **então o Estado passa a receber mais imposto**.

E não se pense que isto é irrelevante. Tomemos o caso da gasolina super: em Abril, quando o litro estava ao público a 112$00, o Estado recebia por cada litro **78$00 de impostos**, isto é, cerca de 70% do que se paga!

O argumento normalmente utilizado para justificar este brutal imposto é o de que, através da sua utilização pelo Fundo de Abastecimentos, ele permite subsidiar outros produtos e conservá-los a preços mais acessíveis, apesar de darem prejuízo: seria o caso do pão, do leite, etc. **Mas a verdade é que o Governo Cavaco Silva retirou mais de 14 milhões de contos a esses subsídios**!

Finalmente, tomemos um exemplo. Um capitalista que utiliza um carro próprio que gasta 10 litros aos 100 km e anda normalmente 1500 km por mês. Significa isto que gastaria 16 800$00 de gasolina mensalmente dos quais cerca de 11 700$00 são imposto para o Estado.

Tomemos outro exemplo: um trabalhador que para se deslocar para o emprego utiliza diariamente uma motorizada que gasta em média 3 litros de gasolina aos 100 km e que anda também cerca de 1500 km por mês. Teremos aqui uma despesa mensal de 5040$00 dos quais 3500$00 vão para o Estado.

E agora façamos outras contas. Admitamos que o proprietário do carro ganha um ordenado de gestor (nem por isso muito bem pago...) de 200 000$00 mensais e que o trabalhador ganha 40 000$00. Teremos então que, no imposto indirecto dos combustíveis, o trabalhador paga ao Estado cerca de 9% do seu salário e o gestor apenas 6%. Mas, o que é mais grave é que evidentemente fazem muito mais falta 3500$00 a quem ganha 40 do que 11 a quem ganha 200!

Sendo que ainda pode suceder que o gestor (do PSD, como **todos** os que foram nomeados pelo Governo Cavaco!), além dos 200 contos, tenha carro e gasolina paga pela empresa pública que, é claro, dá prejuízo...

Antes de concluirmos, apenas duas palavras sobre aquilo a que o Governo de Cavaco chama a «dinamização do mercado financeiro» e que, em linguagem comum, se chama prosaicamente a desenfreada especulação bolsista incentivada pelo Governo.

Mediante um conjunto de facilidades fiscais (isenções de impostos, etc.) e de incentivos à emissão de acções e obrigações e, paralelamente, à descida das taxas de juro dos depósitos bancários, o Governo tem procurado mobilizar as economias de pequenos rendimentos para o investimento em acções mediante transacções na bolsa. Investir em acções pode parecer para muitas pequenas economias como um meio mais rentável e seguro de defenderem e aumentarem os seus pequenos ou médios pecúlios.

Estes lucros aparentemente fáceis provêm da compra de acções a um determinado preço e a sua venda a seguir por um preço superior, fixado pela procura de que tais acções são objecto.

A operação começa quando uma determinada entidade faz uma emissão de capital e a coloca à subscrição pública.

Vejamos rapidamente como o processo se desenvolve. A empresa A resolve aumentar o seu capital social de 50 para 100 mil contos mediante a emissão de 50 mil acções ao valor nominal de 1000$00 cada uma. Destas 50 000, metade, por exemplo, destinam-se a ser subscritas pelos actuais accionistas, pelo seu valor nominal e, por exemplo, à razão de 1 por cada duas que anteriormente possuíam; as outras 25 mil destinam-se à subscrição pública e a empresa resolve vendê-las a 3000$00 cada uma.

Nada impede o montante da fixação do preço de subscrição pública: a empresa corre o risco entre ganhar pelo facto de o público estar disposto a pagar mais caro pela acção do que o seu valor nominal (por se saber que a empresa é sólida e a acção é um bom investimento) ou, no caso contrário, de o público se retrair e não conseguir vender todo o papel e realizar o capital pretendido.

Admitamos porém que (mesmo sem truques, que aqui são vários, como o da própria empresa subscrever acções destinadas ao público para dar a entender que há uma grande procura) o público compra as 25 000 acções a 3 contos cada e que a empresa recebe assim 75 mil contos. É evidente que quem essencialmente vai beneficiar dessa entrada de capital são os anteriores accionistas que tinham 100% das acções e agora, com 75%, continuam com a maioria.

Mas o mais importante é que esta operação **fixou** o preço das acções dessa empresa em, no mínimo, 3000$00: é o preço para que existe, como se viu, comprador. Nestas circunstâncias, os titulares da maioria do capital, que tinham até à nova emissão um valor de 50 mil contos em acções de mil escudos cada uma, passaram a ter um valor de 225 mil contos! As anteriores acções passaram também a valer 3000$00 e aquelas 25 000 por que eles pagaram 25 mil contos passaram a valer 75 mil!

Não se pense que a necessariamente simplista descrição anterior minimamente adultera a verdade: segundo os números oficiais, **em 1986, foram emitidas por empresas privadas acções no valor nominal de 19 milhões de contos. Destes 19 milhões de contos foram postos à subscrição pública cerca de 8 milhões que foram vendidos, em média, a preços três vezes superiores ao nominal, rendendo portanto cerca de 24 milhões de contos. O que significa que os 11 milhões de contos em valor nominal que ficaram na mão dos capitalistas proprietários das empresas que emitiram as acções passaram a valer cerca de 33 milhões de contos**.

Isto, como é evidente, sem que se tenha produzido um parafuso de mercadoria, um grama de comida, uma telha de riqueza: apenas as consequências de operações financeiras na bolsa, daquilo a que, com toda a legitimidade, se chama «o jogo da bolsa».

Ora, quando se joga, alguém ganha — e alguém perde. Há dúvidas sobre quem ganha neste jogo em que o Governo Cavaco funcionou como *croupier*?... E sobre quem perde?...

Pouco se torna necessário para concluir tudo o que se disse ao longo destes três números. A questão que se coloca quando se fala do Governo Cavaco Silva não é tanto saber se ele é competente ou incompetente, se governou bem ou governou mal à luz de critérios puramente técnicos.

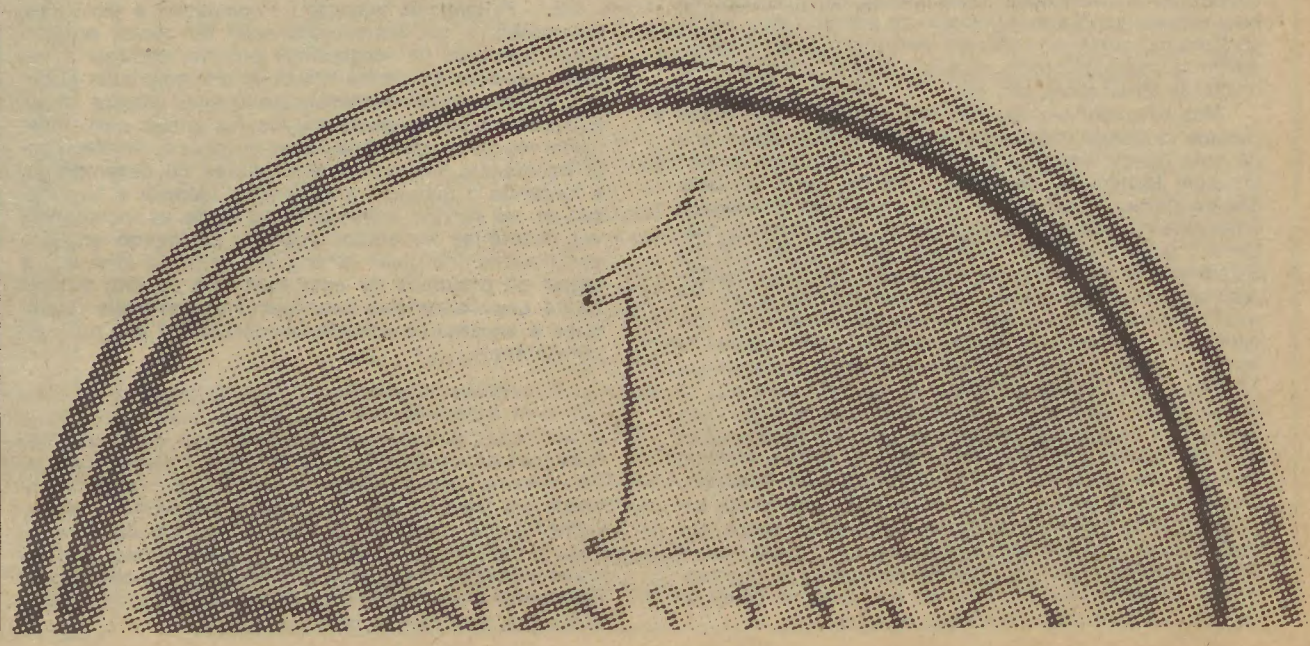
Mesmo que fosse essa a discussão, o Governo Cavaco Silva demonstrou incapacidades técnicas gravíssimas, antes de tudo o mais no desaproveitamento de condições extraordinariamente favoráveis de que beneficiou.

Mas o essencial da questão é que Cavaco Silva fez esta política porque esta é a política que serve ao grande patronato que tem nos partidos de direita os seus agentes políticos. Esta política económica, antinacional, antipopular, antidesenvolvimento, de fomento do desemprego e do atraso não é assim por os ministros serem incompetentes: é assim porque estes ministros são de direita, fazem a política da direita — que é a que serve o capital. Não o País, não o povo.

A alternativa política não é uma questão de alternância. É uma questão vital da sobrevivência do País, política e economicamente.

Só uma política que sirva o País e não o capital, que sirva o povo e não o grande patronato, pode resolver os problemas nacionais.

Por isso se impõe derrotar a direita nas próximas eleições, se impõe mantê-la em minoria, criar condições para a constituição de outro governo, com outra política. ■



Ir à Feira e ler *bons* livros

E ela de novo aí está. Espraia-se pela encosta do Parque Eduardo VII, nas costas do Marquês e com ele olhando o Tejo. Naquele que é um dos poucos espaços verdes que restam em Lisboa, os que ali vão em busca de descanso e repouso têm, nestas semanas, um motivo mais para percorrer os caminhos do Parque. Ao fim-de-semana, com a família ou os amigos, nos dias de semana depois de um dia de trabalho, são sempre bons os momentos para ir à Feira do Livro, porque é dela, claro está, que estamos a falar. É para muitos, o único contacto anual com os livros, pois que não é ainda (infelizmente) hábito generalizado a visita regular às livrarias. De acordo com um estudo recente do Instituto Português do Livro e da Leitura, não chega a 10 por cento o número de portugueses que lê dez livros por ano.

Marcando uma presença insubstituível, lá estão os pavilhões da Editorial «Avante!» e da Editorial Caminho. As obras dos clássicos do marxismo-leninismo que por serem clássicos não deixam (antes pelo contrário) de ser modernos, o debate sobre os grandes temas, nacionais e internacionais do momento, a literatura portuguesa e estrangeira, as temáticas científicas.

Passeando pela Feira, vendo-a por dentro, pelo que ela não é mas podia e devia ser se houvesse iniciativa e vontade para tal, é o que se propõe ao leitor nas linhas que se seguem. De passagem, uma olhadela pelos escaparates, para as novidades, as de Feira e as do ano editorial, que os livros esses continuam a sua vida para lá da Feira e os homens com eles.

Editorial «Avante!» na 57.ª Feira

E sobre a Feira propriamente dita? No que diz respeito à Editorial «Avante!», disse-nos o camarada Francisco Melo que «nós não trabalhamos em função exclusivamente da Feira do Livro e desta forma, não obstante termos um programa de edições largo e variado ainda para este ano (ver caixa), não haverão, por assim dizer, as "novidades", teremos de qualquer forma uma presença importante nesta 57.ª Feira do Livro».

Sobre os destaques, disse-nos Francisco Melo que «temos a edição em três volumes das **Obras Escolhidas de Marx e Engels** e as biografias destes dois grandes revolucionários, dois livros que eu reputo de importantes pela sua oportunidades, os **Dez dias que abalaram o Mundo**, de John Reed e **Da tempestade nasceram...** (lembremos que se assinala este ano o 70.º aniversário da Revolução de Outubro).

No plano nacional, temos o **Partido com Paredes de Vidro** do camarada Álvaro Cunhal e os relatos autobiográficos dos camaradas Francisco Miguel (**Das Prisões à Liberdade**) e de Joaquim Pires Jorge (**Com uma imensa alegria**). Não sendo novidades, no sentido comercial do termo, não deixam de ser obras importantes a justificarem atenção.

Caminho: aposta nos portugueses

Por seu lado, o camarada Vítor Branco referiu-nos sobre a Editorial Caminho que, «embora não trabalhemos tendo como objectivo a Feira do Livro, as nossas edições nos meses de Abril e Maio levam em conta esse acontecimento». Assim, a Editorial Caminho tem, no Parque Eduardo VII, três pavilhões, um dedicado à literatura infantil e juvenil, outro para a literatura portuguesa e outro para as colecções de ficção científica e policial e outras colecções, como é o caso da colecção universitária, ou as de saúde, desporto e alimentação.

No primeiro pavilhão podem os mais novos encontrar as já famosas «**aventuras**» e «**Viagens no tempo**», além das obras de Alice Vieira, em particular «**Viagem à roda do meu nome**» que é já, pode dizer-se, um *best-seller* da Feira deste ano. De destacar aqui, diz-nos Vítor Branco, duas novas colecções: 1001 detectives, cujo primeiro número de chama **O Mistério do Falcão Azul**, de Carlos Correia, Maria Alberta Meneres e Natércia Rocha e a colecção A nossa rua, que abre com o título **Uma prenda pintada de azul**, de Fernando Bento Gomes.

Na literatura portuguesa, a grande aposta da Editorial Caminho — «**cada vez mais as nossas edições são procuradas pelo público porque as pessoas estão interessadas no que escrevem os portugueses, e no que se escreve sobre Portugal, afinal aquilo que directamente lhes diz respeito e vai nesse sentido a nossa aposta**» (Vítor Branco) ressaltam, em particular, um conjunto de reedições de obras há muito esgotadas. Estão, neste caso, o **Adolescente Agrilhoado**, de José Marmelo e Silva, a **Raiz Comovida**, de Cristóvão de Aguiar, **Mandei-lhe uma Boca**, de Olga Gonçalves. Realce ainda para a edição de uma peça de teatro de José Saramago, **A Segunda Vida de Francisco de Assis**, até ao momento inédita.

Na Caminho de Bolso, de assinalar os últimos números. Na ficção científica o **Desafio**, do único autor português nesta área, João Aniceto, e **Aparelho voador a baixa altitude** de Ballard. No policial, **Morte no Outono**, de Magdalen Nabb e o **Temporal** de Keith Heller.

«**Queria ainda destacar dois títulos das nossas últimas edições**», afirma o camarada Vítor Branco. «Por um lado a obra **A Ordem Jurídica do Capitalismo**, editada na colecção universitária da autoria de Vital Moreira, e um título muito interessante **SOS América**, de Henri Alleg que, aproveito para informar, virá proximamente a Portugal.».

E pronto, aqui ficam estas notas, este roteiro de alguns dos livros que estão em exposição na 57.ª Feira do Livro, outros tantos aliciantes para um passeio ao Parque Eduardo VII. E depois do passeio a leitura. E sobretudo de bons livros. ■

Para o camarada Vítor Branco, da Editorial Caminho, «**a realidade é que não existe em Portugal um verdadeiro Festival de apresentação da actividade editorial e a componente comercial tem, com o correr dos anos, suplantado na Feira a apresentação das novidades**». Desta forma e pese embora a importância da Feira no panorama actual, é «**urgente a sua transformação numa grande mostra nacional da edição e como local de debate sobre a actividade editorial e a acção cultural de uma maneira geral**».

Há, portanto, quem defenda uma alteração da estrutura da Feira, a existência de pavilhões que proporcionem o debate (o espaço existente actualmente é exíguo), de infra-estruturas como um bar ou mesmo um restaurante, ou mesmo a possibilidade de os descontos serem feitos não na feira mas em todas as livrarias do país enquanto decorresse a iniciativa.

Como nos referiu aquele camarada da Caminho, «**é necessário que se promova e apoie a descentralização, que se levem os autores ao público, porque, lamentavelmente, as editoras não têm possibilidade de satisfazer todos os pedidos (e no nosso caso são muitos) feitos nesse sentido. A promessa deste governo de uma nova política para o livro até agora só foi concretizada na mudança de nome do Instituto Português do Livro para Instituto Português do Livro e da Leitura. Queremos mais que afirmações de propaganda**».

Os livros depois da Feira

Mas nem só de Feira vivem os livros. Assim, nas conversas havidas com os camaradas Francisco Melo da Editorial «Avante!» e Vítor Branco da Editorial Caminho soubemos de algumas importantes novidades editoriais que animarão este e o próximo ano.

Assim, na Editorial «Avante!», temos a **História Ilustrada da Grande Revolução Socialista de Outubro**, uma obra de um autor soviético, A. Nenarókov, e que constitui um importante repositório documental, sem par na língua portuguesa, sobre aquele importante acontecimento da história contemporânea. Realce, também, para **Por um Mundo sem Armas Nucleares**, compilação de discursos do camarada Mikhail Gorbatchov, proferidos entre o XXVII Congresso do PCUS e o Forúm «Por um mundo sem armas nucleares, pela sobrevivência da humanidade».

Além destes, a editorial «Avante!» irá editar ainda no decorrer deste ano, um **Dicionário de Política Internacional** de um colectivo de autores soviéticos, a **Integração Europeia Ocidental** (uma análise histórica da CEE) de V. Kniazhinsky, **TV no Ocidente e as suas doutrinas** de N. S. Biryukov e **Novas formas de exploração da classe operária** de E. D. Vilkhovtchenko, entre outras obras.

Sobre a realidade nacional, a edição oportuna de discursos do camarada Álvaro Cunhal proferidos entre 1983 e 1985 com o título genérico de **Falência da política de direita do PS, a publicação das conclusões de um encontro sobre o sector mineiro promovido pelo PCP, Sector Mineiro estratégico em Portugal** e uma obra de Gilberto de Oliveira, **História viva do Tarrafal** que revelará factos desconhecidos da opinião pública sobre estes difíceis anos da história recente de Portugal.

Para o próximo ano, entretanto, anuncia-se uma importantíssima novidade no campo editorial. O início da publicação de o **Capital**, de Karl Marx, primeira edição portuguesa directamente traduzida do alemão. Responsáveis por esta edição são Francisco Melo, José Barata Moura e Ana Portela com o apoio de um vasto número de cientistas e investigadores em áreas diversas do conhecimento.

Na Editorial Caminho, mantendo-se a prioridade para a edição de autores portugueses, a grande novidade será a colecção universitária que conhecerá um grande impulso com o seu desdobramento em várias secções.

No campo da história, destaque para a publicação da tese de doutoramento de António Borges Coelho, **Inquisição de Évora**. Ainda a tradução de **Cultura popular medieval** de Gurevitch e **Estrutura e sociedade na História da Literatura** de Robert Weimann.

De salientar, no campo do direito, um estudo do Luís Sá, **Soberania e Integração na CEE** e um trabalho de António Hespanha, **O avesso do direito**.

Finalmento, no campo da linguística e da teoria da literatura, a reedição actualizada da **Gramática da Língua Portuguesa** de Maria Helena Mateus, Ana Maria Brito, Inês Silva Duarte e Isabel Faria. **Incisões Oblíquas** de António Ramos Rosa, **Estudos de Semântica Formal** de Óscar Lopes, **Estudo sobre escritores portugueses contemporâneos** de Maria Lucia Lepecki e a tradução da **Teoria da Prosa** de Chklovski, são algumas das novidades para este ano. ■

Barbie entre as SS e a CIA

Cinquenta anos ao serviço do fascismo

Perguntámos a um ex-oficial do serviço de informação, porque é que os serviços de informações dos Estados Unidos tinham decidido utilizar nazis para combater os comunistas. Respondeu que não se podia utilizar comunistas para combater os comunistas, mas que se podia utilizar os nazis porque estes eram inimigos naturais dos comunistas — pequeno extracto de um inquérito elaborado por um organismo oficial norte-americano, o GAO, e ligado à prisão do «carniceiro de Lyon», Klaus Barbie, Klaus Altmann na Bolívia. E que fala por si. Colocando-nos directamente face a uma questão central: os bons servidores do nazismo, foram igualmente — e são — bons servidores do imperialismo.

Quem durante a Segunda Guerra Mundial determinou o assassinato de milhares e milhares de pessoas, fá-lo hoje com idêntico à-vontade. Importa pouco se em nome do «espaço vital» de Hitler, se em nome dos «interesses vitais» da Casa Branca e do Pentágono. A linha comum é muito forte: o arreigado anticomunismo, o esforço de fazer inverter a própria evolução da História.

Naturalmente os autores e actores de tais políticas escalonadas no tempo são em geral pessoas distintas.

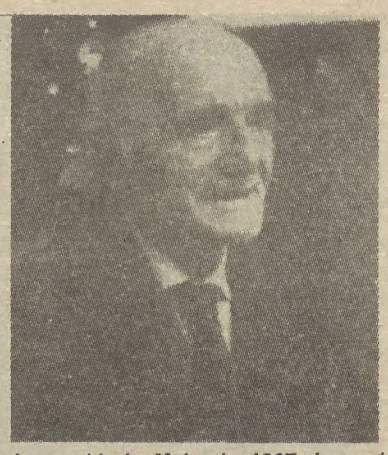
O caso de Klaus Barbie distingue-se porque numa mesma pessoa se ligam épocas diferentes. O Altmann que auxiliou sucessivas ditaduras na Bolívia e pôs os seus conhecimentos ao serviço do fascismo, para melhor ensinar a torturar e matar camponeses e mineiros bolivianos, é o mesmo Barbie que enviou para a morte os resistentes, os comunistas e os judeus franceses. Uma coincidência natural.

Por isso mesmo também o julgamento de Barbie assume tanta importância.

Sem dúvida pela denúncia de crimes de guerra que importa nunca esquecer.

Mas também porque é de uma questão de máxima actualidade que se trata. Uma questão de hoje. A denúncia dos crimes que hoje se cometem na defesa dos mesmos interesses do capital.

Desta interligação a biografia de Barbie-Altmann é particularmente eloquente.



Lyon, 11 de Maio de 1987. Lyon 1943-1944. Barbie face ao tribunal e Barbie em uniforme SS. Neste «intervalo», uma história de crimes, ao serviço dos nazis, e depois em ligação com a CIA

Barbie, mais de 50 anos ao serviço do fascismo

1933 — Em Janeiro, Hitler assume o cargo de chanceler do Reich. Em 1 de Abril, Klaus Barbie entra para as Juventudes hitlerianas. Ia então fazer 20 anos.

1935 — Em 26 de Setembro, Barbie passa a integrar as sinistras SS, ficando ligado à SD, instituição policial nazi, de que o braço armado era a Gestapo.

1937 — No 1.º de Maio recebe o cartão do Partido nazi.

1940 — Em Novembro é promovido ao cargo de «obersturmfuhrer» (oficial SS). Tinha 27 anos. É então que verdadeiramente inicia a sua «carreira» de criminoso.

1941 — Barbie comete os seus primeiros crimes na Holanda. A população do *ghetto* de Amsterdam, com o apoio dos comunistas, revolta-se contra a aplicação das primeiras medidas anti-semitas. Barbie participa na repressão do movimento e nomeadamente comanda o pelotão de fuzilamento de um dos dirigentes do levantamento de 3 de Março. Em Junho organiza a prisão e deportação de 300 jovens judeus que serão exterminados em Mathausen. Eram os primeiros passos do carrasco.

1942 — Em 11 de Novembro é nomeado chefe da Gestapo em Lyon, em França, onde virá a desenvolver a maior parte da sua actividade criminosa durante a guerra.

13 de Junho de 1944, 19 presos no forte de Montluc são fuzilados por ordem de Klaus Barbie. Um dos muitos crimes. Em Lyon há 135 placas nas ruas em memória dos 9447 fuzilados e deportados

1943 — A 21 de Junho, Barbie consegue o «grande êxito» da sua carreira — a prisão do fundador do Conselho Nacional de Resistência, Jean Molin.

1944 — Até Agosto, quando da retirada da Wehrmacht, Barbie desenvolve sistemática actividade repressiva. Os números de balanço falam por si. Em 21 meses: 14 311 prisões, cerca de 7 mil deportações, 4342 assassinatos.

O seu superior de então escrevia a seu respeito: «Barbie revelou-se no quartel-general como um responsável SS dotado de grande vontade e cheio de entusiasmo. É particularmente dotado para a espionagem e a acção policial».

Este seu «dote particular» havia de ser convenientemente aproveitado pelos seus futuros «patrões» de Washington.

O pós-guerra

1946-1950 — Barbie não é de forma alguma caso único. Como milhares de outros «especialistas» dos serviços secretos nazis, Barbie foi recrutado pela agência norte-americana de informação CIA. Um agente deste serviço, Robert Taylor, escrevia em 1947 a respeito de Barbie: «É profundamente anticomunista e é um nazi idealista (...). Penso que o seu valor como informador ultrapassa infinitamente tudo o que poderia ter de utilidade enquanto preso».

Barbie participa nomeadamente em operações de espionagem contra a França e em tentativas de infiltração do Partido Comunista Alemão. Segundo recente informação da «Stern», foi agente da «organização de Gehlen», que precedeu o BND (serviço secreto da Alemanha Federal) criado por iniciativa dos EUA.

1951 — Os serviços secretos norte-americanos resolveram passar Barbie com a família para a América Latina, através de uma «ponte» de evasão para criminosos de guerra, estabelecida por padres do Vaticano. Em 22 de Março, sob o falso nome de «Klaus Altmann», Barbie embarca para a Argentina. Em Junho parte para a Bolívia, onde se irá instalar (a economia boliviana estava em boa parte nas mãos da comunidade alemã).

1961 — Barbie mantém-se simultaneamente em contacto com a CIA e a BND oeste-alemã, como é assinalado numa nota secreta da segurança militar francesa de 7 de Novembro de 1963.

1966-1971 — Funda com o Estado boliviano uma companhia marítima, a Transmarítima Boliviana, que lhe serve de cobertura para montar um tráfico de armas em benefício dos militares da extrema-direita (ainda não era o Irangate!...). Irá jogar um papel determinante na tomada do poder pelo coronel Banzer em 1971, nomeadamente recrutando mercenários. Nos meses que precederam o golpe, efectua diversas viagens aos Estados Unidos. Torna-se conselheiro dos «Comandos da morte» do regime e vai organizar paralelamente uma rede neofascista financiada com o tráfico de cocaína. Será um dos responsáveis dos «Noivos da morte», grupo terrorista internacional que nomeadamente inclui o famoso Stefano delle Chiai, responsável do atentado da gare de Bolonha (85 mortos, 200 feridos).

1980 — Os comandos neofascistas de Barbie jogam um papel chave em Junho para levar ao poder Luis Garcia Mesa, depois de terem derrubado o governo civil de Lidia Gueiler.

Em síntese, no seu exílio na América Latina, o ex-SS apoiou três ditaduras bolivianas e dirigiu um punhado de terroristas internacionais.

1982-1983 — Em Outubro de 1982, o governo de esquerda de Siles Zuazo faz prender Barbie. Expulso para a França, Barbie chega a 5 de Fevereiro ao forte de Montluc. O julgamento tem início dia 11 de Maio.

À laia de conclusão

O julgamento de Barbie assume-se como um julgamento histórico. Não apenas porque é de factos históricos que se trata. E varrer memórias é uma forma de esvaziar consciências. Julgamento histórico também porque muito espelha das realidades de hoje.

«Antes Hitler que a Frente Popular» foi palavra de ordem da burguesia francesa em vésperas da invasão do país pelas tropas hitlerianas. Hoje, bem o sabemos, há quem prefira a ameaça do holocausto nuclear aos avanços do processo revolucionário no nosso planeta. Um exemplo extremo mas bem real, entretanto recheado de factos do quotidiano como as mortes na África do Sul e no Líbano, as acções de comandos fascistas contra a Nicarágua, a morte pela fome até mesmo aqui na Europa, aqui em Portugal. São questões que nos dizem respeito a todos.

E concluímos citando uma entrevista de Gaston Plissioner, dirigente do Partido Comunista Francês da zona Sul durante a resistência. E que termina com um alerta.

«O mundo não está definitivamente imunizado contra o flagelo do racismo e do fascismo, das ditaduras, das torturas, do *apartheid*. O que se passa por exemplo na Turquia, na África do Sul, na Indonésia, a caça aos comunistas, aos militantes progressistas, aos negros, é a triste realidade e ao nível de Estado. Os grupos de direita, fascizantes, existem. Por vezes metem máscara, porque estão ao serviço dos elementos mais reaccionários do grande capital. Utilizam *slogans* racistas, praticam a demagogia social, exaltam o chauvinismo.

«As gerações da guerra e da resistência, tal como as novas gerações, têm a responsabilidade de impedir tais "recomeços" e de contribuir para fazer avançar as ideias de progresso e de democracia.» ■

Carta do Chile

As forças que se opõem à ditadura de Pinochet têm vindo a denunciar com crescente insistência o desenvolvimento de uma campanha que visa manter o ditador no poder através de uma série de fraudes.

A par de uma prática quotidiana de repressão social e de desrespeito pelos mais elementares direitos humanos, a ditadura chilena parece com efeito apostada em criar condições para a sua institucionalização, sem olhar a meios para o conseguir.

Embora desmentidos oficialmente, aumentam os boatos sobre a antecipação das eleições presidenciais para o próximo ano (o «mandato» actual de Pinochet termina em Março de 1989), o que teria implícito o encerramento antecipado do recenseamento eleitoral, viciado à partida pelo modo como tem estado a decorrer. Importa salientar que os registos eleitorais foram destruídos logo após o golpe fascista de 1973, só tendo começado a ser refeitos em Março último, treze anos depois, de forma quase sigilosa. De acordo com declarações recentes do dirigente democrata-cristão Gabril Valdes, **o governo parece pretender um registo não superior a três milhões de nomes, enquanto as estimativas apontam para cerca de nove milhões de pessoas em condições de se recensearem**.

Basta dizer que a maior parte da população civil mal se apercebe de que o recenseamento está em curso, ao passo que os militares e respectivas famílias receberam instruções específicas para se inscreverem. Não menos significativo é o facto de estarem a circular entre os funcionários públicos abaixo-assinados de apoio a Pinochet e de destacados elementos da hierarquia militar terem vindo tomar posição pública a favor do ditador.

Rompendo com o tradicional silêncio das forças militares em relação às questões políticas, o general Patrício Serre e o coronel Luis Cortes classificaram Pinochet como a «única alternativa válida» para o próximo mandato presidencial, chegando o primeiro a afirmar que «o regime militar está ainda na sua adolescência».

O significado evidente de tais declarações não podia ser mais preocupante. As declarações que publicamos em separado de um preso político chileno são elucidativas do que para a ditadura militar significa a «alternativa válida».

O médico Pedro Marin, preso pela ditadura, faz graves denúncias sobre os métodos de tortura utilizados no Chile

... Depois de um bocado, começaram a golpear-me na cara e na cabeça. Parece-me que me tiraram uma fotografia. Taparam-me os olhos, colocaram-me um (...) e sapatilhas. Dois médicos da CNI vieram examinar-me. A julgar pelas perguntas que um deles me faz, era especialista em neurocirurgia. Faz-me um exame pormenorizado, sobretudo dos reflexos, e manda que me rapem a cabeça. As dores de cabeça são cada vez mais atrozes e mudam-me novamente para a mesa de torturas, onde me amarram com correias, insultam-me, batem-me, interrogando-me entre estes golpes e insultos. Aplicam-me finalmente a corrente eléctrica, fixando os eléctrodos com adesivo nos músculos, abdomen, orgãos genitais, tórax, cabeça e pescoço, alternadamente. Tapam-me a boca com uma toalha. Perco a noção do tempo. Dizem que me vão matar, uma vez que entrei ilegalmente no país.

Dizem que sou Pedro de «El Carrizal», amigo de Bunster, e que participei no atentado ao general Pinochet como «fuzileiro». Que é melhor que confesse a verdade, porque se continuo a negar vão prender a minha mãe e torturá-la na minha presença. Se falava batiam-me de novo e devia tratá-los por «senhor». Põem-me de pé com os braços ao alto e depois fazem-me suspender. Levam-me finalmente para uma cela, ignoro quantas horas durou este sofrimento.

Julgava que tudo tinha terminado, mas começaram outra vez as torturas já descritas; injectaram-me algo nos braços que me produzia angústia e acabava por me fazer desmaiar. Ameaçaram-me com a chegada do «Capitão», que me faria a tortura do «submarino».

Põem-me corrente nos órgãos sexuais.

Mas ainda faltava o pior. Chamam-me homossexual; querem que reconheça ter tido relações sexuais com vários homens cujos nomes indicavam, e como nego, sou vítima de um acto de sodomia na própria mesa das torturas, para o qual, violentamente, me colocam de joelhos e um dos torturadores consuma o acto. Nunca mais esquecerei a sua voz.

Numa das sessões de tortura, não me recordo qual, pois foram incontáveis, caiu a venda que tinha nos olhos, e a primeira coisa que vi foi uma pessoa que gritava como um louco e aplaudia e por isso gravei o seu rosto. Grande foi a minha surpresa quando dias mais tarde ao chegar à Fiscalização Militar, o encontro como representante do Secretário de Fiscalização senhor Baglietti.

Davam umas comidas secas, nada de água, já que segundo eles «toniza» e pode provocar uma paragem cardíaca.

Faziam-me propostas desonestas, para denunciar pessoas, para que me arrependesse e fizesse declarações através do jornal «La Tercera». Prometiam fazer-me sair do país com documentos falsos e dinheiro.

Se quisesse ficar no Chile, ajudar-me-iam a actualizar a licença para exercer medicina e para colaborar com eles, etc., etc., etc.; como recusava, batiam-me.

Não podia precisar quantos dias passavam porque não conseguia distinguir os dias das noites. Escutava uma música permanente e algumas vezes gritos dilacerantes.

Estes são alguns extractos das declarações do **médico Pedro Marin Hernandez**, preso no dia 15 de Janeiro, ao fiscal Torres Silva.

A barbaridade das torturas e a baixeza de que são capazes os esbirros de Pinochet, tão corajosamente denunciadas por Pedro Hernandez, dispensam quase comentários. Qualquer um pode imaginar as terríveis dores provocadas pela tortura física e a dor moral (porventura ainda maior) causada pelo acto de sodomia. E multiplicar tudo isso por milhares de outros casos, adicionar-lhes o incontável número de mortos e desaparecidos, de exilados, até ter um retrato fiel do que de facto é o regime fascista de Pinochet.

A indignação não basta. É preciso transformá-la em denúncia, em protesto, em solidariedade para com a luta do povo chileno pelo fim da ditadura, pela paz, pela democracia.

Pontos Cardeais

A visita dos velhos senhores

Pela imprensa afecta, ficou a saber-se que o CDS tenciona visitar «as grandes fábricas», na sua campanha no distrito de Setúbal. Diz-se que querem ser «diferentes» e «populares». Só não se diz que fábricas irão visitar. As que já foram encerradas? Ou as outras?

De qualquer modo, não serão diferentes nem populares. E, em caso de fábricas em laboração, certamente entrarão pela porta dos administradores colocados pelo Governo de Cavaco que o CDS apoiou e que têm contribuído para destruir.

É uma visita de velhos senhores, que não são diferentes dos outros senhores de antigamente.

Popularidades

Se as sondagens estão proibidas por lei, não quer dizer que não acabem por se fazer. Nem que, de modo ínvio, acabem por ser publicadas. Principalmente por aquela imprensa que sem sondagens não respira. O «Expresso» desta semana lá vem com uma.

À primeira vista é inocente. Trata-se de «avaliar» a popularidade do Presidente da República, órgão que não está em questão nestas eleições. Mas de inocência não tem nada.

À primeira vista a sondagem parece óbvia e a sua resultante aparente nem mereceria o frete da consulta ao tal «Painel», já que toda a gente suspeitava que, tendo optado por decidir em conformidade com os interesses e aspirações de Cavaco e do PSD, o PR ficaria a ser «mais popular no PSD que no PS». Mas quando o «Painel» se inclina para o descarado apoio à decisão do Presidente da República está mesmo a querer dizer que o Cavaco é o melhor...

Não são estas popularidades, felizmente, que determinam a realidade e o futuro.

A culpa é sempre dos outros

Os jornais de direita, aqui-del-rei, clamam agora que o Castelhano anda por Angola a ganhar espaço ao Português. Que é por culpa dos cubanos, dizem. Que os espanhóis é que são espertos, afirmam. Que os «nuestros hermanos», não contentes com a lixarada nuclear que vêm deitar às nossas fronteiras, andam agora a varrer a Língua Portuguesa de terras de África.

Nestas como noutras, tal imprensa não pergunta nunca como são estas coisas possíveis nem quais as responsabilidades a atribuir aos sucessivos governos de Portugal.

Nestas como noutras, são sempre os outros que têm a culpa...

Danças e mudanças

Enumerando uma série de intelectuais prestigiados que apoiam a CDU, o «Semanário», não se podendo conter, comenta que eles, «surgem, como lhes é habitual, na roda do PCP, a apoiar a CDU».

Compreende-se a incomodidade do articulista, que abrira a peça sublinhando a «inconstância» dos intelectuais, que se «mimetizam e têm o encanto da dissidência». De facto, na roda do PCP, a constância existe. O que não quer dizer, muito pelo contrário, que a roda se não alargue, mas disso preferiu o escrevente fazer silêncio.

Das «transferências da época» falou muito. De Alçada Batista que irá para o PSD dar os seus nós e os seus laços. De Vasco da Graça Moura, que o acompanha. De Prado Coelho e de Pintasilgo. E de alguns outros que foram vistos no aqui e ali contingente dos apoios.

Dizem todos que não foram eles que mudaram, mas sim os partidos. Eles não mudam. Apenas dançam.

O regresso continua

Sob o título «Direita antiga regressa convertida», o «Semanário» dá notícia de mais «vultos do antigamente» a chegarem à ribalta da política. Aí estão eles, de novo, entre ministros de Salazar, escribas de Salazar, governadores civis de Salazar, a juntarem-se a outros que já cá cantavam, misturados a marcelistas, em todos os partidos — menos em alguns... Mota Campos, João Coito e Manuel Amaro da Costa vieram juntar-se aos Adrianos e aos Veigas Simão, ao Nogueira de Brito e a muitos outros que infestam por aí.

Diz o título que eles regressam convertidos. Só se os partidos de direita os converteram e convenceram de que farão tudo como dantes.

Gazetilha

por Ignotus Sum

O paleio dos parlapatões

O Alqueva era bom.
Era mesmo uma coisa bestial.
Depois, perdeu o dom
o condão
o farolim
talvez que não
talvez que sim
ou talvez que talvez, etc e tal...

Pintasilgo o parou. E está parado
cumprindo o triste fado
de um crime feito já de solidão e escombros
que diversos governos têm nos ombros.

Com as eleições então
já começa o chinfrim
parlapatão
parlapatim
cada qual leva
na boca suja o nome do Alqueva.
A pobre da barragem
já enche a verborreia de espavento...
Que vilanagem!
Que descaramento!

TV não anda: cavacanda

O governo anda
desanda
de uma banda a outra banda
cavacando, cavacanda
e ciranda
em sarabanda
na TV, sua varanda...

... e é o povo quem anda
com a massa da propaganda.

Reagan's amigafriendaços

Dia a dia (a notícia
não é nova)
mais se prova
a malícia
a imperícia
no deleite
de Reagan pendurado ao Irangate.

Quanto ele mais se agita
a dizer que está inocente
mais a prova está dita
que ele mente.
Ah, que tristeza malfadada
para uma nação
ser governada
por um aldrabão!

Mas neste quiproquó
de logros e fadários
o Reagan não está só.
Na América e não só
teve ajudantes, amigos serventuários.
Também em Portugal, sabemos isso
houve quem o ajudasse no serviço.

Mas esses, de má fé,
têm estado calados, até agora.
Têm estado na toca. Até
que chegue a sua hora...

Agenda

Avante!
Ano 57 — Série VII
N.º 701
4 de Junho de 1987
4.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Quinta 4

• **Santiago do Cacém**

Às 21.00, plenário de militantes.

Sexta 5

• **Aldeia de Chãos**

Sessão de esclarecimento, às 21.00.

• **Lisboa**

Zona da Baixa, às 12.00, recolha de fundos e acções de propaganda, com Jorge Lemos. Às 20.00, no CT da Duque de Loulé, jantar-convívio do sector da Hotelaria com **José Casanova**, da CP do CC do PCP.

• **A-dos-Loucos**

Sessão de esclarecimento, às 21.00, com Manuel Pedro.

• **S. João da Madeira**

Reunião, às 21.30, do organismo do calçado, no Centro de Trabalho.

• **Sever do Vouga**

Reunião da CDU, às 21.00, no Café Miramar.

• **Arouca**

Reunião da CDU, às 21.30, em casa do professor Brandão.

• **Alcochete**

Sessão da CDU, às 21.00, na Fundação João Gonçalves, com José Manuel Mendes.

• **Gafanha da Nazaré**

«A Gafanha e a Adesão à CEE», debate, às 21.00, no salão da Junta de Freguesia, com Carlos Pimpão e José Alberto.

• **Feira**

Minicomício, às 12.30, na empresa Rodhe, com Ferreira Marques.

• **Moure (Barcelos)**

Sessão da CDU, na Escola Primária.

• **Sines**

Plenário de militantes, em **Fonte Mouro**. Visita de Francisco Pacheco e de Carlos Manafaia a **Porto Covo**.

APRESENTAÇÃO DOS CANDIDATOS

CDU

COMÍCIO

ÁLVARO CUNHAL

AVEIRO

Domingo/7 JUNHO/17.30 Horas

ESCADARIA DO TURISMO

(JUNTO À PONTE PRAÇA)

Unidade e confiança para a Vitória democrática

FESTA

JORGE PALMA

CANTO D'AVÓ ★ PÃO DE LÓ

• **Almada**

No Laranjeiro, inicia-se hoje a Festa da Amizade, prolongando-se durante o fim-de-semana.

• **Porto**

Debate sobre «**A CEE e os direitos dos trabalhadores**», com Barros Moura, deputado do PCP ao Parlamento Europeu, no anfiteatro da Faculdade de Engenharia, às 21.30 horas.

• **S. Pedro da Cova**

Sessão da CDU, com **Carlos Costa**, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, e Helena Medina, do CC, candidatos da CDU pelo círculo do Porto.

• **Lisboa**

Sessão de Esclarecimento, às 21.00 na Junta de Freguesia de Alcântara com **José Casanova** da CP do CC do PCP.

Sábado 6

• **Santiago do Cacém**

«A Agricultura no Distrito de Setúbal e as Consequências da Adesão à CEE», em debate às 15.00 na Junta de Freguesia de Santa Cruz, com Rogério Brito. Também, a partir das 10.00, plenário de militantes no Centro de Trabalho.

• **St.ª Cruz**

A partir das 18.00, porta a porta.

• **Cercal**

Almoço-convívio, às 13.00 com **Dias Lourenço**, da CP do CC do PCP.

• **Aldeia de Chãos**

A partir das 10.00, porta a porta.

• **Barcelos**

Encontro de activistas da CDU, às 21.30, na Escola Secundária de Barcelinhos.

• **Vila Nova de Famalicão**

Encontro de activistas da CDU, às 16.00, na Escola D. Sancho I.

• **Serzedelo (Guimarães)**

Reunião da CDU, às 17.00, na Escola da Eirinha.

• **Gandarela**

Reunião, às 21.00, na Escola Primária.

• **Viseu**

Festa de Apresentação dos candidatos CDU, às 21.30, no Rossio, com **Carlos Fraião** e Evelina Castro. Espectáculo com Carlos Alberto Moniz e a sua Banda.

• **Covilhã**

Nas Minas da Panasqueira, a partir das 10.00, «CEE, Minas da Panasqueira que Futuro?», na Casa do Povo de S. Jorge da Beira, com **Joaquim Miranda, José Soeiro, José Paulo Gascão** e **Teles André**. A partir das 13.00, almoço-convívio.

• **Tortosendo**

Sessão, às 17.30 sobre: «CEE, Tortosendo que Futuro?», nos «Unidos».

• **Ferro**

Às 21.00, na Casa do Povo, «CEE, Ferro que Futuro?».

• **Abrantes**

2.ª Assembleia de Organização Concelhia, às 10.00, no Convento de S. Domingos.

• **Volta do Vale (Coruche)**

Inicia-se hoje, a Festa Popular do Cravo Vermelho.

• **Lisboa**

No **Beato**, às 9.30, porta a porta, com Octávio Teixeira: às 13.00, almoço, no restaurante o Retornado. No **Alto Pina**, às 10.00, porta a porta, com Rosa Brandão. Em **St.º Condestável**, às 15.00, na Escola Manuel da Maia, encontro com a população e lanche-volante, com Domingos Lopes.

• **Trancoso**

Sessão, às 21.00, no Rinque do Bairro dos Quintais, com Carlos Pinhão.

• **Setúbal**

O camarada **Álvaro Cunhal**, visita o distrito de Setúbal: às 10.00, **Torrão**; 10.45, **Santa Susana**; 12.00, **Casebres**; 13.00, almoço-convívio em **Águas de Moura**; 15.00, **Pinhal Novo**; 16.00, **Sarilhos Grandes**; 17.00, comício na **Moita**; 19.00, jantar-convívio, **Sesimbra**; 21.00, comício, na Festa da Amizade em **Almada**.

• **Porto**

Encontro com a comunicação social sobre «**Portugal e a CEE — a experiência de um ano no Parlamento Europeu**», às 11 horas, no Hotel Tuela, com Barros Moura, deputado do PCP ao PE. Às 15 horas realiza-se um debate aberto sobre o mesmo tema.

Em **Paranhos**, às 21.30 horas, sessão da CDU, com **Carlos Costa**, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP e cabeça de lista da CDU pelo círculo do Porto.

• **Sintra**

O General Vasco Gonçalves participa, em várias iniciativas da CDU no concelho de Sintra: às 16.00, sessão de esclarecimento na Tuna Operária de Sintra; às 19.00, jantar na Sociedade Montelavarense; às 21.30, sessão de esclarecimento no centro social de Casal de Cambra.

O camarada **Octávio Pato**, participa nas seguintes iniciativas: às 11.00, mini-comício no mercado de **Queluz**; às 13.00, almoço no pavilhão verde de **Mira Sintra**; às 15.00, comício em **Mira Sintra**; 16.30, contacto com a população em **Rio de Mouro**; 20.00, jantar na Escola Primária no **Algueirão**; 21.30, sessão de esclarecimento, na colectividade das Mercês.

• **Silves**

Plenário Distrital da CDU, às 15.00, no Cine-Teatro. Estarão presentes os camaradas **José Vitoriano** e **Carlos Brito** da CP do CC do PCP, **Luís Catarino** da Intervenção Democrática, **Carlos Santos** e **Margarida Tengarrinha**.

Domingo 7

• **Vale Seco**

A partir das 15.00, porta a porta.

• **Aldeia do Cano**

A partir das 15.00, porta a porta.

• **Foros**

A partir das 10.00, distribuição de propaganda no mercado.

• **Lamego**

Apresentação de candidatos CDU, às 15.00 na Avenida, com a presença de **Carlos Fraião** e **Adelino Gouveia**. Espectáculo com a Brigada Víctor Jara. Também das 14.30 às 20.30, discoteca/baile na Escola Primária do Desterro.

• **Montijo**

No Apeadeiro de Sarilhos, todo o dia, convívio alentejano. Às 16.00, comício com o camarada **José Vitoriano**, da CP do CC do PCP.

• **Setúbal**

«A Setenave e a Indústria Naval e a CEE», às 9.30, no hotel Esperança, com **Domingos Abrantes**, da CP do CC do PCP e Brito Apolónia.

• **Braga**

Encontro de activistas da CDU, às 10.00, na Junta de Freguesia de S. Lázaro.

• **Pevidem (Guimarães)**

Reunião da CDU, às 10.00, na Escola Primária.

• **Lordelo (Guimarães)**

Reunião de activistas da CDU, às 10.00, na Escola Primária.

• **Conde (Guimarães)**

Reunião de activistas da CDU, às 10.00, na Escola Primária.

• **Évora**

Plenário de Militantes, no Palácio D. Manuel.

• **Alenquer**

Encontro-convívio, às 14.00, na Quinta do Brandão, com Mário Jorge.

• **Lisboa**

Almoço-convívio, às 12.30, no CT António Serpa, aberto a todos os taxistas e familiares. Às 14.30, no Hotel Roma, encontro de comissões CDU das freguesias da 6.ª zona, com Fernanda Mateus, Alda Nogueira e Salvado Sampaio.

• **Aveiro**

Festa de apresentação de candidatos CDU, às 15.30, na escadaria do turismo (junto à Ponte Praça), com Jorge Palma, Canto d'Avó e Pão de Ló. Às 17.30, comício com **Álvaro Cunhal**.

• **Coimbra**

O camarada **Álvaro Cunhal**, visita o distrito: 10.00, **S. João do Campo**; 11.00, Carapinheira; 12.00, **Formoselha**; das 13.00 às 15.00, piquenique junto ao rio, em **Soure**; 15.30, **Condeixa**; 20.00, **Praia de Mira**; 21.30, **comício**, em **Buarcos** (Figueira da Foz), no Largo da Marina.

• **Rio Tinto**

Almoço de apoiantes da CDU, na escola preparatória, às 13 horas.

• **Ermesinde**

Almoço-convívio no CT do PCP, com Vieira Mendes e Serafim Vieira, candidatos da CDU.

O camarada **Octávio Pato**, participa nas seguintes iniciativas: 11.00, mini-comício na **Pontinha**; 12.00, mini-comício na **Serra da Luz**; 13.00, almoço em **Caneças**, no parque das Fontinhas; 21.30, comício em **Odivelas**, nas traseiras do mercado.

• **Maia**

Encontro concelhio da CDU, na escola preparatória, às 15 horas.

Segunda 8

• **S. João da Madeira**

Reunião da célula da Molaflex, às 18.30, no Centro de Trabalho.

Álvaro Cunhal
visita distrito de Setúbal
Sábado, dia 6

Torrão, às 10.00 horas
Santa Susana, às 10.45 horas
Casebres, às 12.00 horas
Águas de Moura, 13.00 horas, almoço-convívio
Pinhal Novo, às 15.00 horas
Sarilhos Grandes, às 16.00 horas
Moita, às 17.00 horas, comício
Sesimbra, às 19.00 horas, jantar-convívio
Almada, 21.00 horas, comício na Festa da Amizade

Festa da Amizade

COMÍCIO

ÁLVARO CUNHAL

Secretário Geral do PCP

Sábado, 6 de Junho de 1987
às 21.00 Horas

FESTA DA AMIZADE

Terça 9

• **Esposende**

Sessão de esclarecimento, às 21.30, na cantina da Escola Primária.

• **Cacém**

Contacto, às 12.00, com trabalhadores têxteis da Melka.

• **Alhandra**

Sessão, às 21.30, com Jorge Lemos.

• **Cruz Quebrada**

Sessão, às 21.30, na Simeco, com João Amaral.

• **Linda-a-Velha**

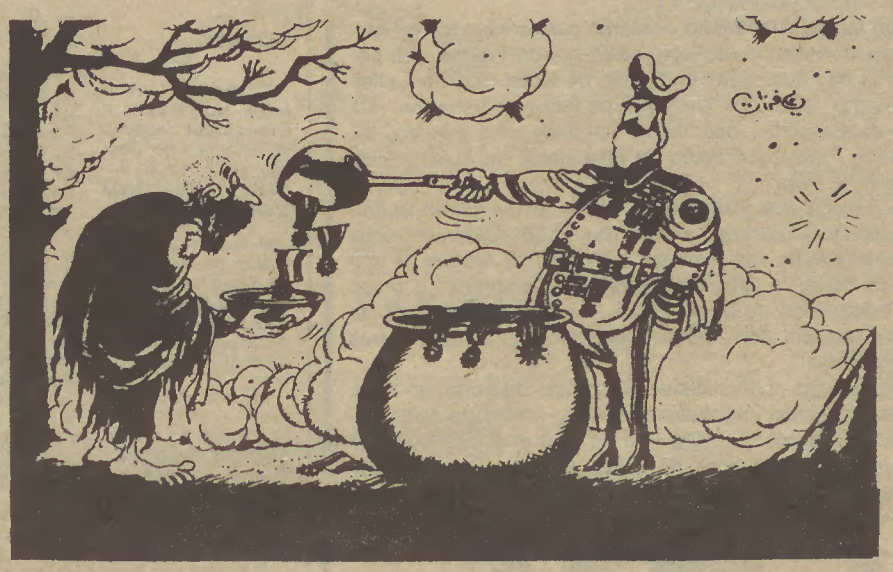
Sessão, às 21.30, na Academia, com Carlos Pinhão.

Quarta 10

• **Moreira de Cónegos (Guimarães)**

Festa da CDU, às 15.00, no Campo dos Arrojados.

ANTOLOGIA



FARZAT, Ali — *Síria. Desenho publicado na revista polaca «Szpilki», número de Junho de 1985*

ÁLVARO CUNHAL
no distrito de COIMBRA

7 JUNHO domingo

10H00 — S. João do Campo
11H00 — Carapinheira
12H00 — Formoselha
13H00 às 15H00 — Soure — piquenique junto ao rio
15H30 — Condeixa
20H00 — Praia de Mira
21H30 — Buarcos — Largo da Varina

CDU

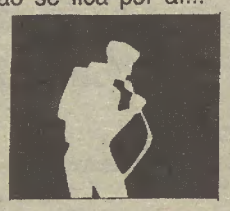
Coligação Democrática Unitária CDU

UNIDADE E CONFIANÇA PARA A VITÓRIA DEMOCRÁTICA

Uma alternativa pró fim-de-semana

Festa da Amizade

No Laranjeiro vai realizar-se este fim-de-semana a Festa da Amizade. Divulgamos aqui o programa do palco principal. Mas a festa não se fica por aí...



SEXTA-FEIRA 5 de Junho

21.30 H. — Grupo Almanaque
22.00 H. — João Fernando
22.30 H. — Luisa Basto
23.00 H. — Fernando Tordo

SÁBADO — TARDE 6 de Junho

16.00 H. — Rancho Folclórico Reg. da Palhota e Venda do Alcaide
16.30 H. — Grupo Coral Alentejano de Odemira
17.00 H. — Rancho Folclórico e Etnográfico de Montemor o Novo
17.30 H. — Rancho Folclórico (Andor. do Pinhal,
18.00 H. — Grupo Coral Alentejano (Os Ceifeiros de Serpa)

SÁBADO — NOITE

COMÍCIO COM ÁLVARO CUNHAL
Secretário Geral do PCP 21,00 horas

20.15 H. — Grupo Banza
22.00 H. — Sérgio Godinho + Banda
23.00 H. — Amélia Muge
23.30 H. — Jorge Lomba

DOMINGO — TARDE 7 de Junho

17.00 H. — Grupo Cantares
17.30 H. — Brigada Vítor Jara
18.15 H. — Náná Sousa Dias com músicos:
André Sarbib — Teclado
Miguel Braga — Teclado
José Salgueiro — Percursões

DOMINGO — NOITE

21.30 H. — Grupo PizzaCorda
22.00 H. — Iô Apolóni
22.30 H. — Francisco Ceia + Banda
23.15 H. — Paulo de Carvalho + Músicos

No **café concerto** Luísa Basto lança um novo disco sobre Florbela Espanca; ainda na **sexta-feira** à noite realiza-se um debate com Brito Apolónia sobre o Parlamento Europeu; actuará também Carlos Paredes. Durante a tarde e a noite de **sábado** actuarão vários grupos corais, a orquestra da Incrível Almadense, José Jorge Letria e Amélia Muge. Realiza-se às 17 horas um colóquio sobre a luta dos trabalhadores. Io Apoloni, Francisco Ceia e três grupos animam a noite de **domingo**; José Barata Moura actuará de tarde.

A **Adega do Fado** tem espectáculos programados para sexta-feira à noite e para sábado e domingo (às 17 e 22 horas).

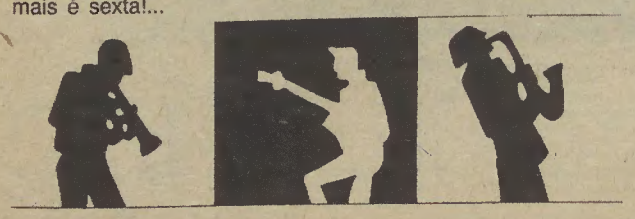
No **PUB/Palco Jovem** pode tocar quem quiser. Além disso, haverá vídeo e outras surpresas. Para sábado à tarde está marcado um colóquio sobre a paz.

Pelo **Monte Alentejano** passarão nestes três dias os grupos corais alentejanos do Feijó, de Pinhal de Frades, dos trabalhadores das autarquias do Seixal, de Odemira, «Os Ceifeiros de Serpa», «Ecos do Alentejo», da Baixa da Banheira, «Os Amigos do Barreiro», das Praias do Sado, dos mineiros de Aljustrel, de Pias, das Paivas, de Messejana, da Amadora, da Brandoa e do Feijó.

No espaço dos **Pioneiros** a animação preenche as tardes de sábado e domingo, a partir das 16.30. Actuarão grupos folclóricos infantis (da Palhota e Venda do Alcaide e das Praias do Sado), o grupo de teatro de Campolide, o grupo teatral e folclórico da Morgadinha, o grupo coral infantil da SFUAP e também José Jorge Letria (sábado) e José Barata Moura (domingo).

Não faltarão oportunidades de praticar desporto: andebol, atletismo, chinquilho, cicloturismo, damas, futebol de salão (feminino e masculino), ginástica, tiro ao alvo e xadrez.

Funcionarão pavilhões de comes e bebes, uma cervejaria, uma leitaria, haverá petiscos regionais... Ai, que nunca mais é sexta!...



TV O Programa

Quinta 4

RTP1

10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Telenovela:** «Cambalacho», 107.º epis.
13.00 – **Jornal da Tarde**
18.00 – **Sumário**
18.05 – **Brinca Brincando**
18.50 – **Concurso:** «Par ou Ímpar»
19.30 – **Telejornal**
20.00 – **Bolsa Dia a Dia**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.10 – **Telenovela:** «Palavras Cruzadas», 103.º epis.
20.45 – **Série:** «ALF — Uma Coisa do Outro Mundo»
21.00 – **Telemundo**
21.40 – **Série:** «Primeiro Entre Iguais»
22.50 – **24 Horas**
23.20 – **Remate.**

RTP2

14.15 – **Telenovela:** «Os Imigrantes»
15.00 – **Agora, escolha!**
16.30 – **Notícias**
16.35 – **Trinta Minutos Com...** Óscar Lopes
17.05 – **Countdown**
18.00 – **Estádio**
19.00 – **Simon Show**
20.05 – **Série:** «Hitchcock Apresenta...»
20.30 – **Série:** «Uma Família às Direitas»
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Montra de Livros**
21.35 – **Série:** «O Tempo e o Vento»
22.15 – **Série:** «Soldados», 1.º epis.

Sexta 5

RTP1

10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Telenovela:** «Cambalacho»
13.00 – **Jornal da Tarde**
18.00 – **Sumário**
18.05 – **Brinca Brincando**
18.50 – **Concurso:** «Par ou Ímpar»
19.30 – **Telejornal**
20.00 – **Bolsa Dia a Dia**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.10 – **Telenovela:** «Palavras Cruzadas»
20.45 – **A Arte de Bem Cozinhar**
21.00 – **Noites de Gala**
22.40 – **O Programa das Festas**
23.05 – **24 Horas**
23.45 – **Pela Noite Dentro:** «Olhos da Noite».

RTP2

14.15 – **Telenovela:** Os Imigrantes»
15.00 – **Agora, escolha!**
16.30 – **Notícias**
16.35 – **Trinta Minutos Com...** Alice Vieira
17.05 – **Countdown**
18.00 – **Estádio**
19.00 – **Simon Show**
20.05 – **Série:** «Hitchcock Apresenta...»
20.30 – **Série:** «Uma Família às Direitas»
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Montra de Livros**
21.35 – **Série:** «Orquestra»
22.45 – **Domingo Desportivo.**

Sábado 6

RTP1

09.00 – **Juventude e Família**
10.05 – **Série:** «He Man»
10.25 – **Série:** «David e Gnomo»
10.50 – **Série:** «**Os Amigos do Tejo**»
11.20 – **Outros Mundos**
11.50 – **Série:** «O Tempo e o Vento»
12.30 – **Documentário**
13.00 – **Jornal de Sábado**
13.10 – **Série:** «As Vagas do Tempo»
13.40 – **Videopolis**
14.25 – **Concurso:** «A Quinta do Dois»
17.00 – **Mundovisão**
18.10 – **Série:** «O Ano das Bestinhas»
18.40 – **Série:** «V — A Batalha Final»
19.45 – **Totoloto**
20.00 – **Jornal de Sábado**
20.55 – **Boletim Meteorológico**
21.00 – **7 Folhas**
21.35 – **Já Está**
23.20 – **Série:** «Hill Street»
00.10 – **Cinema da Meia-Noite:** «Morri Mil Vezes».

RTP2

09.00 – **Compacto Countdown**
13.00 – **Campacto Cambalacho**
16.00 – **Troféu**
20.00 – **Série:** «Quem Sai aos Seus...»
20.25 – **Série:** «O Século Americano», 1.º epis.
21.15 – **RTP/Ano 30**
22.45 – **Troféu.**

Domingo 7

RTP1

09.00 – **Juventude e Família**
09.45 – **Terra de Santa Maria**
10.00 – **Eurovisão**
11.00 – **70x7**
11.25 – **TV Mulher**
12.10 – **Documentário**
12.30 – **TV Rural**
13.00 – **Jornal de Domingo**
13.10 – **Série:** «Portugal de Faca e Garfo»
13.35 – **Série:** «Os Roberts»
14.00 – **Arco Íris**
15.00 – **Primeira Matinée:** «Paixão de Marinheiro»
17.20 – **Clube Amigo Disney**
17.25 – **Entre Barreiras**
19.00 – **Série:** «O Justiceiro»
20.00 – **Jornal de Domingo**
20.30 – **Boletim Meteorológico**
20.35 – **Série:** «Portugal, Passado e Presente»
21.10 – **Série:** «A Orquestra»
21.45 – **Série:** «Dallas»
22.45 – **Domingo Desportivo.**

RTP2

09.00 – **Music Box**
10.00 – **Troféu**
12.30 – **Caminhos**
12.55 – **Novos Horizontes**
13.15 – **Fantasia e Realidade**
13.40 – **Documentário**
14.00 – **Troféu**
17.00 – **Série:** «Festas e Romarias de Portugal»
18.50 – **Concordo ou Talvez Não**
20.40 – **Arte e Letras**
21.40 – **Cice-Clube:** «Ciclo Ernest Lubitsch»
22.50 – **Top Vídeo.**

Segunda 8

RTP1

10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Telenovela:** «Cambalacho»
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.35 – **Ciclo Preparatório**
18.00 – **Sumário**
18.05 – **Brinca Brincando**
18.50 – **Concurso:** «Show Bis»
19.30 – **Telejornal**
20.00 – **Bolsa Dia a Dia**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.10 – **Telenovela:** «Palavras Cruzadas»
20.50 – **Que Pena Não Ser a Cores**
22.20 – **24 Horas**
22.50 – **Remate.**

RTP2

14.15 – **Telenovela:** «Os Imigrantes»
15.00 – **Agora, Escolha!**
16.30 – **Notícias**
16.35 – **Trinta Minutos Com...**
17.05 – **Countdown**
18.00 – **Ponto Por Ponto**
19.00 – **Simon Show**
20.05 – **Série:** «Hitchcock Apresenta...»
20.30 – **Série:** «Uma Família às Direitas»
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Montra de Livros**
21.35 – **Arabella.**

Terça 9

RTP1

10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Telenovela:** «Cambalacho»
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.35 – **Ciclo Preparatório**
18.00 – **Sumário**
18.05 – **Brinca Brincando**
18.50 – **Concurso:** «Show Bis»
19.30 – **Telejornal**
20.00 – **A Bolsa Dia a Dia**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.10 – **Telenovela:** «Palavras Cruzadas»
20.50 – **Portugal Sem Fim**
21.50 – **Série:** «Dempsey e Makepeace»
22.55 – **24 Horas**
23.25 – **Remate.**

RTP2

14.15 – **Telenovela:** «Os Imigrantes»
15.00 – **Agora, Escolha!**
16.30 – **Notícias**
16.35 – **Trinta Minutos Com...**
17.05 – **Countdown**
18.00 – **Ponto Por Ponto**
19.00 – **Simon Show**
20.05 – **Série:** «Hitchcock Apresenta»
20.30 – **Série:** «Uma Família às Direitas»
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Montra de Livros**
21.35 – **Cinemadois.**

Quarta 10

RTP1

10.00 – **Sumário**
10.05 – **Música Portuguesa**
10.15 – **500 Anos de Descobrimentos Portugueses**
12.00 – **Festival Aeronáutico**
12.15 – **Telenovela:** «Cambalacho»
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Brinca Brincando**
14.30 – **Filme de Longa Metragem**
16.45 – **Transmissão Directa**
18.30 – **Totobola**
18.50 – **«Show Bis»**
19.30 – **Telejornal**
20.10 – **Boletim Meteorológico**
20.25 – **Telenovela:** «Palavras Cruzadas»
21.05 – **Lotação Esgotada:** «A Noite Americana», real. François Truffaut
23.15 – **Mesa Redonda.**

RTP2

14.15 – **Telenovela:** «Os Imigrantes»
15.00 – **Agora, escolha!**
16.30 – **Notícias**
16.35 – **Trinta Minutos Com...**
17.05 – **Countdown**
18.00 – **Ponto Por Ponto**
19.00 – **Simon Show**
20.05 – **Série:** «Hitchcock Apresenta...»
20.30 – **Série:** «Uma Família às Direitas»
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Montra de Livros**
21.35 – **Série:** «Paródia»
22.00 – **Música na América.**

Teatro O Cartaz

• **LISBOA**

1.º Acto, Palácio Anjos. **Humilhados e Ofendidos**, baseado no romance de Dostoievsky, enc. de Armando Caldas. Sexta e sábado, às 21 e 30.

A Barraca, Rua Alexandre Herculano, 70. De 3.ª a dom. às 21.30. **O Diabinho da Mão Furada,** de António José da Silva, enc. de Helder Costa.

Casa da Comédia, rua S. Francisco Borja, 24. De 3.ª a dom. às 21.30. **Electra ou a Queda das Máscaras,** de Marguerite Yourcenar, enc. de Filipe La Féria.

Companhia de Teatro de Almada/ /Grupo de Campolide. Almada. **O Fim da Enfermeira João**, de Franck Marcus, enc. de Artur Ramos.

Grupo de Teatro da Sociedade de Instrução Guilherme Cossoul – Av. D. Carlos I, 61-1.º. **Morte no Bairro**, de Alfonso Sastre, enc. de Hermínio Fernandes. Sábado, às 21.30 e domingo às 16.00.

Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a sáb., 20.30 e 22.45; dom., 16.00, 20.30 e 22.45. **Escrita em Dia,** nova versão de **Isto é Maria Vitória**, de H. Santana, Nicholson, Bracinha, M. Zambujal, enc. Ivone Silva.

Sala Experimental D. Maria, Rossio. **Uma Noite em Cheio,** de Stephen Poliakoff, enc. de João d'Ávila. De 3.ª a sáb., às 21.45, dom., às 16.30.

Teatro da Graça, pelo Grupo Teatro Hoje, junto à Voz do Operário. De 3.ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **O País do Dragão,** de Tenesse Williams, enc. de Carlos Fernando. Estreia dia 25/4 às 21.00.

Teatro Ibérico, Convento de Xabregas, R. Xabregas, 54. Todos os dias às 11.00. **Quem Tem Faroios e O Pranto de Maria Parda**, de Gil Vicente, criação colectiva com coordenação cénica de Blanco-Gil.

Teatro Laura Alves, Rua da Palma, 251. Diariamente às 20.30 e 22.45; dom. às 16.00. **Cá Estão Eles!**, de César de Oliveira e Varela Silva.

Teatro do Triângulo, rua da Cintura do Porto de Lisboa. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom. às 17.00. **O Físico Prodigioso** de Jorge de Sena, enc. André Nuno.

Variedades, Parque Mayer. De 3.ª a dom., às 21.30; dom., às 16.00. **Aqui Há Fantasmas.** Texto e enc. de Henrique Santana.

• **PORTO**

Teatro, Rua do Heroísmo, 86. 5.ª e 6.ª às 21.30; sáb. e dom. às 16.30 e 21.30. **Merope – Liberdade ou Morte!,** baseado em textos de Almeida Garrett, pelo TEAR. Recolha de textos e enc. de Castro Guedes.

Teatro Campo Alegre, R. do Campo Alegre, 3.ª a sáb., 21.45; dom., 16.00 e 21.45. **O Motim**, de Miguel Franco, enc. de Norberto Barroca, mús. de Paulino Garcia, intérp. António Reis, Estrela Novais, Alfredo Correia, Luís Cunha.

Teatro os Modestos, Rua Gonçalo Cristóvão, 190. **A Noite da Senhora Luciana,** de Copi, enc. de Fernanda Lapa. De 3.ª a sáb., às 21 e 30, dom., às 18.00.

Teatro Universitário, Rua Jorge Viterbo Ferreira, 120. **Leôncio e Lena,** de G. Buchner, enc. de António Capelo. Sexta e sáb. às 21 e 30, dom., às 17.00.

• **ESTORIL**

Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto de Figueiredo. De 5.ª a sáb., 21.30, sáb. e dom. às 17.00. **Tartufo**, de Molière pelo **Teatro Experimental de Cascais**, enc. Rogério de Carvalho.

Para Crianças

• **LISBOA**

Comuna, Praça de Espanha. **Viagem,** de Sophia de Mello Breyner, adaptação e enc. de João Brites pelo Teatro **«O Bando».** Sábado e dom. às 15.00

TIL – Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb., dom. e feriados, às 15.30. **O Choupo Andarilho,** de Ferreira Caetano, enc. Kim Cachopo. Às 17.30, sáb., dom. e feriados **«O Avestruz Mecânico»,** histórias de José Lemos.

Teatro de Animação Os Papa-Léguas, na Junta de Freguesia de Carnide. **Aqui Há Mistério.** Sábado e dom., às 11.00.

Cinema

A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	A Cor do Dinheiro	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
B	Duma Vez por Todas	★	★★	★★	★★	—
C	Homens à Queima Roupa	★★★	—	★★	—	—
D	A Manhã Seguinte	★★★	—	★★★	—	—
E	O Meu Caso	★	★★	★★	★★	—
F	Platoon – Os Bravos do Pelotão	★★★★★	★★★★	★★★	★★★	★★★★★
G	Repórter X	—	—	★	★	—
H	Salvador	★★★★	★★★★	★★★	★★★★	★★★★
I	Sem Perdão	★★	—	★★★	—	—

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Martin Scorcese – **Amoreiras/5** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) – **Lisboa.**
B — Real. Joaquim Leitão – **Star** (15.00, 18.15, 21.30) – **Lisboa.**
C — Real. James Foley – **Fonte Nova/1** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) – **Lisboa.**
D — Real. Sidney Lumet – **Mundial/2** (14.00, 16.30, 19.00, 21.15) – **Lisboa.**
E — Real. Manoel de Oliveira – **Quarteto/1** (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) – **Lisboa.**
F — Real. Oliver Stone – **Hollywood/1** (14.15, 16.30, 19.00, 21.30, 23.45) – **Lisboa**
G — Real. José Nascimento – **Estúdio 444** (15.00, 17.00, 19.00, 21.30), **Quarteto/2** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) – **Lisboa.**
H — Real. Oliver Stone – **Alfa/3**(14.30, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Amoreiras/3** (13.45, 16.15, 18.45, 21.30, 24.00), **Quarteto/4** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) – **Lisboa.**
I — Real. Richard Pearce – **Citycine** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30, 23.45) – **Lisboa.**

Exposições...

• LISBOA

Alberto de Lacerda – «O Mundo de um Poeta», pintura. Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian, R. dr. Nicolau Bettencourt. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

António Matos – Escultura. Gal. A Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3.ª a dom. das 15.00 às 20.00 (até 15/6).

Arpad Szénes – Pintura. Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian, R. Nicolau Bettencourt. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

Artur Bual – Pintura. Gal. de S. Bento, R. do Machadinho, 1. De 3.ª a sáb. das 11.00 às 20.00, 2.ª das 15.00 às 20.00 (até 20/6).

Clementina Carneiro de Moura – «Patchwork». Espaço Maria Lamas, Av. Duque de Loulé, 111-4.º.

Colin Figue – Escultura. Galeria Novo Século, 23-A. De 3.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (até 6/5).

Colectiva – «Lisboa vista por naives», pintura. Espaço Ditec, Av. da Igreja, 46-A. De 2.ª a 6.ª das 14.30 às 19.30, sáb. das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30 (até 9/6).

Conceição Silva – Arquitectura-retrospectiva, documental. Soc. Nac. de Belas Artes, R. Barata Salgueiro, 36. Das 14.00 às 20.00.

Eduardo Nery – Pintura, colagens, fotografia. Gal. de Exposições Temporárias da Gulbenkian, R. dr. Nicolau Bettencourt. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

Escultura e Cerâmica da Grécia Antiga – (séc. IV a.C.). Forum Picoas, Av. António Augusto de Aguiar.

Exposição da Primavera – Multiface, CC Gemini, loja 65, Rua Sousa Lopes (até meados de Junho).

IV Exposição Nacional de Gravura – Galeria das Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

Fala Miriam – Pintura. Gal. Ana Isabel, R. da Emenda, 111, 1.º. De 2.ª a sáb. das 14.00 às 19.00 (até 27/6).

Fernanda Fragateiro – Escultura. Gal. A Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3.ª a dom. das 15.00 às 20.00 (até 15/6).

Francisco Gingeira – Pintura. Galeria Olharte, Camç. do Cardeal, 18. De 3.ª a dom. das 16.00 às 20.00 (até 20/6).

Graça Costa Cabral – Escultura. Galeria Quadrum, R. Alberto de Oliveira, 52 (Coruchéus). De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 15/6).

H. Mourão – Pintura. Galeria Paulino Ferreira. Rua Nova da Trindade, 18-B. De 2.ª a 6.ª, das 9.00 às 12.30 e das 14.30 às 19.00, sáb. das 9.00 às 13.00.

Índios da Amazónia – Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira, ao Restelo, 3.ª a dom., 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00 (até final do ano).

Os Instrumentos Musicais e as Viagens dos Portugueses – Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira (Restelo).

João Jacinto – Pintura. Galeria Módulo, Av. António Augusto de Aguiar, 56, 5.º Dt.º. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 30/6).

Jorge Pinheiro – Pintura. Gal. de Exposições Temporárias da Gulbenkian, R. dr. Nicolau Bettencourt. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

Jorge Utra Machado – Escultura. Galeria Artemixta, R. de S. Domingos à Lapa, 6.

José António Cardoso – Pintura. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. de 3.ª a dom. das 15.00 às 20.00 (até 15/6).

José Manuel Soares/Ângela Vimonte – Pintura. Galeria da Cervejaria Trindade, Rua Nova da Trindade, 20-C. Diariamente das 15.00 às 23.00.

Júlio Quaresma – Pintura. Ruínas do Convento do Carmo, Largo do Carmo.

Laura Cesana – Pintura. Soc. Nac. de Belas Artes, R. Barata Salgueiro, 36. De 3.ª a dom. das 14.00 às 20.00 (até 14/6).

Manuel Nascimento Guimarães – Fotografia. Centro de Arte Moderna, Rua dr. Nicolau Bettencourt. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

Mário Botas – Aguarelas e desenhos a tinta-da-china. Espaço Alliance, Rua Braamcamp, 13, 1.º. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 19.30.

Mário Castanheira – Cerâmica. Museu Nacional do Azulejo, Convento da Madre de Deus. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

Noémia Cruz – Escultura. Gal. de S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 13.00 (até 12/6).

Patrick Procktor – Pintura e serigrafia. IAM Galeria, R. da Misericórdia, 92, 1.º (até 30/6).

Sena da Silva – Fotografia. Galeria Ether, Rua Rodrigo da Fonseca, 25. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 19/6).

Sérgio Pombo – Pintura. Gal. de Exposições Temporárias da Gulbenkian, R. dr. Nicolau Bettencourt. De 3.ª a dom. das 10.00 às17.00.

Teresa Barbieri – Entre Telas, Rua da Imprensa Nacional. De 2.ª a 6.ª das 17.00 às 02.00, sáb. das 22.00 às 02.00 (até 13/6).

Teresa Segurado Pavão – «Objectos Têxteis». Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro Mor (ao Lumiar).

Tomás da Fonseca – Biblio-econográfica. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 17.00 (até 12/6).

Vieira da Silva e Arpad Szenes – Pintura. Galeria de Arte da Livraria Bertrand, Chiado (até 11/6).

Vítor Pomar – Pintura. Gal. EMI-Valentim de Carvalho, R. da Cruz dos Poiais, 111 (até 29/6).

Wolf Vostell – Litografias e serigrafias. Galeria Diferença, Rua de S. Filipe Néri, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. e dom. das 16.00 às 19.00 (até 14/6).

• PORTO

Arte Medieval – Peças de escultura, arte do metal e mobiliário, nacional e estrangeiro dos séculos XII e XV. Casa Museu Guerra Junqueiro, Rua D. Hugo, 32. De 3.ª a sáb. das 10.00 às 12.30 e das 14.00 às 17.30 (até 31/7).

Fernando Cruz – Desenho. Galeria Quadrado Azul, rua Costa Cabral, 777 loja 8 (até 10/6).

Miguel Yecco – Pintura. Cooperativa Árvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1 (até 16/6).

Pedro Rocha – Pintura. Galeria Nasoni, R. Galeria de Paris. De 3.ª a 6.ª das 10.00 às 12.30 e das 15.30 às 19.00, sáb. e dom. das 15.30 às 19.00 (até 15/6).

Rui Pimentel – Pintura. Galeria EG, Caminho da Fonte de Cima. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 20.00.

Sobral Centeno – Pintura. Cooperativa Árvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1 (até 16/6).

• OUTRAS LOCALIDADES

«Fabrico da Cerâmica» – Museu Nacional da Ciência e Técnica, Rua da Ilha (junto à Sé Velha) – COIMBRA.

Ana Branca – Pintura. Até 15/6, Museu Principal – ELVAS.

Júlio Pomar – Desenho. Galeria Gilde, Quinta do Gilde, S. Torcato. De 3.ª a dom. das 15.00 às 19.00 – GUIMARÃES.

António Viana – Pintura. Até 28/6, Pousada do Castelo – PALMELA.

Exposição Venda do livro sobre a Resistência Antifascista – antes e depois do 25 de Abril – PENICHE.

«William Beckford em Portugal – 1787/1794/1798» – Bibliográfica e iconográfica sobre Portugal o séc. XVIII. Palácio de Queluz – QUELUZ.

Município do Seixal em Exposição – Permanente, no núcleo sede do Ecomuseu Municipal do Seixal – TORRE DA MARINHA.

Caria Marcelino – Aguarelas. Salão do Arquivo Municipal, Rua Reynaldo dos Santos, 18 – VILA FRANCA DE XIRA.

Lima de Freitas – Pintura. Galeria D'Arte – VILAMOURA.

«A Dança vista pelas crianças» – Até 21/6, Solar dos Castros – VILA NOVA DE CERVEIRA.

Fotografia Contemporânea Mundial – Centro Cultural Regional, Rua Tenente Manuel Maria Bessa Monteiro, 3 – VILA REAL.

Colectiva. Requinte Galeria de Arte. Rua 21 de Agosto, 203. Diariamente até às 22.00 – VISEU.

...e ainda

Música, debates, etc.

Cinema

Cinemateca Portuguesa, R. Barata Salgueiro, 39. Coppola em Contexto: **«Une Femme est une Femme»** («Uma Mulher é uma Mulher»/1961), de Jean-Luc Godard, dia 4, às 18.30 (leg. em português); **«One From the Heart»** («Do Fundo do Coração»/1981), de Francis Ford Coppola, dia 4, às 21.30 (leg. em português).

Ciclo Glauber Rocha: «Cabezas Cortadas» (1970), dia 5, às 18.30.

ABC, Cine-Clube de Lisboa, no Estúdio 444, Av. Defensores de Chaves 83-B. Encerra o Ciclo dos **Mestres do Cinema Clássico Americano: «A Paixão dos Fortes»** («My Darling Clementine»/1946), de John Ford, com Henry Fonda, Linda Darnell e Victor Mature, dia 5, às 18.45.

Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo, 38-C, telef. 54 10 37, às 19 e 22; sáb. dom. e fer., às 16, 19 e 22. Preço: 200$00 (150$00 com cartão jovem). Cópias legendadas em português.

Ciclo Juventude Inquieta: «O Clube» (1985), de John Hughes, dia 4. **«Desesperadamente Procurando Susana»** (1985), de Susan Seidelmen, dias 5 e 6. **«Quatro Amigos»** (1981) de Arthur Penn, dias 7 e 8. **«Weste Side Story»** (1961), de Robert Wise, dia 9.

Fundação Gulbenkian, Av. de Berna, 45, telef. 73 51 31. Bilhetes à venda das 13 às 20 (nos dias do espectáculo uma hora antes da sessão). Classificação: maiores de 12 anos. Preço: 125$00. **Coppola em Contexto: «Guys and Dolls»** («Eles e Elas»/1955), de Joseph Mankiewics, dia 5, às 21.30 (v.o.); **«New York, New York»** («Nova Iorque, Nova Iorque»/1977), de Martin Scorsese, dia 6, às 15.30 (v.o.); **«An American in Paris»** («Um Americano em Paris»/1951), de Vincente Minnelli, dia 6, às 21.30 (v.o.); **«East of Eden»** («A Leste do Paraíso»/1954), de Elia Kazan, dia 7, às 15.30 (v.o.); **«Rebel Without a Cause»** («Fúria de Viver»/1955), de Nicholas Ray, dia 7 às 21.30 (v.o.); **«The Wild One»** (1954), de Laszlo Benedek, dia 8, às 18.30 (v.o.); **«Splendor in the Grass»** («Esplendor na Relva»/1961), de Elia Kazan, dia 8, às 21.30 (v.o.); **«Gone With the Wind»** («E Tudo o Vento Levou»/1939), de Victor Fleming, dia 9, às 21.30 (leg. português). **Ciclo Glauber Rocha: «António das Mortes ou o Dragão da Maldade Contra o Santo Guerreiro»** (1969), com Maurício do Valle, Odette Lara e Othon Bastos, dia 9, às 18.30.

Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91, telef. 54 45 74. Às 18.30, dia 9. **«Adieu Philippine»** (1959), de Jacques Rozier, com Yveline Cery, Jean-Claude Aimini e Vittorio Caprioti (dia 4); **«L'Important C'Est D'Aimer»** (1975), de Andrzej Zulawski, com Romy Schneider, Jacques Dutronc e Fabio Testi.

Música

Lisboa

Teatro S. Carlos, Largo de S. Carlos, 11, telef. 36 84 08. Dia 8 às 20.30 **«Norma»,** ópera em 2 actos de **Vicenzo Bellini.** Direcção musical de **John Neschling,** encenação de **Paolo Trevisi** e cenografia de **Ferruccio Villagrossi.** O elenco é constituído por **Mara Zampieri, Walter Donati, Luciana d'Intino, Radoslaw Zukowski, Palmira Viegas e Armando Guerreiro.** Participação do Coro e Orquestra do Teatro S. Carlos.

Centro de Arte Moderna, R. Dr. Nicolau Bettencourt, telef. 73 43 09. Às 13. Entrada livre.
Dia 4, recital de canto e guitarra por **Manuela de Sá e Lopes e Silva;** dia 9, **Carlos Guilherme** (canto) e **João Paulo Santos** (piano) interpretam obras de Mozart, Liszt, Britten e Tosti.

Central Tejo, Junto à Estação de Belém. Preço: 500$00. Dia 6, às 22, concerto com o grupo **Urban Sax** composto por 40 saxofonistas. Participam a **Companhia de Dança de Lisboa** e o grupo feminino de canto **Cramol.**

Faro

Teatro Lethes. XI Festival Internacional de Música do Algarve: dia 4, às 21.30, recital de canto e piano com **Maria Helena Oliveira** (soprano) e **Paulo Santiago** (piano); dia 6, às 21.30, concerto com o **Coro e Orquestra Gulbenkian** sob a direcção do maestro **Michel Tabachnik.** Obras de Beethoven e Brahms.

Lagoa

Igreja Matriz. XI Festival Internacional de Música do Algarve: Dia 5, às 21.30, recital de guitarra clássica por **J. Piñero Nagy** numa homenagem a Heitor Villa-Lobos.

Lagos

Igreja de St.ª Maria. XI Festival de Música do Algarve: Dia 8, às 21.30, concerto pela **Orquestra Gulbenkian** dirigida pelo maestro **Michel Tabachnik.** Obras de Lopes Graça e Schubert.

Olhão

Igreja Matriz. XI Festival Internacional de Música do Algarve: Dia 7, às 21.30, concerto pelo **Coro da Câmara Gulbenkian** sob a direcção do maestro **Jorge Matta.**

Tavira

Igreja do Carmo. XI Festival Internacional de Música do Algarve: Dia 9, às 21.30, concerto pela **Orquestra Gulbenkian** sob a direcção do maestro **Michel Tabachik.** Obras de Lopes Graça e Schubert.

Mafra

Palácio Nacional. Todos os domingos, das 16 às 17, concerto de carrilhão por **Francisco José Alves Gato.** Obras dos séculos XVIII a XX e canções do Cancioneiro Popular Português.

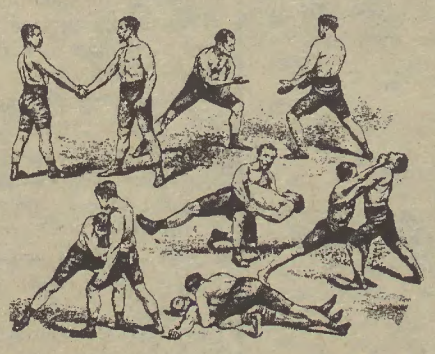
Bailado

Lisboa

Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91, telef. 54 45 74. Dias 3, 4, 5 8 e 9, às 21.30 e dia 7, às 17, **Claudel – La Dance,** criação coreográfica a partir de três mimodramas de Paul Claudel: **«L'homme et son désir»** (música de Darius Milhaud), **«La femme et son ombre»** (música de Paulo Brandão) e **«Le peuple des hommes cassés»** (música de Paulo Brandão). Coreografias de Leonor Beltran.

Viseu

Pavilhão Gimnodesportivo do Fontelo. Dia 6, às 21.30, o **Ballet Gulbenkian** apresenta **«Treze Gestos de um Corpo», «Exsultate Jubilate»** e **«Danças dos Espíritos»**; no dia 8, às 21.30, o programa é **«Sinfonia em Ré», «Ária»** e **«Seargeant Early's Dream».**

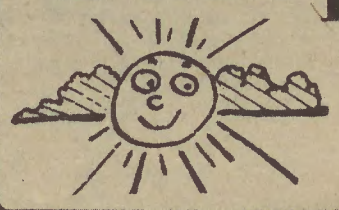


FITEI

Começa hoje a 10.ª edição do **Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica.** Este importante acontecimento cultural apresenta um vasto programa que vai ocupar várias salas do Porto até dia 14 de Junho. Os serviços centrais do FITEI são na Rua do Paraíso, 217-2.º, sala 5 e o telefone é o 38 24 32. Os bilhetes vendem-se na Rua Sampaio Bruno, 20 (à Praça da Liberdade) e nos locais das representações.

Tempo

Fim de Semana



No **Sábado,** céu com nebulosidade e chuva fraca na região Norte. No **Domingo,** aguaceiros na região Norte e Centro.

(Antevisão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

a TV

Uma grande tristeza

Incrível a frieza, o distanciamento da informação do Telejornal em relação a mais uma incrível agressão da África do Sul contra Moçambique.

Evidentemente, em qualquer situação, o caso seria repugnante. Mas acresce que Moçambique não é um país qualquer. Ele está, ou devia estar, privilegiado no nosso coração, nas nossas preocupações.

Não é isso o que infelizmente se verifica na televisão autoproclamada portuguesa. E isso uma vez mais veio ao de cima com o ataque sul-africano a Maputo. Com uma nota suplementar de provocação: quem **Telejornal** ouviu, sobre o assunto foi o seu correspondente... na África do Sul...

Dá uma grande tristeza, tudo isto.

A importância das vias de comunicação... na propaganda eleitoral

Jornal de Domingo. Faz-se uma ronda pelas actividades dos partidos na pré-campanha. Vimos e ouvimos Álvaro Cunhal, Vítor Constâncio, Adriano Moreira, Paulo Martins. Contemplados pois, a CDU, o PS, o CDS e a UDP.

Então e o PSD? Incrível! Então até já o PSD está discriminado na RTP? Então aquilo é uma estação de TV ou é o reino do absurdo?

Calma! O partido de Cavaco teve a fatia maior, com aquela reportagem em que, a propósito de um troço de estrada, houve todo o trânsito da propaganda das grandes obras, das grandes intenções, das grandes promessas de Cavaco que longamente dissertou sobre a importância das vias de comunicação no desenvolvimento e no bem-estar das populações.

Como se vê, um tema muito original. Mas isso não interessa. O que interessa é fazer propaganda...

Televisão: um massacre

Verifica-se como é fraca a mobilização eleitoral do PSD. Poder-se-ia dizer que, ao nível do contacto vivo e partidário com as pessoas (depois do fracasso que foi a comemoração dos seus 13 anos...) ela tem sido praticamente nula.

De facto, para quê tanta fadiga se eles têm o aparelho de Estado, a Rádio e a Televisão? As pessoas não vão, mas a Televisão vai — e a manobra está feita. Um discurso para meia dúzia de gatos pingados é afinal, gramado, via TV, por milhões de pessoas.

Penso às vezes que as pessoas pensam que eu exagero. Que a paixão política pode em mim, de qualquer modo, abafar a paixão da verdade.

Então está bem. Então vejamos uma emissão do Telejornal ao acaso. Por exemplo, o de sexta-feira, dia 29 de Maio.

A propósito de uma reunião sobre Segurança Social, apanhamos com a gentilíssima figura do ministro do Trabalho.

Estamos ainda mal refeitos do choque (estas coisas doem, o que é que pensam!) e já se desenha no horizonte a fina caricatura, perdão!, a linda figura de Cadilhe, em reportagem já transmitida no **Jornal das 13** do mesmo dia.

Acabou-se a farsa!, pensei eu aliviado.

Qual quê! Ainda havia uma reportagem em que a voz **off** do locutor começou por dizer: «A concertação social é uma realidade em Portugal...» Ah, estas anedotas!

Nessa reportagem, Fernando Marques, subsecretário não me lembro de quê, falou a seguir e foi menos peremptório do que o locutor: segundo ele, a concertação ainda não era tanta como devia ser. Ou seja, a concertação está a precisar de conserto...

Os leitores, chegados aqui, já devem estar fatigados da digressão. Fatigados e agoniados. Pois tenham paciência que, em matéria de propaganda fraudulenta, ainda não ficamos por aqui.

Quem manda? O Cavaco. Quem vive? O Cavaco...

Pronto. Aí o temos a encerrar a cúpula. Inaugura um museu e elocubra, ciciadamente, sobre Arte Moderna e adjacências.

Um espanto! Se houver quem não acredite, eu tenho a gravação. Mas não pensem os leitores que esgotei o saco: **há pior...**

E aqui está como os dinheiros do povo português são postos ao serviço de pessoas e de um partido. Todos os dias. A qualquer hora do dia.

Não é Televisão, é um massacre.

■ ***Ulisses***

Síntese semanal da IMPRENSA

O «cooperação» dos outros

De repente, ao fim de uma dúzia de anos de não-cooperação de Portugal com os novos países africanos de expressão oficial portuguesa, soa o alarme. Parece que a Língua Portuguesa é cada vez menos usada e cada vez mais «oficial». Outros países estão interessados. O Estado português, mal governado, parece que não.

A «ofensiva»

«A diplomacia espanhola acaba de obter significativa vitória em África, com a assinatura de acordos culturais que tendem a substituir a divulgação da Língua Portuguesa no território de Angola. Essa foi uma das missões de uma ampla delegação governamental de Luanda que se encontra na Europa, liderada pelo ministro de Estado Pedro de Castro Van Dunen (esperado em Lisboa na próxima semana), que assinou com as autoridades de Madrid um convénio de cooperação mediante o qual a rádio angolana difundirá programas no idioma castelhano, destinados à iniciação das populações que desejem conhecê-lo.

«Os contornos da iniciativa bilateral não foram cabalmente definidos, mas observadores atentos consideram que a ofensiva de Madrid no continente negro poderá constituir uma viragem histórica no comportamento da Espanha perante o chamado Terceiro Mundo: votada desde há séculos quase que exclusivamente para a América Latina, onde competiu com êxito com a expansão portuguesa, a Espanha procura agora redimir-se dos resultados desastrosos que conheceu quando da descolinazição da Guiné Equatorial, bem como do fracasso que foi a situação do Sara espanhol, que redundou na luta em que se empenhou a actual Frente Polisário.

«No meio de vasta zona dominada pelas culturas francesa e inglesa, os territórios das antigas colónias portuguesas surgem como presa fácil de outras influências, sendo de admitir que a prolongada permanência de cubanos em Angola venha a proporcionar uma via de penetração ideal para os interesses da Espanha. Ao contrário do que acontece com os soviéticos, que não revelam capacidade de insinuação no tecido social angolano, os cubanos infiltram-se como relativa facilidade e acabam por abrir no terreno um caminho que a estratégia de Madrid poderá vir a aproveitar com muito sucesso.

«A introdução de programas radiofónicos em Castelhano mostra-se assim como uma das vias possíveis para o futuro alastramento de uma cultura europeia não portuguesa – com a particularidade de ser relativamente semelhante.

«O "Expresso" não conseguiu confirmar em Madrid qual a amplitude do convénio, mas sabe-se que o ministro espanhol dos Estrangeiros esteve em Luanda há cerca de um ano (e a RTP deu, nessa altura, imagens da visita, cedidas pela TVE) – que, como se sabe, participa grandemente na programação da televisão angolana. (...)

(«Expresso», 30 de Maio)

Querer e poder

«Felipe Gonzalez, presidente do governo espanhol, vai em breve ao Brasil. Vai com pompa e a circunstância de ser o Brasil o maior colosso latino-americano. Um colosso de Língua Portuguesa. Será? Há quem não tenha essa opinião, como o deputado Flávio Palmier da Veiga que, na semana passada, apresentou no Congresso de Brasília uma proposta de substituição da expressão "língua portuguesa" por «língua brasileira», que seria "a consagração real de uma realidade de facto" (*sic*, segundo as agências noticiosas). Nem os americanos que se revoltaram por causa do chá, se lembraram de fazer o mesmo ao inglês. Mesmo sendo os EUA e a Inglaterra "dois países separados por uma língua comum", como disse Oscar Wilde – que era irlandês, claro.

«Nem alguém se lembrou, que se saiba até agora, de reivindicar o mexicano, o argentino ou o guatemalteco como línguas nacionais que não o espanhol – e ele fala-se por lá de maneiras bem diferentes de aqui ao lado. A Espanha, de resto, sempre manteve com os seus antigos territórios da América uma relação mais intensa e bilateral do que a nossa com o Brasil. Uma relação mais eficaz, que fez da Espanha uma irmã mais velha, que levou muitas das elites latino-americas, não só do passado como da actualidade, a estudar em universidades espanholas. Uma relação que, por outro lado, leva a Espanha a ter uma atitude particular em relação aos problemas políticos do subcontinente, dedicando especial atenção à questão da Nicarágua de uma forma que não é estranha à sua tradicional desconfiança dos Estados Unidos.

«Mas, mais do que afinidades linguísticas, existem vocações históricas que projectam a Espanha para o Atlântico. Aquilo que Portugal na CEE oferece ao Brasil, o tão falado mercado de 300 milhões de consumidores, oferece a Espanha a toda a América Latina. E porque não ao Brasil também? A agressividade comercial e económica da Espanha, que já é patente nas nossas lojas e supermercados, ameaça superar a nossa timidez. Felipe Gonzalez vai pleno de charme andaluz até Brasília, e não será para comprar telenovelas ou trocar "flamencos" por escolas de samba. Vai prosseguir, levando Colombo na rota de Cabral, na obra da qual o Instituto Espanhol em S. Paulo, inaugurado há três anos, é pedra importante.

«E quem diz o Brasil diz Angola. Sem grande alarde, a notícia de que Madrid e Luanda assinaram um ambicioso acordo de trocas culturais veio a público na semana passada. O acordo, que prevê o envio para Angola de filmes, gravações, textos de apoio e professores inclui um vasto programa de alfabetização. Em espanhol, evidentemente.

«O sotaque é o que menos interessa. Porque o espanhol já há muito que penetrou, pela via cubana, na população alfabetizada de Angola. Há doze anos que, à medida que se sucedem os corpos expedicionários de Castro, milhares de cubanos vão ficando e se naturalizam angolanos. A realidade é esta: existe, em Angola, *uma imigração de língua espanhola*, que nem por ser relativamente limitada deixa de ser efectiva.

«O espanhol insinua-se nos hábitos linguísticos, é já ensinado nas escolas. Não tarda que seja língua na qual se lêem livros, combinam negócios e redigem contratos. O caminho abre-se. Portugal está em vias de perder, com Angola, o mais efectivo e potencialmente duradouro vínculo de ligação: uma língua comum. (...)

(«Semanário», 30 de Maio)

A «segunda» língua

«Aldónio Gomes chegou a meia da semana a Cabo Verde para reger um curso sobre diferenças qualitativas do Português e abordar o problema do Português como segunda língua, no que é geralmente considerado *«uma acção estratégica decisiva»*.

«Linguista, autor – nos anos 70 – de um popular programa televisivo, *A falar é que a gente se entende*, e mais recentemente membro de um governo socialista no pós-25 de Abril, o dr. Aldónio Gomes chefia na Gulbenkian um grupo de trabalho sobre a didáctica do Português, não já como idioma materno, que nada tem a ver com a realidade dos novos países africanos, mas como segunda língua. O domínio é prometedor.

«Desde anteontem, quarta-feira, na Cidade da Praia, Aldónio Gomes rege ali um curso basicamente dedicado à nossa língua no mundo e aproveitará para falar, no Centro Cultural Português acerca do problema propriamente didáctico: uma palestra que, além do apoio da Embaixada portuguesa, tem destacado patrocínio do Ministério da Educação de Cabo Verde.»

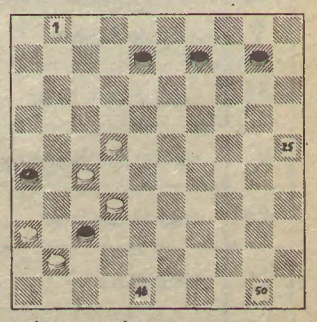
(«O Jornal», 29 de Maio)

Damas

CV — 4 de Junho de 1987
Proposição N.º 103

Por: WB Monsma (NL)
«1001 Miniaturen» (GL Gortmans), 1938

Pr.: [5]: 8-9-10-26-37
Br.: [5]: 22-27-32-36-41

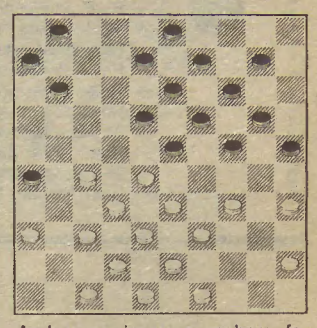


Jogam as brancas e ganham

(sai hoje o diagrama que faltou em CIII, «Avante!», 1987.V.21)

Golpe N.º 106
Por: Maurice Fabre (F)
Campeão do Mundo 1926/27 e 1931/32
Golpe executado em jogo!!!

Pr.: [16]: 1-3-6-8-9-10-11-13-14--18-19-20-23-24-25-26
Br.:[16]: 26-27-32-33-34-35-36--37-38-39-42-43-45-47-48-49



As brancas jogam e ganham, fazendo dama!!!

Solução do CV

N.º 103 (WBM): 36-31, (37x17), 27-21, (26x46), 21x5+
Golpe N.º 106 (MF): 27-22, (18x27); 32x21, (23x41); 21-17, (11x22); 42-37, (41x32); 38x18, (13x22); 36-31, (26x37); 48-42, (37x48); 33-29, (24x44), 49x40, (48x30); 35x2!!!+ 10 lances! em jogo prático!!!

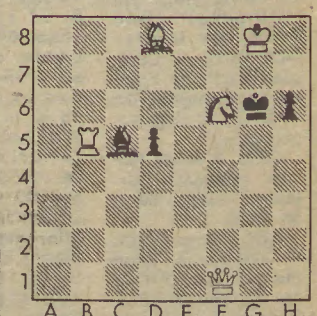
A.M.M.

Xadrez

CV — 4 de Junho de 1987
Proposição N.º 105

Por.: H. Lange
«Die Schwalbe», 1939

Pr.: [4]: Ps. d5, h6-Bç5-Rg6
Br.: [5]: Cf6-Bd8-Tb5-Df1-Rg8



Mate em 2 lances

Jogo N.º 105
54.º Campeonato da URSS, 1987
Br.: Tukmakov
Pr.: Bareiev
1. d4, d5; **2.** ç4, ç6; **3.** é3, é6; **4.** Cç3, Cf6; **5.** Cf3, Cbd7; **6.** Bd3, Bd6; **7.** 0-0, 0-0; **8.** é4,d:é4; **9.** C:é4,C:é4; **10.** B:é4,h6; **11.** Bç2,é5; **12.** b3,f5; **13.** d:é5,C:é5; **14.** Bb2,Dç7; **15.** h3,C:f3+; **16.** D:f3,Béb; **17.** Tfé1, Taé8; **18.** Té2, Bç8; **19.** Taé1, Df7; **20.** ç5, Bb8; **21.** b4,T:é2; **22.** T:é2,Rh7; **23.** Bb3,Td8; **24.** Dé3,Dg6; **25.** Dé7,Th8; **26.** h4,h5; **27.** Bf7,Db6; **28.** Té6 e as pretas abandonam.

Solução do N.º 105
Chave: 1. C:d5! ameaça: **2.** Df7++
1..., Bf2; **2.** Cf4++
1..., Bé7; **2.** C:é7++

A. de M.M.